



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 739 - DE 11 A 24 DE MAIO DE 2025 - R\$ 5,00



Não há como ocultar ou desconhecer o predomínio das tendências bélicas

As forças produtivas estão em franco choque com as fronteiras nacionais

A chave da questão está no trabalho sistemático da vanguarda para ajudar a classe operária a superar a profunda crise de direção

A reponsabilidade do governo Lula e da burocracia sindical sobre a corrupção no INSS e apropriação de recursos dos aposentados

Pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula!

***Campanha do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)***

90 *da fundação do Partido Operário
Revolucionário da Bolívia e 16 anos
anos do falecimento de Guillermo Lora*



Não há como ocultar ou desconhecer o predomínio das tendências bélicas

As forças produtivas estão em franco choque com as fronteiras nacionais

A morte do papa Francisco em 21 de abril e a eleição de Leão XIV monopolizaram os noticiários. A campanha diária circunscreveu, em sua essência, que o mundo havia perdido um papa magnânimo, voltado aos pobres, protetor das minorias oprimidas e pacifista. Finalmente, o sínodo elegeu um novo papa que, em certa medida, daria continuidade às mudanças que Francisco realizou na orientação católica.

Os reparos a esse “progressismo” recordaram que o bispo Robert Francis Prevost se mostrou avesso à aceitação do identitarismo e da ordenação das mulheres. Também foi lembrado o fato de ter protegido padres denunciados por abusos sexuais. Em compensação, o que mais entusiasmou a imprensa mundial foi a sua declaração pacifista. Exortou o mundo a abraçar: “uma paz desarmada, uma paz desarmadora (...)”.

Estiveram presentes no funeral do papa Francisco autoridades de quase todos os países. Mas se destacou a reunião pública de Trump com Zelensky na Basílica de São Pedro. O chefe do imperialismo se sentiu confortável pelo acolhimento do Vaticano e por lhe oferecer um local “sagrado” para se mostrar como promotor da paz entre a Ucrânia e a Rússia.

Nesse exato momento, o governo de Benjamin Netanyahu decidia por aumentar o efetivo das Forças de Defesa de Israel, tendo por objetivo avançar o controle sobre a Faixa de Gaza à custa de uma maior carnificina, da matança indiscriminada de mulheres, crianças e velhos. No dia seguinte à morte do papa, eclodiu o conflito entre a Índia e o Paquistão em torno à disputa territorial pela Caxemira. Enquanto a “fumaça branca” anunciava o novo representante máximo da Igreja Católica, a Índia bombardeava a Caxemira paquistanesa.

No momento em que o ungido papa Leão XIV fazia seu discurso pela paz, na Alemanha, o recém eleito 1º Ministro, Friedrich Merz participava de um culto ecumênico em memória aos 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Esse mesmo governo decidiu pelo aumento do orçamento militar e pelo rearmamento como parte do movimento geral da União Europeia em busca de maior capacidade de suas forças destrutivas, em nome da defesa contra o propagandeado expansionismo da Rússia.

O conagraçamento entre representantes das potências imperialistas e dos países semicoloniais em torno ao novo papa retrata a fraude religiosa, portanto, ideológica, de uma “paz desarmada, uma paz desarmadora”. As guerras de intervenção imperialista implicam o recrudescimento da opressão nacional. Onde houver opressão nacional, estará por trás ou por cima as potências dominantes.

Uma das vertentes dos comentaristas sobre a eleição do papa foi de que se esperava que viesse ou da Ásia ou da África. Assim, se seguiria uma mudança na secular tradição de o papa ser europeu, com a ascensão do papa argentino. Surpreendeu a muitos a decisão por um papa norte-americano. Pela primeira vez, os Estados Unidos contam com um cardeal que chegou ao topo do Vaticano. Não é de estranhar que Trump tenha saudado o Leão XIV. Não há por que temer seu palavreado de acolhimento aos imigrantes. Nenhuma religião pode contestar consequentemente a dominação imperialista e levantar uma barreira social contra a escalada militar em curso.

O genocídio do povo palestino, os bombardeios no Líbano e na Síria, os ataques ao Irã e ao Iêmen, a guerra na Ucrânia, a retomada do conflito entre a Índia e o Paquistão e as guerras civis na África não são confrontações isoladas uma das outras, apesar de suas particularidades. Têm como antecedentes uma sequência de guerras locais e regionais que se manifestaram após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nunca houve um período de paz desde a Primeira Guerra Mundial. E não haverá no capitalismo da época imperialista. A ideia de que a “Igreja não tem armas, nem capital”, podendo portanto ser um instrumento de pacificação e concórdia falsifica sua história passada e acoberta a história presente de sua subordinação ao ditames das potências. Não tem a menor transcendência, nesse sentido, se o papa é um cardeal dos Estados Unidos, da África ou da Ásia. A política do Vaticano seguirá a escalada bélica em ascensão. É o que se passou tanto na Primeira quanto na Segunda Guerras Mundiais.

Os Estados Unidos, depois de testarem a bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, abriram o caminho para uma possível guerra nuclear, destinaram portentosos recursos para a indústria militar e expandiram o mercado bélico. Basta ver os sinais de perigo do conflito entre a Índia e o Paquistão, ambos portadores da bomba atômica e grandes importadores de possantes armas. Tanto os Estados Unidos, União Europeia e Inglaterra passaram a se utilizar da guerra na Ucrânia como justificativa para aumentar as dívidas dos Estados nacionais em função do objetivo de potencializar ainda mais os gastos militares. Dívidas que recairão sobre os explorados. A Rússia e a China seguem o mesmo curso. O Japão e Coreia do Sul vêm sendo estimulados pelos Estados Unidos a entrarem com força na corrida armamentista.

A guerra comercial decretada por Trump alimenta em suas entranhas as tendências bélicas. As dificuldades dos Estados Unidos de imporem uma “paz” por cima da Ucrânia e da Rússia refletem os choques de interesses capitalistas que estão base da guerra. O incentivo de Trump para que o Estado sionista de Israel chegue à anexação da Faixa de Gaza igualmente reflete tais interesses. O mesmo se passa com as demais confrontações. São guerras cujo conteúdo econômico e de classe expõe a decomposição do capitalismo. Eis por que não se tratam de guerras revolucionárias pelo fim do capitalismo e construção do socialismo. Para transformá-las em guerras de libertação nacional e social, o proletariado tem de encarnar o combate ao imperialismo com o programa da revolução social.

No dia 8 de maio, Merz comemorou os 80 anos do fim da Segunda Guerra. No dia 9, Putin realizou sua comemoração do “Dia da Vitória”. Fez uma demonstração de poderio militar da Rússia. A forma mais contida da comemoração da Alemanha, no entanto, escondeu a retomada do impulso militar na Europa e o lugar dos Estados Unidos em alimentar a escalada bélica.

Olhando para o passado não distante, nota-se que a restauração capitalista, que levou à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), não superou o período da “Guerra Fria” no sentido do desarmamento como prometia o imperialismo. A OTAN não só foi mantida como potenciada para um possível confronto com a Rússia e a China. A abertura da China ao capital imperialista e o processo avançado de

CONTINUA →

restauração capitalista, por sua vez, deu lugar a mais ampla e profunda guerra comercial.

Ocorre que as forças produtivas altamente desenvolvidas voltaram a se chocar frontalmente com a relações capitalistas de produção e os Estados nacionais. A Primeira e a Segunda Guerras destruíram maciçamente parte das forças produtivas, que foram posteriormente reconstituídas sobre a base de tecnologias mais avançadas. A partilha do mundo resultante da Segunda Guerra possibilitou que os Estados Unidos chefiassem um novo momento da dominação imperialista. A Primeira Guerra iniciou uma nova e última etapa do capitalismo, que é o da fase imperialista. Em seu final, já estava prevista a possibilidade da Segunda Guerra. Hoje, influentes autoridades reconhecem os perigos de uma Terceira Guerra.

A classe operária e os demais trabalhadores – enfim, a humanidade – estão diante de um curso de conflitos múltiplos

que apresentam um horizonte catastrófico. Não há outra classe senão o proletariado capaz de combater as forças imperialistas que se movimentam munidas do armamentismo. Isso por que encarna o programa da revolução socialista e os métodos da luta de classes.

Não pode haver dúvida de que a religião é apenas uma das travas ao desenvolvimento da luta de classes em direção à revolução mundial. Não há como enfrentar os poderosos obstáculos que impedem o proletariado a se colocar à frente dos explorados e das nações oprimidas a não ser pela organização da luta de classes dirigida pelo partido da revolução socialista. É com essa compreensão e com o trabalho sistemático que a vanguarda com consciência de classe ajudará o proletariado a superar a profunda crise de direção.

Impasses do governo Lula

Quem paga são os trabalhadores

Organizar a oposição revolucionária ao governo burguês de Lula!

A revelação de falcaturas montadas entre sindicatos, associações de aposentados e autoridades do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) resultou na queda do ministro da Previdência, Carlos Lupi, do PDT. Em resposta, a ala mais à direita do PDT, comandada por Ciro Gomes, obteve aval para romper com o governo de frente ampla. O peso do partido de Lupi no Congresso é pequeno, conta com 17 deputados. A importância da ruptura está no significado político. O PDT, por conservar traços do nacionalismo brizolista, se encaixa na faixa mais à esquerda dos demais partidos que participam do governo de frente ampla, como o PSD, União Brasil, PP, MDB e Republicanos. Os dirigentes pedetistas há algum tempo vinham demonstrando descontentamento perante Lula pelo fato do partido ficar na sombra dos demais componentes da frente governamental.

Lula demitiu imediatamente o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, e procurou contemporizar com as justificativas de Lupi de que tudo se passou sem o seu conhecimento. Na coletiva organizada pelo governo para comunicar ao País que a Controladoria Geral da União e a Polícia Federal estavam com as investigações avançadas e que tudo seria passado a limpo, Lupi expôs seu desconforto diante de relatos e dados que acabavam em última instância por responsabilizá-lo, deixando no ar que poderia ser por cumplicidade ou incapacidade. Essa exposição selou a queda de Lupi.

O PDT não se conformou com a sua substituição pelo pedetista Wolney Queiroz. Ciro Gomes, que não esteve a favor a entrada do partido no governo de Lula, ditou a ruptura e a assentou a bandeira de “independência”. Consagrou a vingança contra Lula e PT, que

se tornaram ferozes adversários na política estadual cearense e nas próprias eleições presidenciais.

Não se tem na história do sindicalismo brasileiro um período em que a burocracia controlasse com mãos de ferro os sindicatos, formando camarilhas e castas profissionais, recorrendo ao gangsterismo e prostituindo a função de direção sindical. Em grande medida, se eliminou a democracia sindical e se retirou qualquer poder das bases sobre as assembleias, quando raramente são convocadas. Praticamente, se extinguíram as campanhas salariais. Sobrepueram-se os acordos de flexibilização capitalista do trabalho ditados pelas multinacionais.

A saída do PDT do governo de frente ampla é um sintoma de sua decomposição. Há divergências e pressões internas no PP, União Brasil e Republicanos em torno à continuidade em postos ministeriais. À diferença do PDT, está em que são partidos de centro-direita que representam uma poderosa fração oligárquica da burguesia, controlam as presidências do Senado e da Câmara e têm obtido mais vantagens do que desvantagens com suas presenças no governo.

Além do jogo geral da vantagem, o PSD, União Brasil, PP, MDB e Republicanos ditam as ordens finais desde o Congresso Nacional à política econômica e ao funcionamento do Executivo. Não são reféns do presidente Lula e do PT, nem aliados, são forças políticas que fizeram do governo Lula seu refém. Não houve uma só medida presidencial de importância para a governabilidade que não estivesse condicionada e subordinada aos

interesses políticos dessa coligação oligárquica que perdeu as eleições presidenciais, sabendo que poderia se encastelar no governo Lula como seu “cavalo de Troia”.

A polarização entre Lula e Bolsonaro refletiu a continuidade da crise política que se mantém acesa desde o declínio e fim da ditadura militar. Os mesmos partidos que viabilizaram o golpe de Estado que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff acabaram se valendo da reabilitação de Lula pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e do descenso da ultradireita bolsonarista para ocuparem uma melhor posição no espectro político da burguesia.

Nenhum dos partidos que compuseram o governo de frente ampla reuniu força eleitoral, mas puderam se abrigar na vitória de Lula, marcada pela bandeira de frente democrática contra o golpismo bolsonarista. O Centrão agiu estrategicamente para não só influenciar a governabilidade como garantir a existência do frágil governo de centro-direita montado por Lula.

A crise do INSS tem a particularidade de expor a relação promíscua da burocracia sindical com o Estado e, em certa medida, com os governos. Partidos como o PT, PDT, PSB, Solidariedade e PCdoB monopolizam a influência no movimento sindical e popular. Alimentam com sua política mascarada de popular e progressista a vasta burocracia que impera nas centrais, sindicatos e associações.

A institucionalização da relação entre sindicatos e associações de aposentados com o INSS, para desconto contributivo dos trabalhadores que se aposentam é uma dessas facetas da estatização dos sindicatos. A criação de associações, podendo ser aparelhadas por meio do Ongs, não surgiu da necessidade de manter os milhões que saíram das relações de trabalho em posição de defesa de suas condições de existência, como parte da luta da classe operária como um todo. Foram criadas para ampliar a burocracia parasitária que castram os sindicatos e os submetem à política burguesa.

O roubo que os dirigentes parasitários realizaram, no valor de milhões de reais, vem desde o governo Temer, passou pelo governo Bolsonaro e desaguou no de Lula, segundo as informações da CGU e PF. Também, segundo informações, a Controladoria e a Polícia resolveram investigar o uso dos sindicatos, associações e Ongs porque a ladroagem passou dos limites do invisível.

A oposição bolsonarista, sobretudo, acionou a busca de assinaturas para constituir uma CPI, que poderá se transformar em uma CPMI, de composição mista entre o Senado e a Câmara Federal. Esse processo ainda está em andamento. Lula e o PT se apoiam no fato de que a roubalheira dos aposentados não surgiu em seu governo. Mas, essa defesa é secundária. O fundamental está em que a revelação e a denúncia atingiram altas autoridades do INSS e responsabilizaram o ministério da Previdência.

A queda de Lupi e o rompimento do PDT comprometem o governo, ainda que, por enquanto, não a governabilidade. Os demais componentes do governo de frente ampla ganham mais força e capacidade de pressão política.

Lula e o PT se encolhem mais e mais, acossados por várias frentes da crise. Bolsonaro e seus adeptos continuaram a recorrer ao poder das igrejas evangélicas, de setores agroindustriais, de comerciantes e da classe média, realizando manifestações pela anistia aos condenados pela invasão da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro e pelo fim dos processos contra o ex-presidente Bolsonaro.

Essa contenda se desenvolve sob o horizonte das eleições que ocorrerão em 2026. Os partidos do Centrão que compõem o governo de frente ampla se movimentam em torno a nomes que possam unir o campo dos partidos de centro-direita, tendo em

vista a impossibilidade legal de Bolsonaro se candidatar. Está mais ou menos assentado na maioria do Centrão que uma ação política contra o STF que caminha com o processo que pode condenar Bolsonaro e toda sua cúpula golpista agravaria a crise política, quando se tem a possibilidade impar de montar uma candidatura da direita sem precisar da participação direta dos comandantes bolsonaristas. Com muita antecedência, apostam na fraqueza e incapacidade de Lula manter o alinhamento oportunista formado após a derrota de Bolsonaro. As divergências quanto aos nomes devem ser deixadas para o futuro próximo.

Agora, com a emersão do caso do INSS, perda ou arrefecimento do apoio do PDT ao governo Lula, é bem provável que cresçam os obstáculos a uma candidatura do campo liderado pelo PT. É um sinal, nesse sentido, o reforço do aparato partidário que se vem promovendo com a criação da federação entre o União Brasil e o PP, ambos partidos surgidos da antiga Arena, pilar de sustentação do golpe militar de 1964 e da ditadura que se impôs por vinte e um anos no Brasil. É o que ocorre também com a fusão entre o PSDB e o Podemos. São rearranjos destinados à pôr o PT para fora do centro do poder do Estado. Tal movimentação se faz de dentro do próprio governo de frente ampla e sob a sombra dos impasses políticos que vem triturando a autoridade de Lula perante os seus mais fieis eleitores.

Essa situação extremamente difícil à governabilidade tende a crescer. As mudanças ministeriais – a última sacrificou a ministra das Mulheres Cida Gonçalves – ocorreram sob intensas críticas vindas não só de fora, mas também de dentro dos aliados governistas. O PSOL mantém a expectativa de Guilherme Boulos ser agraciado com a reforma ministerial em curso. Esse partido pequeno-burguês se bate em meio a cisões e a tendências desintegradoras. A impossibilidade de vir a ser um partido com força parlamentar o coloca na vala comum dos impasses do PT e de Lula. Mostrou-se perplexo e imobilizado diante das revelações das fraudes no INSS que comprometem a burocracia sindical à qual se acha atado.

As esquerdas que chamaram o voto em Lula no segundo turno, como o PSTU, PCB e UP, ou que votaram em Lula já no primeiro turno, a exemplo do PCO, em nome da defesa da democracia e do combate ao bolsonarismo, se encontram em posição delicada, já que suas críticas ao governo de frente ampla são demagógicas. O cinismo dessas correntes pseudo marxistas passa despercebido até mesmo entre o destacamento mais avançado da vanguarda militante devido a sua pouca ou nenhuma inserção nos seio do proletariado.

Há que se considerar que esses múltiplos aspectos da crise política emanam das profundas contradições que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas, que resultam no recrudescimento da exploração da força de trabalho, na alta concentração de capital, no agigantamento do poder da grande propriedade dos meios de produção, na expansão do parasitismo financeiro e na intensificação da subordinação do País ao poder das potências mundiais.



As diretrizes do pretenso governo nacional-reformista petista, destinadas a compensar os brutais desequilíbrios econômicos e sociais, que separam a diminuta classe burguesa oligárquica da maioria nacional envolta na pobreza, miséria e fome, se esgotaram ou estão a caminho de seu esgotamento. Lula manteve as contrarreformas da ditadura civil de Temer e do governo ultradireitista de Bolsonaro, responsáveis pela liquidação dos direitos trabalhistas mais elementares de proteção aos assalariados. Não bastando, promove suas contrarreformas a conta-gotas para não serem tão perceptíveis como as que são dirigidas a conter o déficit fiscal e a sustentar a assombrosa dívida pública.

Os petistas estão encabulados pelo fato de o crescimento econômico ter sido satisfatório e a taxa de desemprego diminuído se comparados com o período da pandemia, bem como Lula ter mantido a linha do assistencialismo social, e mesmo assim o governo ter se distanciado das massas. Ocorre que o crescimento de 3,5% e a redução do desemprego têm por base um período de brutal queda.

O fator mais significativo se encontra no crescimento da terceirização e da informalidade, ao lado do subemprego estrutural. Uma pequena camada que recebe salário ou soldo vive aristocraticamente, enquanto que a imensa maioria oscila entre a pobreza e a miséria. A ausência de estabilidade mínima no emprego golpeia diariamente milhões de famílias. As favelas continuam a se proliferar e as ruas dos grandes centros recebem um fluxo constante de sem-teto. O sistema de educação pública se decompõe ao mesmo tempo em que o sistema público de saúde não suporta a carga de milhões de doentes e estropiados carentes de recurso mínimos. Por cima dessa base social, a aristocrática minoria acumula mais e mais riqueza e especula com a criminosa dívida pública. Uma fração do grande capital critica Lula por não ser consequente com a continuidade das contrarreformas, despendendo muito recurso para manter o consumo e assim elevar o crescimento da dívida pública que avança para a casa dos 100% do PIB. Querem com urgência uma nova reforma da Previdência, que, diga-se de passagem, não agradava Lupi, exigem desvincular o reajuste do salário com os gastos sociais, e acelerar a reforma administrativa.

De conjunto, esses são os fatores materiais da instável governabilidade que caracteriza todos os governos da denominada "Nova República". A burguesia e o imperialismo contou como contrapeso a formação e expansão de uma vasta, bem organizada e aparelhada burocracia sindical. A política de colaboração de classes impulsionou a estatização dos sindicatos e promoveu o estilçamento do movimento sindical, montado por mais de dez centrais, sendo a CUT controlada pelo PT e a Força Sindical, pelo Solidariedade, ambos servindo de ponta de lança da sujeição dos explorados à exploração da força de trabalho.

A criação do PT na década de 1980 e seu fortalecimento nos anos de 1990 foram decisivos para a montagem da estrutura burocrática que engessou o sindicalismo e o subordinou às idiossincrasias da política e dos governos burgueses. O PT teve uma ascensão vertiginosa nas décadas posteriores e sua queda no seu quarto governo representado por Dilma Rousseff, defenestrada em 2016. Setores importantes da burguesia e do imperialismo admitiram, depois da grotesca experiência com a administração da ultradireita bolsonarista, que a volta de Lula à presidência seria um instrumento para conter o descontentamento das massas com as contrarreformas trabalhista e previdenciária. O sindicalismo de colaboração continuaria servindo para os exploradores canalizarem os instintos de revolta dos oprimidos na situação em que afundava os governos nascidos do golpe de Estado de 2016.

Não se tem na história do sindicalismo brasileiro um período em que a burocracia controlasse com mãos de ferro os sindicatos, formando camarilhas e castas profissionais, recorrendo ao gangsterismo e prostituindo a função de direção sindical. Em grande medida, se eliminou a democracia sindical e se retirou qualquer poder das bases sobre as assembleias, quando raramente são convocadas. Praticamente, se extinguíram as campanhas salariais. Sobrepueram-se os acordos de flexibilização capitalista do trabalho ditados pelas multinacionais.

É nesse marco que vem à tona a escandalosa corrupção montada no interior dos sindicatos e associações entre a burocracia sindical e a burocracia estatal. Está bem claro, se recorremos à análise da burocratização dos sindicatos e implantação da política de colaboração de classes, que o governo Lula é tão responsável quanto os governos de Temer e Bolsonaro.

O PT, PDT, PSB, PCdoB, Solidariedade, sobretudo, são parte da política burguesa de manutenção do capitalismo em decomposição, cujas consequências se medem pela aniquilação de parte da força de trabalho, pela expansão da pobreza entre os trabalhadores e pela manutenção da fome estrutural. Não pode haver nenhuma sombra de dúvida de que a crise do governo petista, na forma de governo de frente ampla, é expressão das contradições do capitalismo que se decompõe na forma de alta concentração de riqueza e expansão da pobreza, de choque das forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de exploração de trabalho, bem como as fronteiras nacionais. Trata-se de um processo que não se limita e nem nasce nas condições internas do Brasil semicolonial. Deitam suas raízes na economia mundial regida pelo domínio imperialista.

O governo Lula - como os de toda a América Latina e de outros continentes oprimidos e saqueados - está envolto na guerra comercial desfechada por Trump. Tudo indica que a economia mundial se ressentirá dos seus impactos, e mais ainda as mais débeis. O Brasil tem potencialidade para resistir, mas seus alicerces econômicos estão assentados no poder do grande capital, que seguirá os ditames das potências em disputa pelo mercado, pelas fontes de matérias-primas e pela tecnologia de ponta. Nenhum governo burguês dos países de economia atrasada tem como erguer trincheiras de defesa nacional. Ao sucumbirem às pressões externas, impõem maiores sacrifícios aos explorados, ou seja, à classe operária, à classe média pobre e aos camponeses que dependem de seu próprio trabalho. É diante dessa perspectiva que se encontra a maioria nacional oprimida.

O Partido Operário Revolucionário tem consciência de suas limitações que correspondem à crise de direção mundial. Mas, baseado nas experiências históricas, sabe perfeitamente que as massas vão resistir e potencializar seu partido. A situação calamitosa exige que a vanguarda com consciência de classe não ceda e prepare as condições organizativas para os combates entre as classes antagônicas. O ponto de partida da situação atual está em lutar pela independência do proletariado e dos demais explorados diante do governo burguês de Lula, colocando em marcha um movimento por um programa próprio de reivindicação e de solução da crise estrutural do capitalismo. Essa é a via para cortar a cabeça da direita e ultradireita burguesas, abrigadas por meio de vários partidos oligárquicos no Estado e superpostas às massas desorganizadas. Os acontecimentos justificam e fortalece a bandeira do POR de organizar a partir dos sindicatos e movimentos uma Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula. Justificam a bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta, com greves e manifestações, em defesa da vida dos explorados.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Ceará

Ciro busca aliança com bolsonaristas contra o PT visando 2026



Pela primeira vez desde a derrota nas eleições municipais de 2024, o principal chefe da fraturada oligarquia Ferreira Gomes, **Ciro (PDT)**, saiu a campo para articular alianças partidárias. Para espanto de muitos, no dia 06/05, apareceu cercado de deputados bolsonaristas do PL e reacionários pastores (como a deputada Dra. Silvana), além do Partido Progressista e do União Brasil para analisar o panorama estadual e anunciar alianças para 2026. **Ciro** alfinetou **Elmano** e chamou seu irmão, **Cid**, de “cúmplice dessa tragédia que está acontecendo no Ceará”; lançou a pré-candidatura do ex-prefeito **Roberto Cláudio/PDT** ao governo do estado e, buscando apoio do PL, sinaliza campanha para o deputado **Alcides Fernandes** (pai do reacionário **André Fernandes**) ao Senado.

A aliança de **Ciro** com os bolsonaristas é mais um episódio na guinada que vem se processando desde as eleições municipais, quando líderes do PDT, incluindo seu candidato derrotado (o então prefeito **José Sarto**), declararam apoio ao candidato bolsonarista a prefeito, **André Fernandes**, no segundo turno. A amarga derrota de **Sarto**, que ficou apenas em terceiro lugar na disputa, tirou da ala cirista da oligarquia seu último reduto em termos de máquina pública. Além disso, a tentativa de uma desforra sobre o PT e aliados no segundo turno, com o apoio a **André**, também malogrou sem nada obterem. Eis a fonte de seu desespero atual. Contudo, a derrota do bolsonarismo por uma estreitíssima margem de votos (pouco mais de 10 mil) mostrou as imensas possibilidades futuras. **Ciro** tem clareza disso em seus cálculos. Tendo perdido completamente sua base entre os eleitores mais à esquerda, restou a busca ansiosa por alianças com a ultradireita. A diferença agora

é que ao invés de candidaturas próprias do PDT e apoios formais apenas no segundo turno, se lançam, já de partida, à unidade no primeiro turno. A nova aliança PDT-PL, imposta por **Ciro**, poderá passar sem crises internas? Tudo indica que não. Rusgas e cisões estão por vir. Enquanto **Ciro** controla o PDT estadual com mão de ferro e o força a uma aliança com a ultradireita, o mesmo partido em Fortaleza compõe, na prática, a base de apoio de **Evandro Leitão/PT**. Uma ala nada desprezível que inclui deputados como **André Figueiredo** e **Idilvan Alencar**, além de inúmeros vereadores, pode, a depender dos choques e negociações internas, migrar de sigla. É para ela que tem acenado **Cid Gomes**, desafeto de **Ciro** e chefe do PSB estadual, ao fazer convites de filiações a pedetistas.

Enquanto a oposição ao governo traça uma atuação unitária, **Elmano** se vê às voltas com um novo problema na segurança pública. Em Fortaleza, as mortes e novas chacinas (como a do bairro Barra do Ceará) tem revelado o poder cada vez maior das facções. O governador reuniu seu gabinete às pressas, no dia 07/05, para anunciar, publicamente, medidas de contenção ao novo pico de violência. Este velho problema, ao mesmo tempo em que é explorado pelos adversários bolsonaristas, tem se tornado o calcanhar de **Aquiles de Elmano**. Em outras áreas, **Elmano** já se inclina fortemente para os capitalistas e seus negócios (liberação da pulverização aérea, repressão a servidores em greve etc.). Todavia, na área da segurança ainda não emprega os métodos policiais típicos dos governadores bolsonaristas (**Caiado**, **Tarcísio**) como a liberação da violência policial contra as massas, chacinas da PM etc. Contudo, não está descartado que o faça, desde que as condições eleitorais assim o exijam, que é o que vem ocorrendo.

O proletariado e a juventude oprimida precisam rechaçar estas duas alas da política burguesa e seus choques esporádicos como completamente alheios aos interesses históricos e imediatos da maioria oprimida. A luta pelo pão, pelo trabalho, por condições dignas de vida, pela revogação das contrarreformas etc. exige a organização e a luta sob a bandeira da independência de classe. O POR levanta a consigna de oposição revolucionária ao governo burguês de **Elmano/PT** e denuncia igualmente as demagogias da ultradireita maldita. Chamamos os explorados e a vanguarda consciente a lutar por um poder próprio dos trabalhadores, o governo operário-camponês, e a exigir das centrais que rompam com a conciliação e convoquem um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios.

Intervenção do Partido Operário Revolucionário (POR) no 1º de Maio

São Paulo

Mais uma vez, 1º de Maio marcado pelo divisionismo

Na capital paulista e na região metropolitana, aconteceram ao menos 5 manifestações relativas ao Dia Internacional dos Trabalhadores. A Força Sindical organizou seu ato com sorteios de carros no Campo de Marte, na zona norte. A burocracia cutista organizou um show com diversos artistas e falas políticas interca-

ladas, em São Bernardo do Campo, no ABCD paulista. Na Avenida Paulista, duas frentes convocaram manifestações em diferentes locais, num ponto o VAT (Vida Além do Trabalho), impulsionado principalmente pela ala direita do PSOL, e em outro ponto, no MASP, uma frente dos centristas, dirigidos pelo PSTU/Conlutas,

palavras. Tem de colocar a unidade na prática, que é a unidade das greves que estão acontecendo.

O 1º de Maio é internacionalista, porque ele se coloca contra as guerras de dominação. A guerra na Ucrânia, defendemos o fim da guerra na Ucrânia, pela expulsão das tropas russas e pelo fim de todas as bases da OTAN da Europa. Pela saída dos Estados Unidos. Os Estados Unidos devem tirar as mãos da Ucrânia, por uma paz sem anexação, contra a paz ditada por Trump, que é uma paz anexacionista. Por isso, nós defendemos que o 1º de Maio é internacionalista. E defendemos, é claro, o fim do genocídio do povo palestino, porque já são mais de 60 mil mortos palestinos, a maioria mulheres e crianças. Por isso, temos de lutar pelo fim do genocídio na Palestina. E a resposta só pode ser com uma república socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

A saída é revolucionária, camaradas! Por fim, o 1º de Maio é revolucionário, porque ele é revolucionário por natureza. O 1º de Maio deve estar sob as bandeiras da Revolução Proletária. Só é possível conquistar o programa dos trabalhadores, que foi esse programa que nós colocamos agora, através da estratégia revolucionária. É preciso erguer a bandeira da Revolução Proletária como

guia, para poder levantar nossas táticas, a tática da unidade e do programa próprio da classe operária e dos demais trabalhadores.

Concluo, camaradas, levantando e destacando essa palavra de ordem que está aqui, porque a tática para conquistar essas reivindicações é cobrando das direções sindicais, das direções políticas, que organizem imediatamente um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios, em defesa da luta dos trabalhadores por suas próprias reivindicações.

Seguimos na luta, camaradas! Viva o 1º de Maio, classista, revolucionário e internacionalista!



São Paulo - ABC

Ato em São Bernardo do Campo



1ª intervenção

Camaradas, é importante resgatar a história de luta da classe operária internacional que deu origem ao 1º de Maio. Reivindicamos os mártires de Chicago e todos os operários e explorados que tombaram lutando contra o sistema capitalista putrefato. Resgatar o caráter de luta do 1º de Maio é de fundamental importância para mostrar a traição que significa os atos festivos, governistas e eleitoreiros.

O POR rechaça o 1º de Maio governista, festivo e eleitoreiro organizado pelas centrais como a CUT, Força Sindical e demais centrais pelegas. O POR participa desse ato, para defender um 1º de Maio de luta, independente dos patrões e dos governos. O 1º de Maio operário internacionalista e socialista.

Neste 1º de Maio, o POR levanta a bandeira do fim das guerras de dominação e por uma paz e anexação. Camaradas, o capitalismo se encontra em profunda decomposição. As guerras de dominação na Ucrânia, no Congo e o genocídio do povo palestino são resultantes do capitalismo em desagregação. Expressam o esgotamento da partilha do mundo pós Segunda Guerra Mundial. O

acordo de paz que propõe Donald Trump significa, na verdade, a anexação da Ucrânia e a apropriação das riquezas naturais, como as terras raras, o petróleo e o gás pelos Estados Unidos.

O POR levanta, neste 1º de Maio, a bandeira do fim da guerra de dominação.

Fora as tropas sionistas e dos Estados Unidos, do território da Palestina e do Oriente Médio.

Por uma república socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

A autodeterminação do povo ucraniano, a integralidade territorial da Ucrânia e que somente o proletariado ucraniano, russo e de mundo, organizado no seu partido revolucionário, pode com os métodos da revolução proletária colocar fim à guerra de dominação e defender uma paz sem anexação, sem nenhuma ingerência dos EUA e do imperialismo.

O POR defende a constituição de uma frente única anti-imperialista para unificar a maioria nacional explorada sob a direção da classe operária para expropriar a burguesia do poder e expulsar o imperialismo, e constituir o nosso próprio governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

2ª Intervenção do POR

Saudações revolucionárias camaradas. Estamos aqui no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, neste 1º de Maio. Nós do Partido Operário Revolucionário (POR) estamos defendendo a luta independente da classe operária e dos demais trabalhadores, combatendo o 1º de Maio festivo, distracionista e eleitoreiro.

O 1º de Maio tem sua origem na luta da classe operária em defesa das condições de trabalho, da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. O POR reivindica neste 1º de Maio a luta dos mártires de Chicago, a luta da classe operária mundial. Defende o fim das guerras de dominação, e uma paz sem anexação!

Este 1º de Maio, camaradas, está marcado por duas crises: uma crise econômica capitalista e a outra, uma crise de direção. Um exemplo da crise de direção, camaradas, é o que se passa com os trabalhadores na Avibras, que estão em luta contra o fechamento



da fábrica há mais de 3 anos, sem salários, sem direitos e a patronal sem dar nenhuma resposta. E não há uma direção revolucionária capaz de impulsionar a luta pela estatização da fábrica e impor o controle operário. E a crise de direção se mostra nesse caso quando a direção da Conlutas, dos sindicatos metalúrgicos de São José, se limitam a pedir, a implorar, que o governo estatize a fábrica, quando o papel da direção do sindicato é convocar a Assembleia Geral dos metalúrgicos de São José e do Vale do Paraíba, para defender a ocupação da fábrica, o controle operário da produção e defender, por meio da ação direta das massas, da classe operária de todo o país, a estatização, sem indenização, sob o controle operário da Avibras e de todas as fábricas que ameaçarem fechar.

Outro exemplo da crise de direção, camaradas, são os companheiros da fábrica Movent, em Diadema, que estão desde fevereiro acampados na porta da fábrica. A fábrica fechou, não pagou salários, não pagou direitos e a direção pelega do sindicato metalúrgico do ABC se limita também a fazer coleta de cestas básicas, para entregar aos trabalhadores, quando o papel do sindicato é a convocação da Assembleia Geral dos metalúrgicos do ABC, dos metalúrgicos de São Paulo, unificada com os metalúrgicos e trabalhadores de todo o país. Isso para defender os empregos, contra o fechamento das fábricas, nenhuma demissão e levantar a bandeira

da ocupação da fábrica, do controle operário, da produção pelos trabalhadores e exigir que o governo pague o salário e todo o direito dos trabalhadores.

Esse é o papel da direção dos sindicatos! E o que estamos vendo nos últimos anos é a política de traição, de conciliação, das direções sindicais, da CUT, Força Sindical, Conlutas, que têm o mesmo método, que utiliza a mesma política, de conciliação, de negociar os acordos, de terceirização, demissão, redução de salários e direitos. Por isso, camaradas, neste 1º de Maio, o Partido Operário Revolucionário chama a classe operária e demais explorados a exigirem a convocação de um Dia Nacional de Luta, que seja da classe operária, para colocar abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária, a lei da terceirização e defender emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Isso significa a divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho.

3ª Intervenção

Sou militante do POR, o Partido Operário Revolucionário. Ao subir no carro de som, controlado pela burocracia sindical, fui proibida de falar contra o genocídio do povo palestino. Além da defesa do fim do genocídio na Faixa de Gaza, denunciamos a decisão do ministro do STF, Flávio Dino, de autorizar a prisão de Mustafa Goktepe, a pedido do governo da Turquia, que o acusa de terrorista. Porque participou do movimento popular em 2016 contra a ditadura de Erdogan. Desde esse acontecimento, o governo turco persegue os opositores.

Outros turcos brasileiros também estão proibidos de voltar à Turquia, por ser oposição ao governo de Erdogan, que se utiliza da religião para mascarar sua ditadura fascista. O governo ditador e pró-sionista não tolera nenhum tipo de oposição. O ditador Erdogan, que tem bases militares de Israel é conivente com o genocídio do povo palestino.

Entregar Mustafa Goktepe é decretar sua pena de morte.

O POR exige do governo Lula a revogação imediata da prisão e fim do processo de extradição de Mustafa Goktepe. Abaixo as perseguições políticas e toda a opressão! Viva a resistência histórica do povo palestino! Viva o internacionalismo proletário! Viva o Comitê de Enlace pela reconstrução da Quarta Internacional!

São Paulo – Litoral Norte

Balanco do 1º de Maio no Litoral Norte

O 1º de Maio do Litoral Norte, organizado pelo Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais, ocorreu na Praça Cândido Mota, no centro de Caraguatatuba, teve início às 9 horas e contou com a participação de aproximadamente cem manifestantes, partidos políticos, movimentos sociais, como CB, PT, PSTU, POR, UP, PPRI, CULT, MAB (Movimento Atingidos por Barragem), Comunidade dos Pescadores do Litoral Norte, Coletivo Caiçara, SindCaraguatatuba (Conlutas), CUT e CSP-Conlutas. A maioria das falas focou em denúncias sobre as questões econômicas que afetam a vida dos trabalhadores, como as condições de trabalho, precarização dos serviços, arrocho salarial, escala 6x1, etc. Também foram feitas defesas de um 1º de Maio classista, de luta e internacionalista.

A Corrente Proletária do LN-SP (POR) participou com suas bandeiras, montou banca de livros, jornais, folhetos e fez a distribuição de dois manifestos: um do 1º de Maio e outro da campanha salarial dos servidores municipais de São Sebastião, que decidiram pela greve nos vários setores representados pelo SINDSERV, (Sindicato dos trabalhadores municipais) e em defesa da greve dos

petroleiros da UTGCA–Unidade Caraguatatuba. Um militante do POR fez uma fala, onde expôs um apanhando geral do conteúdo do manifesto, mostrando que a crise econômica e social do capitalismo é estrutural e seus fundamentos têm por conteúdo aprofundar e recrudesce os ataques à classe operária e ao conjunto dos trabalhadores, a exemplo das guerras de dominação em curso (guerra da Ucrânia, genocídio dos palestinos, no continente africano etc.). Assinalou que essa crise se manifesta nacionalmente através das contrarreformas aplicadas pelos governos burgueses, como a reforma trabalhista de Temer e previdenciária de Bolsonaro, e que o governo burguês de frente ampla de Lula é de continuidade e implementação dessas contrarreformas e de ataques aos trabalhadores, uma vez que também procura descarregar o peso da crise capitalista nas costas dos explorados. Fez a crítica às direções das centrais sindicais, que acabam aplicando a política de conciliação de classes, desviando a luta para as ilusões democráticas e para o parlamento burguês, corroborando com a ofensiva patronal. Destacou a importância do 1º de Maio ser o ponto de

partida para a organização de um Dia Nacional de Luta, com greves, ocupações e bloqueios de avenidas e ruas, como preparação da greve geral contra opressão capitalista. Destacou a importância do resgate da independência política da classe operária perante os patrões e governos e concluiu com um viva ao 1º de Maio classista, operário e internacionalista.

Após o término das falas, os manifestantes saíram em passeata pelo centro da cidade, onde funciona o comércio local até a Aveni-

da da Praia, onde ocorreu o encerramento por volta das 12 horas.

Avaliamos que o ato foi positivo, apesar do pequeno número de participantes, e expressou um caráter de luta, não festivo, antigoverno e classista. Garantiu a democracia operária, com o microfone aberto para todos os presentes que quisessem falar e se manifestar antes e durante a passeata, que seguiu entoando palavras de ordem em defesa do 1º de Maio classista, de luta e internacionalista.

Rio de Janeiro

1º de Maio carioca marcado pelo circo montado pelas direções sindicais

O 1º de Maio no Rio de Janeiro foi realizado na Cinelândia, região central da cidade. O Dia Internacional dos Trabalhadores reuniu centenas de pessoas e contou com a participação de diversas organizações sindicais e correntes políticas como a CSP-Conlutas, movimento VAT, a Frente Socialista Revolucionária, POR, MRT, OCI, Emancipação Socialista, PSTU, UP, PCBR entre outras. Dentre as bandeiras e reivindicações levantadas, vale destacar o fim da escala 6x1, a luta dos entregadores de aplicativos por melhores taxas e condições de trabalho e a mobilização contra a privatização da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro).

Diante das principais direções políticas e sindicais presentes, destaca-se o caráter festivo e governista do ato. O POR fez sua intervenção com bandeiras, distribuição dos manifestos e banca de materiais. Reivindicamos um 1º de Maio classista e combativo, independente dos governos, do Estado e dos partidos burgueses, contra a burocracia sindical e o colaboracionismo de classe, que quebra a revolta das massas e desvia a luta para o governismo e disputas interburguesas. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de um Dia Nacional de Luta, com manifestações, paralisações e

bloqueios, que expresse o descontentamento das classes trabalhadoras diante da continuidade das contrarreformas e do Arcabouço Fiscal pelo governo Lula/Alckmin.



Rio Grande do Sul

Divisionismo, Sectarismo e Oportunismo no 1º de Maio em Porto Alegre

O 1º de Maio é uma data com significado histórico. Representa a luta operária contra a exploração capitalista. Suas origens estão na segunda metade do século XIX, quando as greves pela redução da jornada de trabalho alcançaram vitórias e também evidenciaram não apenas a indisposição, como também a incapacidade da burguesia em atender às reivindicações dos explorados e sua reação violenta às manifestações de descontentamento do proletariado.

A cada ano que passa, porém, o 1º de Maio vem sendo esvaziado no seu conteúdo histórico e político. As direções dos movimentos sindicais, populares e estudantis, subordinadas aos governos burgueses, transformaram o 1º de Maio em uma festa, em uma comemoração, em uma data despolitizada e voltada para aprofundar a política de conciliação entre as classes sociais. Não são raras as referências ao 1º de Maio como “dia do trabalho”, invés de “dia do trabalhador”, o que demonstra quão rápido vem se modificando o significado dessa data tão importante para a classe operária.

Este ano, em Porto Alegre, os acontecimentos do 1º de Maio revelaram o oportunismo e o divisionismo impostos pelas direções sindicais. Tratava-se de um 1º de Maio após um ano de tragédias no Rio Grande do Sul, que em maio passado atravessou uma enchente avassaladora que deixou milhares de pessoas desabrigadas, um rastro de mortes, desemprego, elevação do custo de vida e conflitos políticos. Um 1º de Maio diante de um governo de continuidade dos ataques aos direitos trabalhistas, sociais e às condições de vida. Um 1º de Maio marcado por três anos de uma guerra

que se estende no Leste Europeu, transforma a Ucrânia em ruínas e aprofunda a crise econômica mundial; e por um ano de um massacre inigualável no Oriente Médio, que dizima o povo palestino. Um 1º de Maio em meio a uma guerra comercial imposta pelos EUA contra a potência chinesa, que afeta as economias do mundo todo. E um 1º de Maio que se encontra diante de uma escalada bélica que ameaça devastar a humanidade. Era de se esperar que o 1º de Maio expressasse a mais ampla revolta contra a exploração, o descaso e a destruição capitalistas, que servisse de ponto de partida para uma retomada do movimento e da organização dos explorados em defesa dos seus interesses próprios. Mas, a realidade é oposta: tivemos cinco atos diferentes, nenhuma adesão popular, menos ainda operária e contamos ainda com a falsificação de uma greve que nunca existiu.

O PT e o PCdoB organizaram uma festa com direito a shows, atividades culturais, distribuição de brindes etc., pois precisam defender seu governo e mascarar a quem este serve, encenando uma comemoração. Para isso, contaram com seus fiéis escudeiros de correntes do PSOL e PCO. O que explica a existência de um ato alternativo no 1º de Maio, que em Porto Alegre, tem como organizador majoritário o PSTU.

Ocasionalmente, reuniões são convocadas pelos partidos, organizações e coletivos de esquerda para organizar manifestações, atos, atividades em geral, a parte das direções das entidades. Seja no 1º de Maio, no 8 de Março, ou qualquer data significativa. Não importando de onde surge a iniciativa, estas reuniões sempre são

realizadas sob a tutela do PSTU, e servem justamente para que mantenham o controle sobre os grupos políticos menores, impondo sua linha política centrista, fazendo concessões que não contradizem seus interesses. Assim foi também nesse 1º de Maio.

Já aqueles que se reivindicam do anarquismo e autonomistas realizaram atividades próprias, a portas fechadas, e algumas manifestações culturais, assim como fizeram os governistas.

A UP, por sua vez, não se uniu a nenhum dos atos e organizou também suas próprias atividades voltadas aos seus próprios militantes, tanto em Porto Alegre quanto em outras cidades do estado.

Dessa forma, o 1º de Maio ficou fatiado, respondendo a interesses particulares decorrentes da busca pela autoconstrução e pela projeção eleitoral dos grupos de esquerda.

“Ato Unificado Independente”

Centristas e reformistas desfiguram a luta pela redução da jornada sem redução dos salários

A bandeira contra a escala 6x1 levantada pelo movimento Vida Além do Trabalho e posteriormente cooptada eleitoralmente pelo PSOL tem um caráter reformista inerente devido a separação entre a redução da jornada de trabalho e a escala móvel das horas de trabalho e de salário. As correntes de esquerda não titubearam em levantar tal bandeira e enfeitá-la, cada qual com distintos complementos a fim de se diferenciarem uma das outras em algum aspecto, com acréscimos impositivos como “30 horas semanais”, ou “40 horas semanais” ou mesmo definindo uma nova escala, como 5x2, 4x3 etc. Estes acréscimos nada modificam a essência reformista dessa bandeira, uma vez que a jornada de trabalho deve ser estabelecida pelos próprios trabalhadores, baseando-se no trabalho que se tem disponível e indissociável do salário vital cujo reajuste se dê conforme a inflação. Essas variantes apenas expressam a ausência de programa das correntes, uma vez que são elaboradas a partir de uma análise subjetiva do que cada uma acredita ser mais “aceitável” e menos “exploratório”, invés de partir de uma conclusão da situação econômica objetiva.

Em Porto Alegre, o fenômeno do movimento contra a escala 6x1 sofreu uma modificação própria após a descoberta das corren-

tes de esquerda de que a rede de supermercados Zaffari impunha aos seus trabalhadores escalas de 10x1, além de outras condições insalubres de trabalho. O movimento então estabeleceu como alvo as lojas do Zaffari e acabou se reduzindo a atos vanguardistas contra a marca. VAT, PSTU, MRT, PCBR e outros grupos, chegaram ao ponto de criar uma organização autoproclamada representante dos trabalhadores do Zaffari e declarar greve, de forma arbitrária, sem nenhum tipo de deliberação coletiva, sem nenhuma assembleia, sem nenhuma autoridade para tal. Sob o argumento de que a direção do sindicato está vendida aos patrões, acreditam que o método é a autoproclamação e a pressão aos trabalhadores para que deixem seus postos de trabalho e juntem-se a eles nas ruas, se expondo e colocando em risco seus empregos, de forma individual. Conseguiram até uma liminar da Justiça proibindo o Zaffari de demitir durante a “greve”, contribuindo para o movimento patronal de condenar qualquer manifestação de descontentamento e colocar nas mãos da Justiça burguesa a legalidade das greves e paralisações. Diante do vexame que foi a adesão praticamente nula por parte dos trabalhadores do Zaffari à greve imposta de fora, invés de uma autocritica e reavaliação de seus métodos, cantam vitória como se tivessem dado um grande passo em direção a qualquer coisa.

Isso evidencia a incompreensão destas correntes quanto a ideologia burguesa, a relação entre as classes, a organização política dos explorados, ao papel do Estado na sociedade capitalista, aos métodos e as táticas de luta do proletariado. É consequência da ausência de uma estratégia, de um programa partidário, demonstra o caráter pequeno-burguês e eleitoreiro desses grupos, que tentam arrastar o proletariado em aventuras sem propósito, chegando pôr fim à conclusão de que o proletário não é capaz de compreender suas ideias e assim se rebaixam cada vez mais. Esse é o caminho inevitável do centrismo de correntes como PSTU, MRT, PCBR e similares.

O fato do 1º de Maio independente de Porto Alegre ter sido essa demonstração de centrismo e irresponsabilidade revela a necessidade de construir o Partido Operário Revolucionário no Rio Grande do Sul e desenvolver o programa político da revolução social, que passa por desvendar as relações e contradições da sociedade capitalista e as particularidades regionais, assim como os métodos, as reivindicações e as táticas adequadas para aplicação prática do programa.

Rondônia

A teatralização do 1º de Maio

Em Rondônia, as centrais e os sindicatos converteram o 1º de Maio em dia festivo. Há anos que essa teatralização vem sendo imposta. Desconhecendo a luta dos operários contra a exploração da patronal e dos governantes. E a política dos países imperialistas contra as nações e povos oprimidos, como se passa na guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza.

As centrais, como a CUT e CTB, participaram do evento que antecedeu o 1º de Maio, convocado pela Superintendência Regional do Trabalho. Os sindicatos mantiveram as festividades e cada vez mais se distanciam da necessidade de trazer para os operários e explorados em geral, a compreensão de um 1º de Maio classista e de luta. O distanciamento deste objetivo chegou a tal ponto, que o maior sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (Sintero), no dia 1º de Maio realizou uma festa com sorteios de um carro e 11 motos para os filiados de todo estado, uma para cada regional. Reproduziu, assim, o que a burocracia direitista da Força Sindical faz em São Paulo.

A militância da Corrente Proletária da Educação (CPE) criticou

essa política da burocracia do Sintero, como forma de ampliar a filiação ao sindicato. Ou de realizar encontros de formação (palestras acadêmicas) para atrair os trabalhadores da educação. Reafirmou a posição de que a campanha de filiação tem de ser feita com os métodos classistas e de luta e não com sorteios e palestras distracionistas.

Apesar dessa terrível situação imposta pelos burocratas do sindicato, a militância da CPE interveio no encontro de formação do Sintero e nos encontros que se realizaram nos dias 2 e 3 de maio em Porto Velho com o Manifesto nacional em defesa de um 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista.

A atividade de rua, que aconteceu na capital, foi a costumeira atividade que a CPE realiza todo o ano. Foi o que ocorreu esse ano. Os sindicatos e centrais sindicais não chamaram os trabalhadores para manifestarem-se nas ruas contra a exploração do trabalho. Assim, no dia 30/04, a CPE fez uma panfletagem com o Manifesto do 1º de Maio classista e de luta na região periférica de Porto Velho.

Rio Grande do Norte

Ato do 1º de maio em Natal/RN foi unificado e de luta



Diferente do ano passado, o 1º de Maio em Natal foi de unidade, com CTB, CUT, Intersindical e CSP-Conlutas, compondo o ato pelas Centrais. Na reunião de organização, o MRT teve uma política sectária ao ser contra a unidade com a CUT. Queria aprovar artificialmente a posição de que a Conlutas e as demais organizações envolvidas não convidassem a CUT para a articulação do ato de rua, justificando o burocratismo. Porém, o POR foi contra esse encaminhamento na reunião, destacando que inviabilizaria a construção da unidade, e que se a unidade for quebrada, que isso parta da própria CUT caso negue o convite. No final, apesar de as votações serem simbólicas, no sentido de cada um ter sua autonomia e não ser obrigado a se submeter a uma votação, ficou acordado que se chamaria a CUT para a construção do 1º de Maio.

O resultado foi um ato maior do que os anos anteriores e com maior diversidade de representações. Além das Centrais, houve a presença do Sintest-RN, Bancários, Sinai, Sindesind, Sinte-RN, Sindaúde, Sindconfeções, Sindpetro, entre outros; os movimentos de moradia MPLP, MLB, além do MST e os partidos POR, ART, UP, PSOL, PSTU, PCBR, PT e PCdoB e entidades estudantis. Também entrevistaram mandatos petistas.

As palavras de ordens da maioria das entidades foram: “sem anistia para Bolsonaro”; fim da escala 6x1; e contra o Arcabouço fiscal. Chamou a atenção, a intervenção da vereadora do PSOL, Tabata Pimenta, vestida com a camisa do VAT, dizendo estar lutando para que haja gratuidade no transporte público para os trabalhadores da escala 6x1. O PSTU/Conlutas falou desde a necessidade da revolução socialista à prisão de Bolsonaro; se solidarizou à “resistência da Ucrânia” ao ataque da Rússia. O MRT comprou um tímido, com poucos militantes e desorganizado. Distribuiu para algumas pessoas nota acusando o PSTU e PCBR de não terem construído um ato independente (sem a CUT), depois de ter publicado um dia antes do ato que ainda daria tempo desses dois

partidos voltarem atrás contra a unidade com a CUT.

O POR interveio com distribuição do Manifesto e fala pública. Saudou a unidade no RN e falou da importância de um ato internacionalista. Afirmou a necessidade de lutar para derrubar as contrarreformas e defendeu a redução da jornada de trabalho para todos, sobretudo para os trabalhadores do comércio. Alertou aos trabalhadores para não se iludir com as instituições da burguesia, mas sim acreditar no método próprio dos oprimidos, com ação direta. Colocou a necessidade da unidade internacional para lutar contra a mortandade das guerras da Ucrânia e da Faixa de Gaza, denunciando que o capitalismo imperialista tenta resolver suas contradições potenciando a barbárie social, por meio das guerras comerciais (taxações de Trump) e guerras bélicas.

Pronunciamento do POR

Bom dia, companheiros e companheiras. Quero saudar este grande dia. Este dia de unidade entre os oprimidos do mundo todo. Porque o 1º de Maio é por sua natureza internacionalista e revolucionário.

Nesse 1º de Maio, devemos erguer as bandeiras de fim da barbárie social imposta pelo capitalismo. Fim da pobreza, miséria e fome impostas pelos governos e patrões. Fim das contrarreformas, que são um duro golpe ao proletariado e aos demais trabalhadores.

Está aí por que foi um acerto aqui no Rio Grande do Norte ocorrer um ato unificado do 1º de Maio. No entanto, a unificação tem de estar sob as reivindicações que unificam a maioria explorada. Para isso, a defesa da redução da jornada sem redução dos salários, o salário mínimo vital e a derrubada das reformas trabalhista, previdenciária e a lei da Terceirização devem ser o que nos une nesse 1º de Maio. Tem de estar sob os métodos próprios da classe operária, que são as greves, ocupações e manifestações de rua. E um 1º de Maio verdadeiramente internacionalista tem de se colocar pelo fim das guerras de dominação, fim do genocídio do povo palestino e por uma paz sem anexação.

Companheiros, o Manifesto que distribuímos tem como título “Por um 1º de Maio, classista, revolucionário e internacionalista. Encerro minha fala levantando essas palavras de ordem. Viva o 1º de Maio. Viva a unidade dos oprimidos do Rio Grande do Norte! Viva a unidade das centrais, dos partidos, dos movimentos. Por um 1º de Maio contra o capitalismo e em defesa da revolução e do socialismo.

Fortaleza - Ceará

1º de Maio unificado foi marcado pelo oportunismo

Em Fortaleza, o ato de 1º de Maio foi unificado, tendo sido convocado pelas centrais CUT, CTB e Força Sindical, além das frentes Povo Sem Medo (FPSM) e Brasil Popular (FBP). Os organizadores fixaram como local da concentração o tradicional reduto da ultradireita: a Praça Portugal, na zona nobre da cidade. O ato reuniu cerca de 1.500 manifestantes contando com um pequeno contingente operário. A manifestação percorreu ruas e avenidas próximas e concluiu no aterro da Praia de Iracema.

Embora progressista a realização de um ato unificado, prevaleceu a linha governista e oportunista ditada pela burocracia sindical. Predominaram as palavras de ordem de “Sem Anistia” e de defesa da democracia burguesa e do governo de frente ampla.

A escolha do local de concentração, longe dos bairros operários e numa região de difícil acesso, prejudicou o movimento. A realização do ato na Praça Portugal, situada no bairro burguês da Aldeota - utilizada nos últimos anos como espaço das manifestações bolsonaristas - significava que as burocracias sindicais não se interessam em falar para o público operário, mas para o burguês e pequeno-burguês. É provável que a escolha do local tenha contribuído para um incidente, ocorrido ainda na concentração, onde um provocador direitista, acompanhado de um comparsa, esfregou uma cueca no deputado federal petista José Guimarães com fins de gravar vídeos para suas redes sociais. O tumulto foi encerrado com sua expulsão da praça pouco antes da saída dos manifestantes em marcha.

O POR esteve presente no ato em um bloco comum com PCBR, PSTU e FOB (anarquistas) preparado previamente por meio de plenárias e com carro de som próprio. O bloco permitiu uma intervenção classista em defesa das condições de vida dos explorados, defesa do internacionalismo (denúncia do genocídio israelense em Gaza) e da luta pela revolução socialista.

O POR interveio no ato com seu manifesto, banca de materiais, bandeiras, faixas e com suas falas. Levantou a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês da frente ampla e colocou a necessidade dos sindicatos romperem a conciliação de classes e lutarem pelas reivindicações mais sentidas dos explorados (salário mínimo vital, emprego a todos, redução da jornada sem redução salarial e revogação das contrarreformas).

Pronunciamento do POR

Esse é o 1º de Maio de luta classista, revolucionário e internacionalista. É um dia marcado a sangue e a fogo na história do proletariado mundial, porque é um dia onde nós saímos às ruas para lembrar da memória dos mártires de Chicago, para lembrar da memória daqueles heroicos trabalhadores, que no século XIX lutaram, com toda a energia, pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias.

E esses trabalhadores sofreram nas mãos do Estado burguês o castigo de pagarem com a vida pela petulância de lutar contra os capitalistas e a sua superexploração. É assim que termina o 1886: com o enforcamento de cinco trabalhadores heroicos que ganharam as ruas naqueles dias.

E hoje, em 2025, os trabalhadores de todo o mundo também estão nas ruas e nas praças levantando as suas reivindicações históricas. Este 1º de Maio, acontece em um momento em que nós estamos diante de uma barbárie imperialista sem fim no Oriente Médio, onde o Estado de Israel, apoiado pelos Estados Unidos e pela Casa Branca, promove um genocídio à luz do dia. Promove uma limpeza étnica, esmagando a população em Gaza. Mais de 50 mil vidas foram ceifadas por esse Estado genocida, esse Estado assassino de Israel, que é o enclave do imperialismo estabelecido no Oriente Médio para servir de elemento de dominação sobre aquela região estratégica na produção de gás natural e de petróleo.

Mas companheiros, aqui no Brasil, nós estamos diante de uma ofensiva dos patrões, de uma ofensiva da burguesia, com um governo de frente ampla, que é subserviente aos banqueiros. Que é subserviente ao grande capital, que é subserviente ao agronegócio. É um governo que é inimigo dos trabalhadores. Portanto, a nossa tarefa tem de ser a de erguer neste 1º de Maio a bandeira de oposição



ção revolucionária ao governo de frente ampla. Não à conciliação de classe! Não à colaboração entre trabalhadores e patrões. Sim à luta classista! Sim à luta pelo socialismo, a luta pelos direitos dos trabalhadores, pelo fim da escala 6x1!

Pela derrubada das malditas contrarreformas, contrarreforma previdenciária, contrarreforma trabalhista, contrarreforma na educação, arcabouço fiscal, não aceitamos nem mais um centímetro de ofensiva da burguesia sobre as condições de vida dos trabalhadores. O capitalismo no mundo inteiro se desintegra, se desintegra na Europa. Se desintegra nos Estados Unidos, onde multidões de trabalhadores e juventude começam a ganhar as ruas a partir das universidades, desafiando o governo fascista de Donald Trump, mas também o capitalismo se desintegra na América Latina e os trabalhadores têm como meta se erguerem, lutarem contra a crise de direção revolucionária, lutarem contra a conciliação e portanto defenderem as suas condições de vida. Por emprego, por salário, por educação, por saúde a todos. Terra para quem nelas trabalha, nenhuma terra para o latifúndio e o agronegócio, revolução agrária! Queremos também uma escola que atenda às condições dos trabalhadores.

Portanto, fim do ensino privado, fim da rede privada do ensino. Este é o grande grito que nós temos que ecoar nas ruas de Fortaleza também, neste 1º de Maio.

Um grande grito de viva o 1º de Maio dos trabalhadores, pelo fim do capitalismo, pela revolução proletária e o socialismo. Adiante companheiros, porque a vitória será nossa! Um grande abraço do Partido Operário Revolucionário, o POR.

Pernambuco

A luta por um 1º de Maio Classista, Internacionalista e Revolucionário

Em Recife, as organizações mais à esquerda conseguiram pela primeira vez em muitos anos organizar um ato de rua no 1º de Maio. O ato se concentrou às 10h na praça do Derby e caminhou até o Shopping Boa Vista, local onde quase todos os trabalhadores cumprem a escala 6x1. Estiveram em sua organização o POR, PCBR, PSTU, CSP-Conlutas, MRT e a Revolução Brasileira (RB) e estiveram presentes no ato, além destas já citadas, o Manguê Vermelho (MV), correntes do PSOL, Resistência Popular (RP) e o MPL. O ato conseguiu manter falas de defesa das reivindicações e defesa da independência e oposição em relação ao governo federal.

A plenária de organização para o ato aconteceu no dia 27 de abril e a democracia operária se fez presente. Nesta plenária, nós do POR defendemos a bandeira do salário mínimo vital, tendo o salário do DIEESE como parâmetro, porém tal bandeira foi der-





rotada na votação do pleno. Entre as organizações que defenderam o valor do DIEESE estiveram o POR, PSTU, CSP-Conlutas e a RB, o PCBR defendeu a remoção da bandeira e o MRT se absteve. Militantes do PCBR defenderam a retirada da bandeira do salário do DIEESE argumentando que o cálculo usado pelo instituto seria “reacionário” já que se baseia numa família onde o provedor sustentaria quatro pessoas, a si, seu companheiro e duas crianças, ou seja, o valor proposto pela própria lei burguesa na Constituição. A nossa defesa é a do salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de trabalhadores, trata-se de uma reivindicação transitória. Na ausência do cálculo das assembleias, defendemos a aplicação do salário mínimo necessário do DIEESE, que, ainda que se baseie no cumprimento da legislação burguesa, serve como denúncia do salário mínimo de fome e deveria ser empunhado nas campanhas salariais dos trabalhadores em todo o país. O DIEESE, criado por sindicatos operários em 1955, teve papel importante na ditadura ao calcular o real aumento do custo de vida, para saber em que nível mentiam as estatísticas oficiais de inflação.

A bandeira aprovada na plenária de “Salário digno para atender às necessidades de cada trabalhador e trabalhadora!” mais ofusca a real bandeira, a defesa de um salário mínimo vital calculado pelos trabalhadores em assembleia, e não aponta como e quanto seria tal “salário digno” o deixando no abstrato. A UP alegou defender o salário DIEESE, porém defende um aumento imediato de 100% do salário mínimo, tal defesa é contraditória, não tem como defender o salário DIEESE para um futuro distante, ele é para defender agora.

O divisionismo se fez presente no Recife pela ausência das grandes centrais, que convocaram um ato um dia antes, no dia 30 de abril, onde só apareceu a burocracia ligada à CUT, CTB, NCST, UGT e Força Sindical, agregando cerca de 300 pessoas. Além disso, a UP decidiu fazer um ato isolado em outro local da cidade do Recife no bairro de Água Fria às 9h, com os movimentos populares e estudantis ligados à sua organização. Essa ação da UP é mais um caso de sua política de construir atos paralelos, a exemplo de sua ausência nos atos unificados contra a 6x1.

Em Recife, a juventude universitária foi a vanguarda do ato, participando em maior número, porém, a classe operária e a camponesa quase não estiveram no ato. A composição do ato de 1º de Maio expõe como a classe operária está imobilizada pela política governista das centrais sindicais. É urgente que os atos se massifiquem e se diversifiquem, abarcando os operários, os camponeses e outros trabalhadores, para que essa força seja ecoada pelas lutas seguintes.

O POR atuou com banca e panfletagem do manifesto 1º de Maio e material do Comitê de Solidariedade à Palestina de PE, chamando os trabalhadores e vanguarda a participarem do 15 de maio, dia que marca a Nakba para o povo palestino, lembrando a tragédia de 1948.

Pronunciamento do POR

Bom dia, companheiros e companheiras, antes de iniciar minha fala, queria convidar vocês a gritarem aqui uma palavra de ordem que tem a ver com o sentido desse ato. É o seguinte: “Nada a festejar, o 1º de Maio é dia de lutar!”

Eu faço uma saudação em nome do Partido Operário Revolucionário. Nós estamos nas ruas hoje para defender o 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista. Primeiro de Maio não é dia de festa, não é dia de sorteio, porque a vida dos trabalhadores não está sendo uma festa. A vida dos trabalhadores está difícil, lidando com a alta do custo de vida, o arrocho salarial, o desemprego e a precariedade.

Os trabalhadores do mundo estão lidando com a crise do capitalismo, com as guerras, seja na Palestina, seja no Congo ou no Sudão e o 1º de Maio tem o dever de denunciar o genocídio do povo palestino. Fora o imperialismo do Oriente Médio, fora o imperialismo da Palestina, de Gaza, pelo fim do Estado sionista de Israel.

Nós estamos nas ruas hoje para defender o fim da política de conciliação de classes, porque os trabalhadores precisam de independência para lutar pelos direitos, pelos salários e contra as contrarreformas. O governo Lula é um governo de continuidade aos ataques do governo Temer e Bolsonaro. Por isso a nossa luta está no campo da oposição revolucionária ao governo.

Então, nós saudamos as organizações que estão aqui hoje lutando pela independência de classe. Porque nós precisamos de independência para enfrentar os ataques deste governo, mesmo sabendo que estamos também sob ameaça da extrema direita golpista, mas para enfrentar essa extrema direita, para defender as liberdades democráticas, nós precisamos mobilizar os trabalhadores em defesa das suas reivindicações, não é com conciliação que nós vamos enfrentar a extrema direita.

Também aproveito para saudar os companheiros que estão aqui construindo, com a gente, a chapa 3 ANDES-SN, classista de luta, uma chapa que defende a independência de classe na eleição do nosso sindicato nacional.

Viva o 1º de Maio classista e revolucionário! Viva o 1º de maio com internacionalismo proletário! Vamos concluir então dizendo: “Nada a festejar, o 1º de Maio é de lutar!”

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Maio/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Centrais sindicais realizam atos festivos e governistas no 1º de Maio!

O POR participou dos atos levantando a bandeira: Por um 1º de Maio Operário, revolucionário e Internacionalista. Um 1º de Maio independente dos patrões, do Estado e dos governos burgueses!

As burocracias sindicais da CUT, Força Sindical e demais centrais realizaram atos festivos e governistas, deformando totalmente o caráter de luta, independente e internacionalista do 1º de Maio.

A classe operária e demais explorados nada tem a comemorar. A pobreza, a miséria e a fome sacrificam milhões de trabalhadores. O desemprego, subemprego e informalidade atingem brutalmente as relações de trabalho. O avanço da guerra comercial, da guerra de dominação na Ucrânia e do genocídio do povo palestino pelo Estado sionista de Israel expressa a barbárie social de um sistema econômico capitalista em decomposição.

Nesse 1º de Maio, as inúmeras manifestações em todo o mundo levantaram as bandeiras em defesa dos empregos, da redução da jornada de trabalho e dos direitos trabalhistas. Colocaram-se contra as tarifas impostas por Trump, que recairão sobre as nações oprimidas e a maioria dos trabalhadores.

No Brasil, a ausência de um ato unificado é de inteira responsabilidade das burocracias sindicais. Diante da profunda crise econômica e social, dividiram os explorados, em vários atos do esvaziados.

O Boletim Nossa Classe levantou a bandeira de que as centrais, sindicatos e movimentos rompessem com os governos burgueses. Que convocassem um Dia Nacional de Luta, com greves e manifestações, para impor por meio da luta de classes o programa próprio de reivindicações dos trabalhadores. O boletim Nossa Classe se colocou pela unidade revolucionária da classe operária em todo o mundo para acabar com a pobreza, as guerras e a exploração do trabalho. Fez um chamado à luta unitária pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade socialista.

Por que Lula não foi ao 1º de Maio

O comentário sobre a falta de Lula no 1º de Maio é que não queria que se repetisse o vexame do ano passado no ato esvaziado do Itaquerão. Somente iria se tivesse a certeza de que o ato da CUT e Força Sindical fosse unitário e contasse com milhares de trabalhadores.

A Força Sindical resolveu fazer do 1º de Maio um dia de sorteios de carros para atrair os interesseiros e deixar de lado os trabalhadores que quisessem lutar pelos empregos, salários e direitos. Que quisessem pôr fim à escala 6x1. Que quisessem derrubar as reformas trabalhista e previdenciária de Bolsonaro e Temer. E que quisessem denunciar e combater as medidas antinacionais e antio-perárias do próprio governo Lula.

A direção burocrática da CUT, por sua vez, se mostrou inca-

paz de convocar os explorados em torno a um 1º de Maio verdadeiramente de luta. Ocorre que Lula não tinha sequer como fazer discurso mentiroso da enganar a classe operária. O salário mínimo continua de fome. As reformas de Temer e Bolsonaro continuam sendo aplicadas. O governo não se colocou pela redução da jornada sem reduzir os salários. E os programas sociais continuam a servir de máscara de proteção a milhões de miseráveis e famintos.

O Boletim Nossa Classe defendeu que um verdadeiro 1º de Maio teria de ser de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. E, portanto, de defesa de um programa de reivindicações dos trabalhadores. E que servisse de ponto de partida para a convocação para um Dia Nacional de Luta, com greves e manifestações.

Recuperar os sindicatos para a luta

Os sindicatos foram criados para a defender a força de trabalho diante da exploração patronal e dos governantes. Hoje, a grande maioria dos sindicatos se acha sob o controle de direções que os utilizam para colaborar com a patronal e sustentar os governos burgueses. São direções que se corromperam na política burguesa. Não por acaso, vem crescendo o número de operários que não acreditam nos sindicatos e rejeitam a se filiar. Trata-se de uma parcela de trabalhadores que confunde sindicato (que é o instrumento de luta) com a sua direção (que hoje é de conciliação, que trai os explorados).

O boletim Nossa Classe faz uma intensa campanha pela recuperação dos sindicatos. O que implica a luta contra essas direções sindicais traidoras e a defesa das reivindicações que unificam a maioria trabalhadora. O que significa constituir as comissões de fábricas, classistas e de luta. Nesse sentido, o boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a participarem dos Encontros Operários, para avançar nesse trabalho de recuperação dos organismos dos trabalhadores, que são os sindicatos.

Corrupção no INSS

Que o governo Lula devolva imediatamente o dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas

Que o INSS esteja inteiramente sob o controle dos trabalhadores

A podridão do INSS veio à tona. Temer e Bolsonaro fizeram de tudo para continuar sangrando os aposentados e pensionistas. Depois de dois anos de governo Lula, é que se escancarou os bilhões de reais roubados dos aposentados e pensionistas.

A camarilha e apadrinhados que controlavam o INSS ficaram milionários em pouco tempo. A exoneração da cúpula do INSS, a suspensão dos descontos pelas associações fraudulentas e o pedido para que seu ministro da Previdência, Carlos Lupi renunciasse fo-

ram as únicas medidas tomadas por Lula. E o dinheiro dos aposentados e pensionistas? Esperar o quê?

O governo têm o nome e endereço de todos que foram lesados. Basta o governo colocar na conta todo o dinheiro roubado.

O boletim Nossa Classe defende que as centrais e os sindicatos organizem imediatamente um tribunal popular independente do governo e da burguesia para apurar e punir verdadeiramente os ladrões do INSS. E para que o Estado devolva o dinheiro roubado.

Associações fraudulentas não são de trabalhadores

Os trabalhadores têm seus sindicatos

O assalariado quando se aposenta deveria manter-se ligado ao sindicato da categoria. Não é preciso que seja filiado. O sindicato é de todos os explorados, sendo filiados ou não. A filiação é muito importante para que os sindicatos sejam mantidos pelos próprios trabalhadores e não dependa do Estado e governo. Os trabalhadores que não se filiam é porque não confiam nas direções corrompidas e porque são despolitizados pela própria burguesia. A criação de associações de aposentados e pensionistas é uma forma

da burocracia sindical manter os trabalhadores longe dos sindicatos e utilizar suas necessidades para que sustentem burocratas parasitas.

O boletim Nossa Classe luta para que os sindicatos sejam libertados das direções sindicais corruptas e oportunistas. Essa luta implica manter unidos os trabalhadores da ativa e os aposentados. Esse é o caminho para trazer os aposentados para os sindicatos classistas e acabar com as fraudulentas associações.

PepsiCo: Campanha salarial setor alimentação!

Chega de salário de fome! Lutemos por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias!

No dia 15/04, o sindicato da alimentação de São Paulo realizou uma assembleia no sindicato para aprovação da pauta de reivindicações da campanha salarial. A data-base do setor é 1º de Maio. A burocracia sindical apresentou uma lista de reivindicações, que já trouxeram pronta e, após a leitura, solicitou aos trabalhadores que votassem. Como acontece todos os anos, a burocracia reivindica da patronal um reajuste miserável de 6,5%, que está longe de repor o aumento real dos preços de alimentos e do custo de vida.

Quanto os trabalhadores necessitam para manter suas famílias? Segundo o Dieese, o salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deve ser de R\$ 7.398,00. Esse deve ser o parâmetro para os trabalhadores aprovarem o valor do salário a ser

reivindicado do patrão. Trata-se de defender a vida da classe operária, que produz toda a riqueza da sociedade. Os baixos salários e a situação de miséria dos trabalhadores devem ser respondidos com a luta unificada e nacional da classe operária.

O boletim Nossa Classe chama os operários da Pepsico e demais fábricas do setor de alimentação a exigirem que o sindicato convoquem as assembleias, para que os trabalhadores aprovem o índice de reajuste salarial e outras reivindicações. Também aprovem o caminho da luta para exigir da patronal o cumprimento das reivindicações. Isso por que as reivindicações só serão conquistas com os métodos próprios de luta da classe operária, que são a greve, a ocupação de fábricas e os piquetes.

Formação política do Nossa Classe

Para Karl Marx, o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra. O Estado burguês foi criado porque os interesses da burguesia (patrões) e do proletariado (assalariados) são totalmente opostos. Os patrões estão procurando sempre demitir, reduzir salários e direitos dos trabalhadores para aumentarem seus lucros. Os trabalhadores, por sua vez, estão obrigados a lutar para defender seus empregos, salários e direitos, para se manterem vivos.

Isso é a luta de classes. Por isso, não tem como o Estado ser democratizado, ou ser colocado a serviço de toda a sociedade, como afirma o governo burguês de Lula e a burocracia sindical que o apoia.

A burguesia não tem como manter a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho da maioria apenas por meios pacíficos de dominação. A burguesia utiliza seu aparato repressivo (exército, polícia militar, federal, tribunais) para manter sua dominação de classe sobre a maioria explorada e garantir a continuidade do sistema capitalista. Não há como os explorados evitarem a luta de classes.

Por isso, a tarefa colocada para a classe operária e demais explorados é a de construir seu Partido Operário Revolucionário, que tem como programa e estratégia a destruição do Estado burguês, a expropriação da burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição de nosso próprio governo, operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

São Paulo

Realizado o Encontro Operário

No dia 26 de abril, o POR realizou o Encontro Operário, que acontece de forma presencial, com o objetivo de construir as comissões de fábrica e oposições de luta, classistas e revolucionárias em todas as fábricas e sindicatos.

Na primeira parte do Encontro, um dos temas discutidos foi sobre as denúncias que são enviadas pelos operários ao boletim Nossa Classe. O brutal ataque da patronal aos empregos, salários e direitos e a política de conciliação e traição da burocracia sindical têm gerado grande revolta dos operários. A primeira conclusão foi a de que devemos escrever notas colocando a importância dos operários fazerem as denúncias, o que permite explicar o conteúdo político da denúncia e mostrar a importância da classe operária se organizar, constituindo as comissões de fábrica e as oposições classistas, independentes da burocracia sindical e dos patrões.

Outro tema discutido se refere ao retrocesso político e ideológico da classe operária. Isso se deve à ausência de uma direção revolucionária que combata diariamente atitudes e ideias burguesas e pequeno-burguesas no seio dos explorados, como o individualismo, o carreirismo, a meritocracia etc. A burguesia bombardeia a cabeça dos operários desde a escola até no chão de fábrica, dividindo e gerando conflitos entre a própria classe. Somente com a agitação e a propaganda constante do programa revolucionário no seio do movimento operário, o partido poderá ajudar as massas a conhecer e assimilar seu programa revolucionário de emancipação e, superar o atraso político e ideológico.

Na segunda parte, houve a formação política. O estudo foi sobre o cap. VI "A Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia - FSTMB e a situação atual" das teses de Pulacayo, aprovada em 1946, no Congresso mineiro da Bolívia.

O documento inicia com a caracterização da situação revolucionária de 21 de julho de 1946, criada pela irrupção nas ruas dos explorados, privados de pão e liberdade. E a defesa das conquistas sociais alcançadas e conseguir outras mais avançadas. Essa situação permitiu aos representantes da grande mineração montar sua máquina estatal graças a traição e a cumplicidade dos reformistas, que compactuaram com a feudal burguesia. O fato da junta de governo ser uma instituição provisória não modificou em nada a situação. Os trabalhadores mineiros não depositaram nenhuma expectativa frente aos governantes. A tese deixava claro que o proletariado não poderia e nem devia se solidarizar com nenhum governo que não seja o seu próprio governo, ou seja, operário e camponês. Isso porque o Estado representa os interesses da classe social dominante. O documento continua. Os ministros "operários" não mudam a natureza dos governos burgueses. Enquanto o Estado defende a sociedade capitalista, os ministros "operários"

se convertem em vulgares capachos da burguesia. O operário que troca seu posto de luta nas fileiras revolucionárias por uma cadeira ministerial burguesa passa para a fileira dos traidores. A burguesia projeta os ministros "operários" para poder melhor e mais facilmente enganar os trabalhadores, para conseguir que os explorados abandonem seus próprios métodos de luta e se entreguem de corpo e alma à tutela do ministro "operário". A FSTMB não pode fazer parte dos governos burgueses, pois significaria a mais franca traição aos explorados e o esquecimento de que a linha revolucionária é a da luta de classes.

O documento conclui defendendo a tática revolucionária de intervenção nas eleições, afirmando que as próximas eleições darão como resultado um governo a serviço dos grandes mineradores. A maioria da população - os indígenas e uma enorme porcentagem do proletariado -, pelos obstáculos da lei eleitoral e por serem analfabetos, está impossibilitada de concorrer às urnas eleitorais. Não se pode ter nenhuma ilusão em relação à luta eleitoral. Os operários não chegarão ao poder por obra de uma cédula eleitoral, chegarão por obra da revolução social.

Participe do

ENCONTRO OPERÁRIO

7/6 • 17h Presencial

Entre em contato: (11) 95446-2020
@massas.por

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!



São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Volks de São Bernardo

No dia 5 de maio, os militantes do Boletim Nossa Classe fizeram a distribuição do Boletim na Volks. Os trabalhadores receberam bem o Boletim e se aproximaram dos militantes de forma positiva, demonstrando disposição de luta. Um operário se dirigiu aos militantes e adquiriu o Jornal Massas do Partido Operário Revolucionário e, nesse momento, enfatizou a importância do trabalho que o Nossa Classe vem realizando na porta da fábrica. O operário agradeceu a luta da militância e demonstrou interesse em participar das atividades do POR, sobretudo do Encontro Operário.

Esse é um trabalho valioso do POR para penetrar as ideias revolucionárias. Distribuir o Boletim Nossa Classe, divulgar o Jornal Massas e ouvir os operários são vitais para o fortalecimento do partido revolucionário. Faz parte desse trabalho, a agitação das bandeiras do POR, como a defesa de um Dia Nacional de Luta, por um salário mínimo vital, redução da jornada sem redução dos salários e pelos direitos trabalhistas, arrancados pelas contrarrevoluções de Temer, Bolsonaro e Lula. E a construção das comissões de fábricas classistas e revolucionárias.

São Paulo

O Sindicato dos Químicos faz negociação vergonhosa

A Convenção Coletiva estabelecida pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo, que irá vigorar a partir de 1 de maio de 2025, foi mais uma vergonhosa traição. Ao invés de defender os salários, os empregos e o fim das terceirizações que em geral vêm massacrando a classe operária, a direção sindical aceitou uma migalha na negociação, ou seja, um vale alimentação de R\$ 170,00. Os trabalhadores, que produzem toda a riqueza, que amargam jornadas extenuantes de trabalho e ainda sofrem perseguições e penalizações no interior da fábrica, terão de sobreviver com essa esmola da patronal, porque as direções sindicais estão submissas aos patrões e empurram os trabalhadores e trabalhadoras à miséria. Diante da alta astronômica dos preços, aprovar um vale alimentação nesse valor não tem outro nome, senão traição.

Diante desse quadro, quais reivindicações que os operários devem defender? As reivindicações que garantem a vida da classe operária. É preciso defender o programa de reivindicações próprio dos trabalhadores, ou seja, o salário mínimo vital suficiente pra manter a família trabalhadora que, segundo o DIEESE é de R\$ 7.398,00, além da escala móvel das horas de trabalho e escala

móvel de reajustes, ou seja, sobe os preços, sobe o salário. E qual o método para a defesa dessas reivindicações? O método, camaradas, é o da luta de classes, da greve, ocupação de fábricas, piquetes e controle operário da produção.

A direção do SindQuim (CUT) não faz essa defesa, porque está submetida aos patrões e ao governo federal. Canaliza, assim, a revolta dos operários para a saída burguesa das eleições, que só levam a derrotas. Não quer entrar em choque com a burguesia, porque visa o pleito eleitoral burguês do próximo ano.

O Boletim Nossa Classe chama os operários da Zaraplast e demais empresas a participarem do Encontro Operário, que se realiza todo mês, para construir as comissões de fábrica classistas e independentes dos patrões e dos governos. Expulsar a burocracia traidora e resgatar os sindicatos para a luta de classes, para a defesa de um salário mínimo vital e escala móvel das horas de trabalho, escala móvel de reajustes, estabilidade no emprego. Levanta a bandeira de um Dia Nacional de Luta como preparação para a Greve Geral! Pôr abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e o novo arcabouço fiscal do governo burguês de Lula/Alckmin.

São Paulo - Distribuição do Boletim Nossa Classe

Trabalhadores da Zaraplast têm disposição de luta

É preciso organizar a luta em defesa do programa de reivindicações da classe operária e demais trabalhadores

Os militantes do Boletim Nossa Classe/POR realizaram a distribuição do Boletim na fábrica da Zaraplast, no dia 25 de abril. Os trabalhadores da fábrica demonstraram disposição de luta e receberam bem o Boletim Nossa Classe, que fazia a denúncia de penalizações no interior da fábrica. Vários trabalhadores se referem à necessidade de realizar uma greve para fazer frente aos ataques da patronal.

O Boletim Nossa Classe convocou os trabalhadores da Zaraplast a participarem do Encontro operário, que objetiva organizar a luta com o programa próprio dos explorados, em defesa do salário, do emprego, e dos direitos dos trabalhadores. Por um Dia Nacional de Lutas, em defesa de um salário mínimo vital, redução da jornada sem redução salarial, escala móvel das horas de trabalho e escala móvel de reajustes, ou seja, se sobem os preços é preciso que subam também os salários.

São Paulo – São José dos Campos

Avibras: Nenhuma ilusão

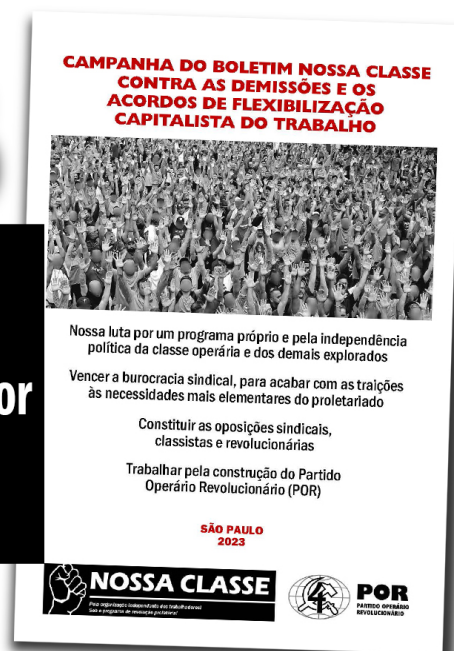
no parlamento burguês! Ocupar a fábrica e implantar o controle operário da produção!

O Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, vinculado a CSP- Conlutas, divulgou em nota que irá novamente se reunir com representante da Seprod (Secretária de Produtos de Defesa), vinculada ao Ministério da Defesa, no dia 9 de maio. A direção tenta iludir mais uma vez os trabalhadores afirmando que essas negociações têm o intuito de resolver a crise da Avibras, que desde 2022 não paga os salários dos 900 trabalhadores que estão em gre-

ve. A direção do Sindicato ao longo desse tempo tem direcionado a luta para a via parlamentar, se limitando a pedir que o governo federal faça uma intervenção que resolva a situação e, esperando que um novo patrão verdugo, adquira a empresa para continuar explorando os operários. Enquanto isso, os trabalhadores seguem sem receber os salários atrasados e amargando uma situação de miséria e desemprego. Isso é uma traição aos operários.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:**



O Boletim Nossa Classe rechaça a política traidora da direção sindical e chama os operários a lutarem com seus métodos próprios de luta, baseados na ação direta. O papel do sindicato para garantir os empregos, salários e direitos dos trabalhadores da Avibras passa por aprovar a ocupação da fábrica e colocá-la para produzir sob o controle operário, sem nenhuma ilusão no parlamento burguês. Passa pela convocação da assembleia geral dos

metalúrgicos de São José dos Campos e do país, para impor por meio da ação direta a estatização, sem indenização e sob o controle operário da Avibras. Os operários devem exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa do programa próprio de reivindicações dos explorados e como preparação para a Greve Geral!

São Paulo

Trabalhador assassinado na Linha Lilás Mais uma vítima das privatizações

No dia 6 de maio, por volta das 8 horas da manhã, quando o transporte metropolitano (metrô) estava lotado com milhões de pessoas se deslocando, um trabalhador morreu após ficar preso entre a porta da plataforma e a porta de acesso ao vagão do trem na Estação Campo Limpo da Linha 5-Lilás da ViaMobilidade.

Essa morte não foi uma fatalidade, mas o resultado de um plano privatista, de corte de custos, cujas consequências recaem sobre as massas exploradas, que pagam com empregos e serviços precários e com a própria vida. Tudo para produzir mais lucro para burguesia. Os trabalhadores acordam muito cedo, chegam em casa bem tarde, enfrentam trens lotados, atrasos e acabam morrendo no caminho.

Vale lembrar que esse acontecimento se deu no contexto de aprofundamento do desmonte dos serviços públicos, com o plano

de privatizações impulsionado pelo governo Tarcísio, e que conta com o financiamento do governo Lula através do BNDES e com a colaboração das burocracias sindicais, como a direção do Sindicato dos Ferroviários que, há pouco mais de um mês, boicotou a greve dos ferroviários contra a privatização de linhas da CPTM.

A morte do trabalhador Lourivaldo Ferreira Silva Nepomuceño, no metrô a caminho do trabalho, não é um caso isolado. O que evidencia o descaso da burguesia e de seus governantes para com o transporte público.

O Boletim Nossa Classe responsabiliza o governo por mais essa morte. E exige que as direções sindicais convoquem os operários e demais trabalhadores para a luta contra a privatização e em defesa da estatização de todo o transporte público sob o controle operário.

Rio Grande do Norte

Trabalhadores terceirizados do Canteiro da UFRN paralisam por direitos

Após incontáveis paralisações contra os atrasos de salários pela empresa anterior (D&L), os trabalhadores realizaram 2 dias de paralisação (dias 05 e 06 de maio) contra a nova empresa G A Serviços, que substituiu a D&L nos serviços de manutenção predial da UFRN. A insatisfação já vinha se acumulando há semanas. Os trabalhadores não estavam obtendo respostas da empresa sobre a insalubridade e o reajuste salarial da convenção coletiva. O preposto da empresa não esclarecia e respondia quase sempre com arbitriedades diante dos questionamentos dos trabalhadores.

Há semanas que os trabalhadores chamavam algum representante do Sintracomp (Sindicato dos Trabalhadores da Construção), mas ninguém aparecia. O estopim para a paralisação foi o atraso do vale-alimentação, que deveria ter sido pago até 30 de abril. No dia 5 de maio, sem vale-alimentação, cruzaram os braços. O preposto da empresa não apareceu para dar explicações. E o impasse se instalou. Um trabalhador informou ao militante da Corrente Proletária que estavam paralisados. Segundo as palavras do trabalhador: "O canteiro está parado aqui, e não tem ninguém pra chegar e ter aquela voz firme, para descer pro Ministério do Trabalho para procurar uma solução. [...] Não tem sindicato, e a empresa está pintando e bordando com a gente. [...] Estamos tudo parados, mas sem aquela força, aquela iniciativa [...]"

Diante dessa situação, a Corrente Proletária foi até o local e discutiu a importância de constituir uma comissão, que poderia ser de 2 ou três trabalhadores, para que tomassem a frente da luta e fossem defendidos por todo o coletivo. Na ausência dessa liderança, permaneceria sempre esse impasse na luta. No entanto, isso não surge num passe de mágica. Para solucionar o impasse, o militante



da CPE perguntou sobre os cipeiros, já que possuem a estabilidade. Os trabalhadores convocaram os dois cipeiros eleitos pela base, e também os 2 cipeiros (também do chão do canteiro) indicados pela empresa. Surgiu a discussão sobre o papel dos cipeiros. Um dos cipeiros indicados pela empresa argumentou que os cipeiros tinham o papel de atuar nas questões relacionadas à prevenção de acidentes, fardamento, EPIs etc. O militante da CPE argumentou que de fato, legalmente, têm esse papel, mas em alguns momentos, como nesta paralisação, que os cipeiros podem ser um ponto de apoio para a categoria expressar as reivindicações.

Em seguida, realizou-se breve discussão sobre os problemas imediatos, e, informalmente, elencaram-se pontos de reivindicações, como: 1) pagamento do vale-alimentação em atraso; 2) reajuste dos salários, vale-alimentação e vale-café; 3) pagamento da insalubridade. Um dos trabalhadores de base propôs todos irem em marcha ao Ministério do Trabalho (MTE), e houve consenso.

Chegando no MTE, o Superintendente Regional do Trabalho convocou o sindicato (Sintracomp) que, finalmente, apareceu. Os trabalhadores formaram uma comissão mais ampla de 7 trabalhadores, com um representante de cada cargo (eletricista, marceneiro, pintor etc.). Para a surpresa de todos, o técnico de segurança do trabalho, do staff da empresa, compareceu também ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), não para vigiar o movimento, mas para se unir aos trabalhadores, com a reclamação de que estava em um contrato precarizado de MEI (pejotização), recebendo apenas R\$ 1,900,00 quando deveria receber R\$ 2.800,00, além de estar se sentindo perseguido pelo preposto da empresa por ter emitido relatórios que evidenciam os problemas relacionados à segurança do trabalho. Os trabalhadores concordaram em convidá-lo para a reunião com o sindicato e o MTE, para que pudesse expor sua reivindicação, que passaria a ser incorporada a pauta do movimento.

Em reunião, acordou-se com o MTE notificar a empresa para um audiência nesta semana e, até lá, os trabalhadores permaneceriam paralisados. Pela pressão da paralisação, o vale-alimentação foi pago no final da tarde do dia 5.

Na o dia 6, em assembleia, os trabalhadores ratificaram a paralisação, e passaram a exigir que os retroativos do reajuste sejam pagos até dia 20 deste mês, e que compareça o dono da empresa para negociar, já que o preposto não sabia de nada.

Um dos donos e um advogado da empresa, a qual é sediada em Palmas/TO, pegaram um avião e no dia seguinte chegaram no Canteiro da UFRN para negociar com os trabalhadores. Com todos os trabalhadores reunidos, os empresários acataram as reivindicações: 1) folha suplementar para pagar o retroativo da convenção coletiva, com data base em 1º de outubro de 2024; 2) atualização dos salários a partir do próximo pagamento; 3) reajuste do vale-café de 7 para 8 reais; 4) pagamento da Participação nos Lucros em duas parcelas de 105 reais, conforme previsto na convenção coletiva; 5) abono dos dias parados. Como se vê, os trabalhadores apenas reivindicaram praticamente o que lhes era garantido por direito na Convenção Coletiva. Por fim, sem submeter à deliberação dos trabalhadores, o burocrata sindical orientou o retorno ao trabalho, enquanto fimassem o acordo por escrito em ata no Ministério do Trabalho (MTE).

Após a negociação com os trabalhadores no Canteiro da UFRN, os empresários, os dirigentes do Sintracomp e a comissão de trabalhadores foram à audiência no MTE, onde foi firmado o acordo em ata. No acordo, o movimento ainda incorporou a reivindicação do técnico de segurança do trabalho, de que fosse reconhecido seu vínculo empregatício (CLT) e não mais como prestador de serviços (MEI). Consta na ata: "regularização do registro do técnico de segurança do trabalho que trabalha nas dependências da tomadora de serviços UFRN". Por mais que se trate de um caso individual, essa reivindicação, levantada por um movimento coletivo de trabalhadores, mostra solidariedade classista e tem enorme significado na luta contra a "pejotização" das relações de trabalho. A reivindicação da insalubridade ficou pendente, no sentido de que a empresa já submeteu à UFRN o laudo pericial e aguarda os trâmites burocráticos da Reitoria para aprovação pela Segurança do Trabalho da UFRN e aditamento do contrato da empresa com a universidade.

A paralisação obteve a garantia por escrito da empresa de que atenderá as reivindicações. Resta ao movimento se manter em guarda para que a empresa cumpra com o acordado. No dia 8, os trabalhadores, ao receberem o pagamento de abril com descontos exorbitantes, começaram a cruzar os braços novamente, enquanto o empresário, desde Palmas/TO, pedia calma pois se tratava de um erro do sistema, e logo repassou a diferença no final da tarde para a conta bancária dos trabalhadores.

No entanto, muitos trabalhadores seguem questionando que receberam abaixo do que normalmente recebem, e reivindicam o contracheque para conferir os valores. Há, inclusive, a informação, por parte da empresa, de que o sindicato autorizou descontar já neste pagamento a contribuição assistencial (imposto sindical), sem que os trabalhadores tomassem ciência. Os trabalhadores cobram explicação do Sintracomp, que, por sua vez, não responde. Há, portanto, muita luta ainda a ser feita.

A Corrente Proletária defende que o movimento dos trabalhadores terceirizados assuma a reivindicação de efetivação pela Universidade de todos os terceirizados. Trata-se de um combate pela derrubada da lei da terceirização, o que necessariamente implica que os sindicatos assumam essa luta, como parte do combate as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, já que Lula não foi capaz de revogar.

Mais do que um resultado econômico, a paralisação traz um ganho político-organizativo ao reafirmar para esses trabalhadores sua tradição de luta e manter a união coletiva da categoria diante das arbitrariedades patronais. Continua a necessidade do movimento forjar uma liderança apoiada e submetida à base, que mantenha a unidade da luta e assimile as lições históricas do movimento operário.

Plenária da FASUBRA

Burocracia sindical se vale da virtualidade e, mais uma vez, adia a greve

Nos dias 25 e 26 de abril, ocorreu a Plenária Nacional da Fasubra em formato virtual. Estiveram presentes cerca de 170 pessoas entre os delegados eleitos pelas bases, diretores da Fasubra e membros da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CNSC). Após a apresentação da CNSC sobre os resultados do levantamento sobre o "Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC)", realizado pela Fasubra junto à categoria, e esclarecimento de dúvidas, ocorreram as inscrições para análise de conjuntura que tomaram boa parte do primeiro e segundo dias da plenária. Diversas falas assinalaram que no final de maio ocorrerá o término da prorrogação de prazo para cumprimento do Termo de Acordo de Greve (TAG) e defenderam a definição de um indicativo

de greve nacional. A Corrente Proletária (CPE/POR) defendeu a aprovação do indicativo de greve nesta Plenária, para organizar a greve, conforme deliberações das assembleias do SinTUFABC e do SINTEST-RN. Falas do campo cutista e do coletivo TAEs na Luta se colocaram contra a aprovação do indicativo de greve, argumentando uma suposta desmobilização das bases, e exaltando a recomposição salarial parcial de 9%, obtida com atraso, no contracheque de abril.

Foram propostas duas resoluções de conjuntura: uma da Unidade pra Lutar, e outra do campo cutista. A chapa Travessia (Resistência/PSol)/TAEs na Luta liberou o voto. Em votação, com muitas abstenções e diferença de apenas 10 votos, foi aprovada a resolução do campo cutista, com afirmações esdrúxulas como:

“para sonhar com milagres, é preciso antes aprender a rezar com fé - e agir com sabedoria e coragem” e “A morte do Papa Francisco traz ansiedade e expectativa, numa disputa entre a ala progressista e conservadora da Igreja Católica”. A resolução aprovada afirma que “uma greve isolada nas IFE, embora legítima e necessária em muitos casos, sozinha não será capaz de reverter o quadro de chantagem política e econômica imposto sobre a sociedade brasileira”, embora a direção da federação tenha boicotado a deliberação da Plenária de Março de 2025 de chamar a unidade com outras categorias.

A Plenária aprovou um calendário dito “de luta”, com plenária presencial apenas nos dias 13, 14 e 15 de junho, portanto, após o término da prorrogação do prazo e próximo às férias acadêmicas de julho. Caso o governo não cumpra o prazo prorrogado do termo de acordo, o que é líquido e certo, o indicativo de greve será definido apenas nesta plenária. Como se vê, as direções se enfiam

em negociações de cúpula e não impulsionam a mobilização das bases, ao mesmo tempo em que alegam impossibilidade de fazer greve com as bases desmobilizadas.

Por fim, vale destacar que durante algumas falas, o microfone dos interlocutores foi desativado abruptamente quando se encerrou o tempo de intervenção, e alguns inscritos tiveram dificuldades para falar, pois precisavam aguardar a liberação do microfone, que nem sempre ocorria. O resultado da votação virtual foi questionado, pois membros da Direção Nacional que não eram delegados de suas bases não estavam impedidos de votar na plataforma virtual, e a plataforma indicou apenas os resultados, não quem votou. Essa é mais uma demonstração de como os espaços de deliberação, quando realizados em formato virtual, dificultam a mobilização real, bem como a participação e debate, ao passo que facilitam o controle burocrático e as manobras pelas direções.

Balanco do Encontro Sinasefe Regional Nordeste (SIRENE)

Acadêmico e adaptado aos cortes

Os Encontros das Regionais do Sinasefe acontecem diante de um novo marco na guerra comercial armada por Trump. O anúncio dos chamados tarifas tem aumentado a instabilidade política entre as potências, em particular a China. Isso ocorre em uma situação de escalada militar com as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza. No Brasil, o governo Lula se encontra cada vez mais refém do Congresso Nacional oligárquico de do capital financeiro, que exige mais contrarreformas. Portanto, um governo que vem se mostrando antinacional e antipopular.

No encontro, ocorreram as discussões sobre a conjuntura internacional e nacional, que foi um de seus pontos altos. Com dados contundentes sobre a crise mundial do capitalismo e suas tendências às guerras comerciais e bélicas, contou com boas intervenções da base e de correntes mais à esquerda. A CPE aproveitou o momento para expor a política proletária contra as guerras de dominação, para assinalar o esgotamento da partilha do mundo após a Segunda Guerra e para assinalar que somente a classe operária, organizada e em luta, poderá pôr fim ao capitalismo putrefato e impor o socialismo. E, na situação nacional, mostrou a política do governo Lula de não revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro e de ameaçar com a reforma administrativa.

Apesar dessas discussões, predominaram o academicismo e a ausência de encaminhamentos para a plenária nacional. Cabe ressaltar que o Encontro do Sinasef no Nordeste ocorreu no 1º de Maio, causando prejuízos na intervenção desse dia histórico da classe operária. É preciso que a base faça uma boa avaliação desse Encontro, para que não haja o esvaziamento no momento dos encaminhamentos e avaliação de resoluções e propostas. Reunir 9 estados e suas seções em um Encontro regional na data do 1º de maio foi grave. O que tivemos foi um improviso de microfone aberto, onde falas acertadas acabaram limitadas apenas aos participantes dentro de um auditório fechado.

Não é de hoje que se observam as posições academicistas no sindicato. Nesse Encontro, essa política avançou, com os minicursos, separando em grupos isolados os participantes, sem nenhuma discussão sobre o papel do sindicato em relação aos temas abordados, nem encaminhamentos para direção nacional. Isso mostra uma tendência ao desvio da função sindical, onde no lugar do sindicato servir para organizar a luta, pessoas buscam nos Encontros sindicais o que é típico em eventos acadêmicos. Um exemplo disso foi a exposição sobre a questão do financiamento como uma palestra, onde dados e mais dados foram apresentados sem nenhuma conclusão que apontasse a organização e a luta dos trabalhadores.

Com todas essas dificuldades, a atuação da CPE-POR foi no sentido de responder aos ataques da burguesia e dos governantes, bem como dos países imperialistas. Expôs o conteúdo da bandeira de um Dia Nacional de Luta, por empregos, salários e direitos e contra as privatizações e as reformas antinacionais e antipopulares dos governantes. Divulgou o Manifesto nacional do 1º de Maio e Boletim destinado ao Encontro e atuou expondo a banca de materiais do Partido Operário Revolucionário. E pela primeira vez convocou a reunião da Corrente Proletária, onde contou com simpatizantes e contatos.

Intervenção do POR

Bom dia, (...) temos visto um movimento importante de greves de professores municipais, estaduais, no RN, em São Paulo, combatendo a militarização das escolas, por exemplo, e os nossos posicionamentos. Precisamos deixar mais claro a respeito da unidade dos trabalhadores da educação. Sair do corporativismo, de ficar vendo só pauta do Instituto Federal ou das federais, que



Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

SinTUFABC



Construir uma direção classista e democrática para defender a força de trabalho e a universidade pública!

Por uma fração revolucionária no funcionalismo público!

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  **MASSAS**

são importantes, mas tem de se integrar ao restante, mas também responder à questão internacional.

Por exemplo, que resposta a gente, enquanto sindicato, está dando para mais de três anos na guerra da Ucrânia, onde está claro que, vença quem vencer, Rússia ou Estados Unidos e aliados, o ucraniano está sendo massacrado.

Ali, há uma divisão de matérias-primas, e a gente deveria primar pela unidade dos proletários europeus e não deixar eles na mão de uma política conduzida pela União Europeia, OTAN e oligarquias russas, mas ter uma unidade dos proletários que estão morrendo, vendo seu país destruído, sejam eles ucranianos, russos ou do leste europeu.

Outra coisa muito importante é colocar o nosso sindicato e nossas correntes nos comitês pró-palestina, que estão acontecendo, e muitos estão esvaziados, num momento em que vemos a falácia da ONU, com pessoas de nosso sindicato defendendo as propostas da ONU, quando a ONU é propensa ao pró-sionista (...).

E como fica a luta contra as opressões quando a gente se silencia, diante de um genocídio que é nitidamente étnico-racial. E onde está o nosso sindicato, as nossas correntes, dentro desses comitês?

Dia 15 agora é o dia da Nakba, da tragédia do povo palestino, quando fundaram o Estado sionista, militarista, assassino de Israel.

A gente abaixa essas bandeiras hoje, a extrema-direita está fortalecida amanhã. É ilusão achar que não defender a Palestina para não perder voto, como eu ouvi de certas correntes de esquerda, vai fazer o que palestrante falou aqui, que a gente concorda que é necessário reagir diante desse belicismo, de uma ameaça de uma guerra generalizada. Então, a gente precisa ter, sim, crítica à conciliação.

Tem gente no governo, conciliando com figuras como o Tarcísio, lá em São Paulo, que é uma das figuras mais proeminentes para concorrer à presidência do ano que vem. Então, vamos colocar o nosso sindicato como direção da luta, e não como direção do eleitoralismo.

São Paulo

Mais uma vez a direção da Apeoesp recua

Na assembleia de 21 de março, com milhares de professores em frente à Secretaria da Educação, a diretoria da Apeoesp (PT, PCdoB e PSOL) se colocou contra a greve e propôs um “calendário de mobilização”, que culminava com a greve no dia 25 de abril. Quase na véspera desse dia, modificou o local da assembleia, para a Av. Paulista. O que causou confusão, porque durante um mês os cartazes convocavam para a Praça da República. No final do dia 24, chamou uma reunião virtual da diretoria ampliada, que incluía dois representantes por subsele. Nessa reunião, apresentou a contraproposta do governo. Nela constavam dois pontos essenciais: 1) rejeição de correção do Piso Nacional de 6,27% e a proposta de 5%; 2) reposição de dois dias de paralisação (21 de março e 25 de abril). O que significava a recusa das reivindicações encaminhadas desde o início do ano letivo. Entre elas, o fim das escolas cívico-militares, das privatizações, da plataforma de salas de aulas; da reposição das perdas salariais dos últimos anos, que atingiam 87%; a convocação dos professores do último concurso; e da estabilidade para os professores contratados. No mesmo dia que encaminhou a contraproposta por escrito, Tarcísio recorreu ao Tribunal Justiça (TJSP) com uma liminar para judicializar a greve do dia 25 e determinar uma audiência de conciliação para 5 de maio.

Diante dessa manobra de Tarcísio, a diretoria da Apeoesp compareceu ao Conselho Estadual com a proposta de suspensão da greve e novo calendário de mobilização, com atos regionais em 5 de maio e assembleia no dia 9 de maio. Com o argumento mentiroso de que o governo sinalizou com uma movimentação positiva

E, por fim, não vou ter tempo de complementar, mas tem uma matéria aqui (o orador destaca o Jornal Massas à plateia) sobre a crise internacional, como se passando na África, com uma ameaça agora gravíssima da guerra e dos conflitos no Congo, virar uma guerra regional envolvendo inúmeras etnias africanas em inúmeros países. E o papel da guerra comercial do imperialismo americano, francês, inglês, na guerra de Israel e etc. Obrigado.

2ª Intervenção do POR em Juazeiro do Norte - CE

Companheiros, complementando a fala do companheiro do POR que me antecedeu, também faço parte da Corrente Proletária da Educação.

A gente tem o 1º de maio com muitos desafios para a classe operária e demais explorados. E quando a gente fala das questões da crise política, avanço da ultradireita reacionária internacional, a gente também tem as consequências a nível nacional. Então, por exemplo, o país está, inclusive, sob aplicação de contrarreformas que atacam os trabalhadores.

A gente tem a reforma trabalhista, que foi a destruição dos direitos trabalhistas. A gente tem a contrarreforma da Previdência, que é uma ameaça ao direito, como colocou a companheira. Os aposentados sofrem agora, só que somos uma geração que sequer sabe se vai aposentar ou não.

A LOA foi aprovada (...) atacando diretamente a nossa educação, a assistência social. Ao mesmo tempo serviu para se negociar as emendas parlamentares, garantindo os interesses do capital financeiro (...).

Então, tudo isso faz com que haja uma necessidade de um Primeiro de Maio que expresse uma luta contra os avanços dos ataques imperialistas (...).

ao apresentar por escrito uma contraproposta, era preciso que a Apeoesp também sinalizasse com uma movimentação tática. Assim, no Conselho foram discutidas duas propostas: 1) a suspensão da greve e o novo calendário; 2) a continuidade da greve. Mas, aí veio outra manobra própria da burocracia sindical. Ou seja, não se colocar contra a greve. Dessa forma, fez com que o Conselho aprovasse a falácia de votar primeiro a greve e depois o calendário. Assim todos votaram pela greve. Como possui a maioria no Conselho, esse encaminhamento foi levado à assembleia.

Diferente do dia 21 de março, quando as correntes de oposição se dividiram em torno à proposta de greve e calendário de mobilização, agora, ocorreu a unidade em defesa da continuidade da greve, assinalando a importância de unificar os professores estaduais com os municipais que já estavam há duas semanas em greve.

A Corrente Proletária/POR interveio na reunião do Conselho denunciando a manobra da burocracia em desmontar o movimento grevista em nome de uma suposta contraproposta do governo Tarcísio. Mostrou que os 5% já faziam parte do reajuste previsto no Orçamento do estado e que o governo estava mantendo seus duros ataques à educação pública com as privatizações, escolas cívico-militares e fechamento de salas. Que a greve tinha como centro a defesa da efetivação dos professores contratados, que hoje são mais de 100 mil no estado. E que a greve nas redes estadual e municipal era o instrumento fundamental para enfrentar os governos direitistas e privatizantes de Nunes e Tarcísio.

Cabe ressaltar também, que o POR foi a única corrente que se colocou contra a homenagem realizada no Conselho ao papa, conforme descrevemos no Jornal Massas passado. Enfatizando que o sindicato tem de ser um organismo de luta dos trabalhadores, por isso, tem de ser laico. Não deixou de mostrar o lugar do papa Francisco como delator de militantes que faziam oposição à ditadura na Argentina, que incluiu padres da própria igreja como Orlando Yorio e Francisco Jalics, que foram sequestrados e torturados na ESMA.

Assembleia de 25 de abril aprovou a suspensão da greve

No período da tarde, ocorreu a assembleia na Av. Paulista, com cerca de 10 mil professores. A burocracia da Apeoesp retomou seus velhos métodos de impedir que setores da oposição tivessem acesso ao carro de som. Para isso, cercaram a porta do carro de som. A burocracia autoritariamente escolheu cinco intervenções em favor da continuidade da greve e 5 pelo calendário de mobilização. Entre as 5 correntes de oposição, o POR conseguiu fazer a defesa. No entanto, a diretoria usando a manobra do Conselho, votou primeiro a proposta de greve. O que permitiu que a votação fosse unânime. Depois vieram as duas posições: 1) a do calendário e assembleia dia 9; 2) continuidade da greve. A votação foi extremamente apertada, possibilitando à burocracia oficializar a vitória de sua proposta. Sob protestos, milhares de professores favoráveis à continuidade da greve gritaram contra a manobra da burocracia.

O governo, por sua vez, aproveitou a colaboração da direção da Apeoesp e rapidamente enviou o projeto de Lei Complementar, que reajusta os salários do magistério e do restante do funcionalis-

mo estadual em 5%. Coube aos burocratas da Apeoesp a vergonhosa posição da vigília no dia 5 e do pedido para que os professores acompanhassem a votação na Assembleia Legislativa. Como se trata de uma projeto do governo, os deputados somente assinarão em baixo. Tarcísio foi mais além, usando da colaboração da direção do sindicato, publicou a lista com 100 escolas que serão cívico-militares e antecipou sua implantação para agosto deste ano.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de fazer um balanço da política da diretoria da Apeoesp, agora, acrescida de vários grupos do PSOL. A Corrente Proletária trabalha, nesse momento, convocando os professores para a assembleia que se realizará no dia 9 de maio.

Atuação da Corrente Proletária no ato de 5 de maio

A Corrente Proletária interveio no ato que ocorreu na Diretoria de Ensino da Norte 1, Lapa. Foi entregue à representante da diretoria de ensino a lista de reivindicações negociadas pelo sindicato com o governo, além de outras reivindicações próprias da região, como a reabertura das salas de aula fechadas, pagamento de professores eventuais que ficaram sem salário por erro do governo e a reposição dos dias de paralisação.

O ato foi organizado pela subsede oeste-Lapa, sendo que, depois de e protocolada a lista de reivindicações, houve uma panfletagem na avenida denunciando os ataques do governo direitista de Tarcísio de Freitas à educação pública. Os militantes da Corrente Proletária distribuíram o Boletim, que tinha como conteúdo central a posição de que a greve é o único caminho para conquistar vitórias contra o sucateamento da escola pública, os baixos salários e as péssimas condições de ensino e estudo.

São Paulo

Chega de ataque aos professores eventuais Pagamento imediato dos salários

Os professores “categoria O” tiveram a terrível surpresa ao conferir o holerite em 01/05 que as aulas eventuais não foram pagas. Segundo Informação CEPAG/CGRH de 29/04/2025, houve um “problema no Processamento das aulas eventuais na folha de abril, por isso, não gerou pagamento e que tentará corrigir por meio de uma folha suplementar no mês de maio. Na véspera da assembleia dos professores, em 9 de maio, diante da pressão de milhares de professores eventuais, Tarcísio anunciou que fará o pagamento no dia 12.

Vale lembrar que até o ano passado, professores eventuais eram professores contratados “categoria O” sem aulas livres, só de substituição. Neste ano, com o fechamento de milhares salas de aula foram atribuídas pouquíssimas aulas livres para os concursados, que não conseguiram tomar posse, objetivando mantê-los na condição de contratados, que completam a carga horária mínima de 20 aulas com aulas eventuais. A situação de destruição do ensino feita por Tarcísio e Feder é tão grande que já existem inúmeros professores efetivos dando aulas de substituição, porque perderam parte de suas jornadas com o fechamento de turnos nas escolas que trabalham.

Com relação ao pagamento das aulas eventuais, é estabelecido pela Fazenda que deve estar de acordo com o registro das aulas dadas na plataforma digital “Sala do Futuro”, pelo professor que as ministrou. No entanto, o lançamento das aulas dos professores eventuais é efetuado somente no final do dia. Dessa forma, cabe ao professor que as ministrou, efetuar os registros e frequência somente no final do dia, para recebimento depois de 2 meses.

Essa é mais uma prova de que o governo Tarcísio não mede esforços em impor sua política de destruição do Ensino Público.

São milhares de professores prejudicados com o desemprego ou subemprego por conta do fechamento de salas ao final de cada bimestre, da imposição de escolas PEI de turno único, do fechamento de salas de EJA e do ensino noturno.

E para agravar, os pagamentos dos professores semi-empregados começam a atrasar, porque estão sob a tutela da plataforma terceirizada da “Sala do Futuro”.

O objetivo de Tarcísio é avançar com a privatização da Gestão Escolar.

É inaceitável esta situação. Defender a vida dos educadores, significa exigir o pagamento imediato dos salários. É preciso rechaçar a terceirização, qualquer ingerência privada. Temos de exigir a reabertura das salas e turnos fechados e o fim das PEIs para devolver o emprego a todos.

LANÇAMENTO!
Adquira já com
o distribuidor do
Massas por apenas
R\$ 5,00

Lições da greve
contra o governo
Ricardo Nunes/MDB

Balanço dos 21 dias de greve do
funcionalismo municipal de São Paulo



São Paulo

Greve dos Municipais de SP é encerrada com reajuste pífio

Os trabalhadores da educação e o funcionalismo municipal foram golpeados pelos algozes do serviço público em 29 de abril. A mando do prefeito ultradireitista, Ricardo Nunes, e de seu secretário da educação, Fernando Padula, os vereadores da base governista votaram sem pestanejar o PL 416, vulgo PL da Esmola. Baseados em dados falsos sobre supostos aumentos salariais recebidos pelos trabalhadores da educação, votaram o reajuste de 2,6% para maio de 2025 e 2,55% para maio de 2026 que, certamente, não terá impacto algum sobre os salários. No entanto, votaram o aumento significativo de 37% para seus próprios salários. Como se vê, esses crápulas legislam em causa própria e para os interesses dos capitalistas. São parasitas sociais que dependem diretamente destes capitalistas para manterem-se no poder.

Diante da votação desfavorável, as burocracias sindicais iniciaram o desmonte do movimento grevista. Na assembleia de 6 de maio, em frente à Secretaria Municipal de Educação, apresentaram o protocolo de negociações formulado junto ao governo, contendo o pagamento dos dias parados, mediante reposição, e mais algumas promessas vagas, como: retomada do Grupo de Trabalho sobre saúde mental dos servidores; antecipação do PDE (Prêmio de Desempenho Educacional) para agosto; “manutenção dos esforços” para ampliação dos quadros de recursos humanos; Mesa para discussão sobre as carreiras do Quadro de Apoio (funcionários) etc. Mesmo diante de tamanha miséria, a assembleia aprovou a proposta da Coeduc (direções do Sinpeem, Sinesp e Sedin).

Desde a derrota na primeira votação do PL da Esmola na Câmara, as direções sindicais já haviam iniciado um discurso ambíguo: ao mesmo tempo que apresentavam as “conquistas” do movimento, faziam uma fala derrotista, queixando-se do reacionarismo dos parlamentares e valendo-se do apelo para a formação de um “bloco da educação” na Câmara de Vereadores, alegando que dessa forma poderíamos, no futuro, conquistar nossas reivindicações de salário e condições de trabalho e ensino. Falso! Utilizar a tribuna da assembleia para angariar adeptos ao eleitoralismo é uma traição à categoria. O Parlamento é parte do Estado burguês, que é um instrumento de opressão de classe, no caso, da burguesia sobre a maioria explorada. Desviar o movimento dos trabalhadores para esse campo é uma forma de semear a ilusão de que é possível obter vitórias sem recorrer ao seu método histórico de luta, que é o método da ação direta (greves, piquetes, manifestações de rua, ocupações etc.). A burocracia sindical, ao invés de reforçar a confiança dos trabalhadores em suas próprias forças, defendeu que a única saída se encontrava em eleger vereadores “comprometidos” com as necessidades dos explorados.

A assembleia do dia 6/5 tinha a tarefa de fazer um balanço rigoroso do movimento grevista e indicar a tática a ser empregada após a derrota na Câmara. Os trabalhadores haviam demonstrado, até então, uma grande disposição de luta. Houve um bom índice

de paralisação das escolas, foram realizadas reuniões de convencimento com os pais e estudantes sobre a justeza da luta, e as ruas foram ocupadas com grandes manifestações.

Aí está o ponto central do balanço. A categoria respondeu ao chamado da assembleia. Aliás, só foi possível conquistar o reduzido reajuste, devido à força dos trabalhadores, caso contrário, nem isso o governo intransigente do direitista Nunes ofereceria. Cabia às direções sindicais da educação e do conjunto do funcionalismo público canalizarem essa disposição de luta para o campo da luta de classes. Porém, diversos pontos da pauta de reivindicações ficaram sem resposta por parte do governo, como a defesa das condições de trabalho, contra a privatização/terceirização/plataformização, contra o avanço da militarização, em defesa dos readaptados, contra o confisco sobre os aposentados, enfim, pelo conjunto das bandeiras aprovadas nas instâncias do sindicato. Isso porque as direções desviaram a mobilização para o campo da institucionalidade burguesa.

Outro ponto importante do balanço está na questão da unidade. A burocracia sindical reunida na Coeduc trabalhou incessantemente pela separação em relação às entidades do chamado Fórum de Entidades Sindicais, que abriga o Sindsep, Aprofem e outros sindicatos do funcionalismo municipal. O argumento repetido à exaustão é o de que o Fórum teria aceitado, no passado, a política do governo de transformação dos salários em subsídios, o que levou à destruição de direitos históricos, como quinquênios e sexta-parte. Nem se trata de levantar aqui os pormenores desse histórico – de fato, foi um erro dessas entidades em torno a esse tema. O que importa é que se trata de subterfúgio da Coeduc. Quem deve disciplinar a mobilização é a assembleia unitária. A unidade que o movimento necessitava e necessita deve ser construída desde a base, aplicando o princípio da democracia operária. O corporativismo e o divisionismo são venenos para a luta. Os trabalhadores devem batalhar pela mais ampla unidade, no campo da independência de classe e com os métodos de luta próprios da classe operária, isto é, a ação direta (greve, manifestações de rua, ocupações etc.).

A Corrente Proletária trabalhou pela vitória da greve, em defesa da educação e do funcionalismo públicos. Na última assembleia, estampou em seu boletim: “Não abaixar a guarda!”. Chamou a categoria a organizar a resistência coletiva e unitária, com o método da ação direta. Denunciou os desvios impostos pelas direções sindicais burocráticas, principalmente a ilusão no Parlamento reacionário. Colocou a importância de trazer para a luta os estudantes e suas famílias. Defendeu que as centrais e movimentos deviam convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos, em defesa dos empregos, salários, direitos, Saúde e Educação públicas.

Adquira com o distribuidor de Massas:

“A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pós-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.

R\$5

Balanço da greve da USP 2018



POR | Corrente Proletária | **MASSAS**

LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas
R\$ 5,00

Balanço das eleições na APEOESP (2023)

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa 1!

POR | Corrente Proletária | **MASSAS**

Paraná

29 de abril, dez anos do massacre do centro cívico e campanha salarial à deriva

Neste 29 de abril de 2025, completaram-se 10 anos do massacre, como ficou conhecido a violenta repressão aos servidores do Estado que se manifestavam diante do palácio Iguaçu e da Assembleia legislativa em Curitiba, contra o esbulho perpetrado pelo governador Beto Richa (PSDB) de 8 bilhões da ParanáPrevidência [Regime próprio dos servidores do Estado do Paraná], que os deputados estaduais aprovaram naquela tarde à mando do governador.

As imagens provocaram comoção, revolta generalizada e percorreram o mundo. Os servidores foram derrotados e o governo se apropriou desses valores, constituído exclusivamente mediante a contribuição dos trabalhadores, pois o governo nunca recolheu a contribuição patronal.

O Fórum das Entidades Sindicais do Paraná, hegemonizado pela APP Sindicato (PT), organizou a manifestação para lembrar o massacre e impulsionar a campanha salarial. O ato reuniu em torno de 1500 trabalhadores e estudantes e seu único mérito foi o de ter acontecido.

O ato em si foi extremamente despolitizado com a participação destacada de pastores, padres, imames, monges e freiras a ponto de um deles puxar uma reza coletiva dos manifestantes. Privilegiaram também diante da ALEP os discursos demagógicos de políticos do PT, PDT e outros. Poucas foram as manifestações de sindicalistas em defesa da reposição das perdas salariais – que já beira 50% oficialmente – após 7 anos sem reposição.

Em abril deste ano, o STF deu ganho de causa ao governo do Paraná numa ação dos sindicatos contra o descumprimento pelo governo da lei de reposição anual aprovada em 2015, descumprimento “legalizado” por uma decisão da Assembleia Legislativa, conhecida com a lei do calote. Com esse resultado, Ratinho Jr. (PSD) fica livre para continuar arrochando o funcionalismo “legalmente”.

Nem assim os dirigentes dos sindicatos dos funcionários se dispõem a organizar uma luta verdadeira pela reposição salarial. Nesse ato de 29 de abril, já manifestaram diversas outras “alternativas” de recomposição salarial diferentes da reposição integral das perdas: alteração dos planos de cargos e salários, criação de mais níveis nas carreiras, gratificações diversas, etc., menos a organização de uma luta unificada que leve, no mínimo, a uma greve unificada.

Como grande resultado da manifestação os sindicatos, divulgaram a “notícia” de uma reunião com deputados estaduais para pedir uma mesa de negociação, o que os deputados se comprometeram a tentar perante o governo, mas que na semana posterior já fracassou. Ou seja, foram para a enrolação sabendo que seriam enrolados, mas, vendem essa humilhação como a “luta” que supostamente fazem.



O Comando Sindical Docente, que reúne os sindicatos docentes das sete universidades estaduais, continua usando, como sempre, o pretexto de que a APP (que é o maior sindicato) tenderá a repetir os acordos em separado, para justificar a não preparação da greve; mas, dependendo da pressão das bases, poderá voltar a arguir que a não unificação com a APP e o resto do funcionalismo é que inviabilizaria o combate.

A última greve, a de 2023, foi enterrada pelos dirigentes sindicais no momento em que finalmente as sete universidades estavam na greve, mediante a manobra de apresentar um suposto “recuo” do governo que voltaria a tramitar o incremento do incentivo por titulação – que não estava na pauta da greve – o que aliás era falso, como se demonstrou no longo purgatório de 6 meses posteriores à liquidação da greve. No final foi o secretário de ciência e tecnologia que arrancou a anuência do governador para implementar essa migalha. O que, de resto, não custou nem um centavo a mais ao governo, pois o incremento do incentivo foi implementado mediante o remanejamento dos orçamentos das próprias universidades. Tudo isso sem nenhuma participação dos sindicalistas que jamais foram recebidos pelo governador. Mesmo assim, não tiveram qualquer escrúpulo de apresentar essa migalha como uma vitória deles.

Neste momento, mês da data-base, em que o governo continua negando qualquer reposição, esses mesmos sindicalistas fazem cálculos e mais cálculos para apresentar o incremento concedido em 2023 como parte de uma reposição, tese que nem o governo formulou na época, e já circula entre eles a ideia de descontar do conjunto das perdas acumuladas aquela concessão! Junto com essa prestidigitação postulam não a reposição das perdas, mas o estabelecimento de um piso salarial igual aos docentes do ensino médio. O que é completamente descabido, pois desvia da luta que deveriam organizar, tem ainda o agravante de imaginar que rebaixando a reivindicação o governo teria – miraculosamente – boa vontade, ou se apiedaria dos professores. Trata-se evidentemente de um caminho de derrota certa e antecipada.

Rondônia

Que o Sintero rompa com o governo e se coloque pela defesa das reivindicações dos trabalhadores

As reivindicações dos trabalhadores de educação do estado de Rondônia se arrastam desde janeiro sem ter uma solução em função das mesas intermináveis de negociações entre governo e a direção conciliadora do sindicato. O governador continua enrolando os trabalhadores da educação. No mês de abril, anunciou que os professores conseguiriam os retroativos do percentual do

Piso, portanto, de janeiro junto ao pagamento de abril. Os demais servidores só receberiam no pagamento de maio.

Nesse processo das negociações, parcela significativa dos trabalhadores rejeitaram as propostas ditadas pelo governador e indicaram o movimento grevista. A diretoria se apoia nas propostas mais rebaixadas, para manobrar a não deflagração da greve

e protelar o movimento grevista. Isso foi o que aconteceu na assembleia do dia 11/04 em que foi deliberada convocação de outra assembleia para 06/05, apontando para a deflagração da greve. As assembleias foram simultâneas nas 11 regionais.

Nessa ocasião, a diretoria mostrou um documento encaminhado pela Seduc que tinha os seguintes pontos: pagamento do piso nacional da educação no mês de abril de 2025, com efeitos retroativos a janeiro, conforme determina a legislação; progressão dos servidores e servidoras da educação será efetivada no mês de outubro de 2025, abrangendo todos os que têm direito ao benefício; estudo sobre titulações será apresentado à Presidência do SINTERO no dia 10 de junho de 2025; consulta jurídica sobre a unificação salarial entre técnicos nível I e técnicos nível II em andamento na Procuradoria Geral do Estado (PGE), valores atualizados do auxílio-alimentação e auxílio-transporte serão apresentados em reunião marcada para o dia 31 de julho de 2025, edital do concurso público da Seduc será publicado no mês de julho de 2025.

A direção encaminhou as seguintes propostas na assembleia de Porto Velho: greve imediatamente; e greve a partir de 10/06. Em Porto Velho, ganhou a proposta mais rebaixada. Falta conferir as respostas das demais regionais.

A militância da CPE/POR rechaçou a conduta da diretoria do sindicato de alimentar na base a ilusão em torno às infundáveis mesas de negociações e nas ações parlamentares. Denunciou a manobra da direção de responsabilizar os próprios trabalhadores da educação pelas perdas de direitos e salariais pelo fato não contarem com uma forte bancada no parlamento. Assim, CPE vem insistindo na necessidade urgente de fortalecer esse setor de oposição à direção do sindicato. O que implica reunir a vanguarda que está descontente com essa direção burocratizada e conciliadora em torno de um programa sindical classista, de luta e independente do governo. Sem essa oposição, a burocracia do Sintero continuará impondo sua política de colaboração com os governos e de costas para as reais reivindicações os trabalhadores da educação.

São Paulo

Direção do movimento estudantil da USP elege as cotas trans como principal mobilização do semestre

No rastro de universidades como a Unicamp, que recentemente aprovou as cotas para pessoas trans no vestibular, além de outras que já possuíam tais cotas, como a UFABC, UFF, UFSC entre outras, o movimento estudantil na USP, a partir da direção do DCE (Correnteza/UP, Juntos/MES/PSOL, Afronte/Resistência/PSOL), aprovou em assembleia uma paralisação das aulas para o dia 8 de maio, com as reivindicações de cotas para pessoas trans, vestibular indígena e permanência estudantil. A segunda e terceira reivindicação foram escamoteadas pela primeira. Na prática, a reivindicação de cotas trans é a única que a direção do DCE está defendendo.

A partir da decisão da assembleia geral, que foi bastante esvaziada, os cursos passaram a fazer suas assembleias para ratificar ou negar a decisão geral. A maioria dos cursos aprovou a paralisação. Algumas faculdades a decisão foi plebiscitária, com votação virtual, como na ECA. Na Física, o CEFISMA, agora dirigido pelo PCBR, fez uma assembleia com aproximadamente 20 estudantes que aprovou a paralisação sem piquetes. Diante da recusa da maioria dos professores em cancelar suas aulas, reclamaram na internet da falta de democracia etc. Estão descobrindo que na USP, ou as greves se impõem pela força da mobilização coletiva, ou não acontecem. Em outros cursos, como na FFLCH, houve piquetes para impedir as aulas. O tranço no Portão 1, no dia 8, durou pouco tempo e contou com aproximadamente 50 estudantes. Mesmo as correntes que não fazem parte da direção do DCE, aderem automaticamente à bandeira de cotas, sem um balanço da experiência de 13 anos das cotas raciais e sociais e sem uma discussão crítica sobre a atual reivindicação de cotas para pessoas trans. O PSTU, por exemplo, apresenta a fórmula mecânica, "Por cotas para trans e vestibular indígena, rumo ao fim do vestibular". Oras,

é preciso dizer como a política reformista de cotas conduz à política revolucionária de fim do vestibular. Enquanto a bandeira de fim do vestibular não for discutida de forma séria, nas assembleias, como parte de outras reivindicações estruturais da universidade como a de autonomia universitária e governo tripartite, composto por estudantes, professores e demais funcionários, essa bandeira, de "fim do vestibular", continuará como uma palavra esquerdista manejada pelos centristas enquanto concretamente aplicam uma política reformista.

De volta ao problema das cotas

Em 2012, o governo Dilma aprovou as cotas racial e social nos vestibulares das universidades federais. Um longo debate antecedeu essa aprovação. A referência vinha principalmente dos EUA no que se convencionou chamar de política de "ação afirmativa". O argumento principal em relação às cotas raciais foi o da "reparação histórica", já que a exclusão dos negros era (e continua sendo) reflexo dos mais de 300 anos de escravidão no país. Um problema surgia a partir desse argumento: mas o que fazer com a massa de milhões de brancos pobres que também são excluídos dos estudos universitários? A partir disso, se costurou as cotas sociais.

No jornal Massas 445, de novembro de 2012, o POR elaborou uma longa nota respondendo ao problema das cotas, eis um trecho: "O movimento estudantil está, agora, diante da aplicação da Lei e das garantias que os cotistas terão para ir até o final dos estudos. O critério de cotas raciais, étnicas e sociais não resolverá a marginalização da maioria da juventude oprimida dos estudos universitários. Não modificará em nada o caráter de classe do sistema educacional. Não tocará nos privilégios dos filhos da burguesia e da classe média alta. O acesso de um pequeno contingente de filhos da classe operária, dos camponeses pobres (incluem os indígenas) e da classe média arruinada não alterará significativamente a composição social da universidade. A "inclusão" de um escasso contingente de negros e índios não modificará a cor social dos campi universitários, que são compostos por esmagadora maioria branca, porque a classe burguesa é quase que exclusivamente e a classe média quase que inteiramente branca."

Nesta nota, o partido apresentou alguns prognósticos, sendo que o mais importante deles se mostrou correto: as cotas raciais



**RESPOSTA
MARXISTA
ÀS OPRESSÕES**

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

e sociais não resolveram a marginalização da juventude preta e pobre dos estudos universitários. Os negros, que compõem aproximadamente 56% da população brasileira, continuam em sua grande maioria fora das universidades públicas, sofrendo as consequências do capitalismo em decomposição, nos trabalhos informais, terceirizados, desempregados e nas mais diferentes condições de miséria. É certo que as cotas aumentaram o número de negros nas universidades, principalmente as federais, que passaram de 15% em 1999, para 50,3% atualmente. Mas esse crescimento, sem qualquer modificação na situação geral social (seja dos negros ou dos oprimidos como um todo), só mostra que é falacioso o argumento de resolver o problema social ampliando o ingresso desse ou daquele grupo oprimido nas universidades.

No momento, o movimento estudantil se vê enredado numa contradição que ele mal se dá conta: as cotas raciais existem, mas a massa de negros fora da universidade e vivendo em condições sociais degradantes é imensa, superior ao de pessoas trans nas mesmas condições. Mas o movimento toma as cotas raciais como “tarefa cumprida” e passa para a próxima cota, passa para o próximo grupo oprimido, sem que nenhum balanço sério tenha sido feito da política cotista do Estado.

O problema está em a política de cotas é essencialmente reformista. Parte-se da tese de que, no capitalismo, é possível democratizar as diferentes instituições sociais, como a universidade, colocando-a em favor dos interesses dos explorados e, por consequência, resolver os problemas sociais da maioria oprimida. Os 13 anos da aprovação da política de cotas desmentem essa tese.

O argumento para as cotas trans

Os principais argumentos apresentados para a aprovação das cotas trans são:

1. Violência: há 16 anos o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo; a expectativa de vida desse público é de 35 anos.
2. Escolaridade: 82% das trans não concluíram o ensino médio;
3. Representatividade: são 2% da população brasileira, mas 0,3% dos universitários.
4. Trabalho: 58% exerce trabalhos informais; entre os travestis o número sobe para 78%, 90% delas vivem da prostituição.

Como se vê, a situação das pessoas trans e travestis é de miséria. Fazem parte da maioria explorada do país como um subgrupo extremamente oprimido. A verdade desses dados, no entanto, não conduz à afirmação de que as cotas resolverão qualquer um desses problemas. As cotas raciais estão aí para mostrar que a maioria preta e pobre permanece nas condições de barbárie e miséria, sendo violentada e assassinada pelas polícias, permanecendo como a maioria dos desempregados e trabalhadores informais, com expectativa de vida inferior à dos brancos etc. Isso porque a situação de miséria da maioria oprimida não é reflexo da baixa participação nos espaços universitários, mas sim um reflexo direto da decomposição capitalista e de sua manifestação particular no Brasil, na condição de país semicolonial, submetido às potências imperialistas. A decomposição das condições de trabalho, a informalidade galopante, o alto número de trabalhadores terceirizados, os baixos salários são resultados da acumulação de riqueza por parte dos parasitas da burguesia. Contam ainda a seu favor com os governos burgueses que implementam as contrarreformas, aplicam ajustes fiscais, reforçam os aparatos repressivos etc. O argumento para as cotas trans é falacioso, pois elas não resolverão as mazelas sofridas por esse grupo oprimido.

A tendência é que as cotas trans sejam aprovadas na USP e em outras universidades. Isso por se tratar de uma pequena concessão da burguesia já que sua aprovação não modifica seus mecanismos de acumulação de capital. O desafio então passará para sua implementação e para o cumprimento por parte dos governos e burocracias universitárias, bem como passará para a reivindicação de permanência estudantil, que hoje tem sido uma bandeira manejada de forma secundária e oportunista pela direção do DCE da USP.

A vanguarda com consciência de classe, universitária ou não, deve fazer um balanço crítico e autocrítico das políticas de cotas e outras ações afirmativas realizadas até aqui, e trabalhar para superar a política reformista que domina as correntes que dirigem o movimento estudantil. Esse trabalho passa por organizar a luta nas universidades a partir das reivindicações da maioria oprimida e de suas necessidades mais elementares, o que constitui um programa próprio de reivindicações, com métodos próprios de luta. Trata-se de levar a política proletária para dentro das universidades, respondendo seus problemas particulares com bandeiras que se orientem pelas táticas e pela estratégia da revolução proletária. A bandeira de fim do vestibular deve ser resgatada como a única resposta classista e revolucionária aos mecanismos da burguesia de excluir a maioria oprimida dos estudos universitários.

Paraíba

Formação Política: Estudo e discussão do Programa Proletário para a Crise da Educação

Aconteceu no campus João Pessoa do Instituto Federal, no sábado 26 de abril, a formação política com o tema “Resposta Revolucionária para a crise da Educação” com base no Programa da Corrente Proletária aprovado em 2011. A formação foi divulgada no dia anterior, com a banca na UFPB, com distribuição de panfletos do partido, como o Boletim Estudantil, manifesto sobre a aprovação da LOA que corta verba da Educação e sobre a situação na Palestina.

Nosso programa traz conceitos marxistas como: a base material da escola de classe; a defesa da escola vinculada à produção social; controle da educação pelo Estado, empresários e Igrejas; crescimento da mercantilização da educação; reforma universitária;

EaD e o processo de destruição da escola; falta de autonomia nas instituições de ensino frente ao Estado e aberrações anticientíficas, como a invenção acadêmica da chamada extensão, que institui uma função social para o ensino numa forma de prestação de serviços e assistencialismo aos “necessitados”; ambiente educacional hostil à vida e às ideias dos explorados; soluções ilusórias defendidas pelo reformismo, que são incapazes de defender a destruição da escola de classe, e que uma nova escola, com autonomia e que aplique teoria e prática, vinculada à produção social, só é possível no socialismo.

A militância regional fortaleceu a atividade. Se adotou a leitura integral e coletiva do documento. Houve boa participação com

muitas falas, exemplos e aprofundamento de dúvidas e questões que relacionam o programa com as lutas atuais. O estudo do Programa da CPE/POR guia nossa atuação nas lutas da Educação e da juventude, além de ser um passo inicial da preparação para o CONUNE, que será em julho próximo.

Dúvidas sobre “classe trabalhadora” adotado pelos reformistas foram levantadas por um contato, o que possibilitou a explicação da diferença do conceito marxista de classe dividida entre proletária e burguesia e o termo genérico “classe trabalhadora”. Enquanto explorados, compreendemos que no capitalismo também há uma parcela da classe média (pequena burguesia), como camponeses e classe média urbana, que junto à classe proletária compõe a maioria oprimida do país. Mas, tomamos cuidado com a diferença entre as classes, considerando o vínculo que elas têm com a produção social e o papel revolucionário do proletariado. Nosso contato levantou a questão do que fazer no momento atual, já que pontos importantes do programa parecem distantes das lutas atuais. Essa pergunta chave foi coletivamente respondida, articulando as lutas

com nosso programa político geral. Foi frisado a impossibilidade de reformar a educação e a burguesia sem a revolução social e também que cada luta pode ser usada para se aproximar do programa. Além disso, segundo Lora em suas formulações sobre a Reforma Universitária, a luta que se faz junto a educação e dentro das instituições de ensino tem o papel disputar a consciência da juventude para o programa e a revolução proletária, combatendo as influências burguesas e pequeno-burguesas sobre os jovens.

Tal formação tem caráter importante para nosso partido e, em particular, na Regional Nordeste que teve importantes atuações na Greve da Educação Federal de 2024 e em outras mobilizações e greves docentes, como a greve dos estaduais do RN, municipais de São Gonçalo/RN e também movimentos docentes municipais e estaduais no Ceará e Pernambuco, como no dia nacional convocado pela CNTE recentemente. Com isso, o POR avança na região, consolidando seu programa que guia a atuação nos sindicatos da Educação e no movimento estudantil. Viva a formação política da Corrente Proletária da Educação!

Internacional **CERQUI**

Nesta edição:

Bolívia: 90 anos do POR da Bolívia e 16 anos da morte de Lora; 1º de Maio – Assembleia Popular;

Argentina: A morte do Papa;

Palestina: Manifestação em São paulo;

Congo: Escalada militar na República Democrática do Congo sinaliza para possibilidade de guerra regional

154 anos da Comuna de Paris;

Trotsky: 33 anos de liquidação da URSS.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



90 anos do POR da Bolívia e 16 anos do falecimento de Guillermo Lora

Em junho de 1935, o Partido Operário Revolucionário da Bolívia foi fundado. Cumpre, portanto, 90 anos de existência inteiramente dedicada à revolução proletária. Décadas após décadas, acumulou uma rica experiência e uma avançada formulação teórica e programática no terreno histórico do marxismo-leninismo-trotskyismo. Desde os seus primeiros respiros, expressou-se como uma tendência inspirada na luta de Trotsky contra o revisionismo de Stalin e sua camarilha. Assimilou o internacionalismo encontrando suas primeiras lições na luta da Oposição de Esquerda liderada por Trotsky. Suas raízes se encontram, portanto, no movimento voltado a constituir a IV Internacional.

Evidentemente, o POR passou por etapas de construção que implicaram cisões e depuração dos quadros militantes em função da elaboração do programa e da penetração na classe operária boliviana, marcadamente mineira. É o partido marxista-leninista-trotskyista mais antigo que enfrentou as provas do revisionismo nas próprias fileiras da IV Internacional, após o assassinato de Trotsky



em agosto de 1940. Trata-se de um fenômeno extraordinário, uma vez que o POR se construiu nas condições difíceis de um país extremamente atrasado da América Latina e, em grande parte de sua existência, padeceu do isolamento em relação à IV Internacional.

De fato, o POR se firmou como partido marxista-leninista-trotskyista sob a direção de Guillermo Lora, cuja morte completará 16 anos em 17 de maio. Suas Obras Completas com 70 volumes, de 500 páginas, é um legado ao proletariado mundial, cuja espinha dorsal é constituída do programa da revolução proletária e da luta em defesa e aplicação do Programa de Transição da IV Internacional.

Nesse percurso, destacam-se a participação dos trotskyistas na Revolução de 1952, no combate às forças do nacionalismo burguês e pequeno-burguês, no trabalho pela independência política e organizativa do proletariado, na constituição da Assembleia Popular de 1971, no enfrentamento aos golpes militares, na luta contra os desvios dos revisionistas que foram arrastados para o foquismo, na defesa da Revolução Cubana como parte da revolução proletária.

ria latino-americana, no trabalho programático e organizativo de superação das cisões liquidacionistas e no empenho de reerguer a IV Internacional, cujo último esforço foi dedicado à constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Um traço distintivo e fundamental de todas as correntes que se reivindicam do trotskismo – na realidade revisionistas – foi que o POR se constituiu como partido-programa vinculado intimamente aos mineiros de São José, Huanuni, Colqueri, Catavi e Siglo XX. Guillermo Lora relata que os primeiros contatos e simpatizantes vieram das minas de Siglo XX e Catavi. Um núcleo denominado “Flecha Verde”, acabou por se constituir em uma célula partidária. A experiência em organizar a vanguarda proletária era diminuta, de forma que o próprio Lora teria muito a aprender como organizar e penetrar no seio daquela camada operária tão sofrida.

Nesse processo, teve importância decisiva para a construção do POR o III Congresso da Federação dos Mineiros (FSTMB), em março de 1946. Da intervenção dos trotskistas, emergiu as Teses de Pulacayo, cujo nome adveio do Congresso de Pulacayo, novembro de 1946. A mina Siglo XX se tornou no centro de atividade do POR. Destacaram-se, nesse momento, dois dirigentes mineiros altamente capacitados, Cesar Lora e Isaac Camacho, que acabaram assassinados pelas forças da reação internas e o imperialismo.

Esse vínculo de combate próprio da luta de classes e de sangue alimentou o desenvolvimento programático e organizativo do trotskismo boliviano. A militância porista ganhou experiência e aprendeu que o partido revolucionário transforma a classe operária e é transformado por ela. Tal percurso ressalta a natureza programática do partido, como estado-maior da revolução social.

Lora assim considera: “A verdadeira existência do POR começa quando consegue caracterizar o que é a Bolívia. O que permitiu a superação de uma longa disputa que teve lugar no continente em torno à natureza dos países latino-americanos, nos quais interviam dirigentes vinculados à III e IV Internacionais. A caracterização da natureza do país permite definir com precisão o objetivo estratégico, os traços diferenciais da revolução social. Entre a finalidade estratégica e a organização partidária há uma interrelação dialética, ainda que a primeira tenha supremacia. Organizativamente, o Partido tem a finalidade fundamental de materializar a estratégia programática. É o programa que obriga o Partido Operário Revolucionário - constituído por revolucionários profissionais, que integralmente se dedicam à luta pela destruição da ordem social burguesa – a se capacitar para realizar tanto atividades legais quanto clandestinas”.

Somente se pode alcançar essa qualidade se os quadros partidários se constituam como revolucionários profissionais, no sentido leninista do conceito. O sentido mais amplo e profundo dessa natureza da militância marxista se encontra na consciência de classe e no combate pelo fim do capitalismo e construção do socialismo. A consciência se forja na luta de classes, de onde se gesta a relação entre a teoria e a prática. Nas palavras de Lora: “Não somente tem de se apropriar do marxismo – essa é sua formação ideológica – como também adquirir a capacidade e a destreza necessária para se tornar propagandistas da teoria revolucionária, organizadores do partido e das massas e agitadores completamente voltados para transformar as consignas em ação”. (...) “Tais são os fundamentos pelos quais o militante marxista-leninista-trotskista tem de ser um revolucionário (um conspirador) profissional”. (...) “É certo que o Partido Operário Revolucionário tem de formar militantes e células partidárias – pequenos núcleos de revolucionários profissionais – no seio das massas das diversas classes sociais. Todos militantes têm de concluir proletarizando-se ideológica e politicamente”. O POR, assim, pôde atravessar as tormentas da luta de classes na Bolívia, na América Latina e no mundo como um instrumento da revolução proletária em seu país e mundial.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) decidiu por realizar uma campanha no mês de maio voltada a fazer um balanço histórico dos 90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Cabe às suas seções prepararem os principais aspectos desse balanço, que serão apresentados e discutidos coletivamente. No dia 1º de junho, domingo, será realizado um ato político no Brasil.

A seção brasileira dá início à campanha publicando três artigos sobre o lugar da URSS na Segunda Guerra Mundial, a posição e as tarefas que cabiam à IV Internacional. Os artigos constam no 1º volume das Obras Completas, de Guillermo Lora, que reúne documentos correspondentes a 1942-1947. Os documentos selecionados são de 1942, quando a guerra estava no seu auge. No dia 8 de maio, a burguesia realizará festividades em torno aos 80 anos do fim da guerra.

A classe operária tem uma posição completamente oposta às falsificações já amplamente expostas em outros anos em que o imperialismo comemorou o acontecimento. Agora, os explorados do mundo todo estão diante de uma escalada militar impulsionada pelas potências nos marcos da retomada do choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais. Não se pode desconhecer ou ignorar os vínculos das duas grandes guerras com as que se desenvolvem no momento na Europa, com a guerra na Ucrânia, e no Oriente Médio, com a ocupação do Estado sionista de Israel da Faixa de Gaza. É sintomático que a Índia e o Paquistão tenham retomado seu velho conflito em torno ao controle territorial da Caxemira. É obrigatório um posicionamento e resposta às guerras de dominação.

Os artigos do POR boliviano de 1942 são um exemplo de como a vanguarda com consciência de classe tem de penetrar fundo no seio do proletariado para combater o imperialismo com os métodos e a estratégia da revolução social.

O que a Revolução Russa nos ensinou

A Revolução Russa de outubro de 1917 ocorreu em um país atrasado. O proletariado russo, demasiado jovem, pressionado por necessidades históricas, convulsionado se apoderou do poder.

A revolução eclodiu em um país dependente antes que ocorresse nos grandes Estados capitalistas que comandam o mundo, e que contavam com um antigo e numeroso proletariado longamente educado na experiência das trade-unions e que, além disso eram dirigidos por velhos partidos políticos, adestrados, como queriam os traidores da Segunda Internacional, nas práticas parlamentares.

O primeiro grande ensinamento da Revolução Russa é que aprendemos que a cadeia capitalista se rompe pelo elo mais débil. O capitalismo é atacado em sua sentinela menos fortificada.

O segundo consiste em que a Rússia, apesar do seu atraso econômico, tinha um proletariado politicamente maduro, o que o permitiu se apoderar do poder.

Os países atrasados, como nos ensina a Rússia, se veem obrigados a tomar o caminho da revolução, não pelo fato de ter uma economia madura para o socialismo, mas porque somente esse caminho lhe permite sair de seu secular atraso. “Se a Rússia não está madura para o socialismo, está sim devido a economia mundial como um todo” (diziam os bolcheviques). Essa conclusão serve para todos os países atrasados.

O que determinou até agora a rota que vem seguindo o Estado soviético? Foram curso tomado pela economia mundial e a marcha

da revolução proletária internacional. Assim, se confirmou pela história as palavras de Leon Trotsky: “O curso que segue a ditadura do proletariado e os degraus pelos quais atravessa para chegar ao socialismo depende do curso que tome a economia mundial”. Por acaso Lênin não expressou centenas de vezes que o triunfo do socialismo na Rússia dependia do triunfo da revolução proletária nos outros países? Isso é o que temos aprendido da Revolução Russa, ou seja, que o triunfo do socialismo é decidido no marco internacional.

Por que a Rússia pôde resistir ao ataque dos países capitalistas? Porque contou com a ajuda do proletariado de todo o mundo, porque a III Internacional Comunista de Lênin lhes ensinou a não esquecer a luta de classes e a defender a URSS por meio da luta de classes. A paz de Brest-Litovsk, realizada sob a direção de Lênin, é uma condenação histórica da política internacional que o antimarxista Stalin segue na atualidade. Aprendemos com a revolução a defendê-la por meio da luta de classes em escala internacional, isto é, como fieis defensores de Marx.

Além disso, aprendemos da Revolução Russa que, quando o ataque das forças reacionárias não é respondido pela revolução proletária, o Estado operário corre um sério perigo. Que, quando o proletariado é derrotado por culpa de uma má direção e, conseqüentemente, o capitalismo ocupa as posições abandonadas pela revolução, o Estado operário, como ocorreu na Rússia, se degenera, eleva-se ao poder uma burocracia reacionária que destrói as fileiras do partido que dirigiu a revolução, e busca todos os meios para destroçar as conquistas obtidas pelos operários. A revolução internacional tarda a chegar e a reação se prepara para atacar as bases socialistas do novo Estado.

Da história da Revolução Russa e, em particular do Partido Bolchevique, aprendemos que a revolução não se realiza com

os bons desejos dos homens, mas que advém por causas excepcionais com sacudidas profundas na sociedade. Aprendemos que o partido que não aproveita uma tal situação revolucionária desaparece do cenário histórico por muitos anos. É preciso ser cego para não compreender com os ensinamentos da Revolução Russa que as situações revolucionárias passam, e são seguidas por ondas contrarrevolucionárias. As massas abandonam os partidos revolucionários e se canalizam para as fileiras dos partidos pequeno-burgueses. Da Revolução Russa, aprendemos a não se desesperar e, conseqüentemente, a não trair o proletariado com atos putschistas.

A Revolução Russa colocou novamente em um lugar preponderante a tese marxista de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Assim aprendemos que é um crime enganar as massas como faz o estalinismo. Não se pode deixar que os estalinistas corrompam os trabalhadores com a farsa de passar as derrotas por vitórias. Da Revolução Russa, aprendemos “a não temer nem os inimigos mais poderosos, se seu poder se acha em contradição com as necessidades do desenvolvimento histórico”. Aprendemos a “nadar contra a corrente, com a profunda convicção de que o novo fluxo histórico dos poderosos impulsos nos levará até a costa”.

Estamos convencidos, sobretudo, do valor internacional da Revolução Russa, razão pela qual deve ser estudada cuidadosamente por todo o revolucionário. Lênin disse: “...Na atualidade, contamos com uma experiência internacional mais regular, que demonstra de claramente que alguns dos traços fundamentais de nossa revolução têm um significado não nacional, particular, não somente russa, mas internacional”. E falo do significado internacional, não no sentido amplo da palavra; não só alguns, mas sim todos os traços fundamentais têm um significado internacional.

Novembro de 1942

A Revolução Russa de outubro 1917

A Revolução Russa de Outubro de 1917 constitui uma gigantesca confirmação na história da teoria marxista, que juntamente com as experiências de 1848 e 1871, põem às claras o valor científico do materialismo histórico.

Não se pode - salvo desorientar momentaneamente as massas oprimidas em benefício direto da burguesia - contestar essa conquista, a não ser o revisionismo pequeno-burguês em seu afã de deformar os fundamentos científicos de Marx, diante do vigor que têm demonstrado as mais duras provas.

Depois do profundo solavanco social e, apesar de seus detratores, as teses fundamentais do materialismo histórico emergiram com maior vitalidade. Com os crescentes antagonismos do sistema capitalista, são precisamente os verdadeiros fundamentos do marxismo que adquirem um crescente vigor e, não aquelas teses que já foram reconhecidas como de um valor circunstancial e secundário.

O papel do marxista, hoje mais do que nunca, consiste em saber reconhecer e separar o fundamental do secundário das exposições realizadas pelos mestres do comunismo. Tarefa importante, porque os revisionistas e reformistas se entrenchearam no secundário em seu objetivo de destruir o fundamental.

A Revolução Russa de 1917 é um dos maiores ensinamentos para o proletariado internacional, por ser a primeira que consolidou o Estado proletário e por ter sido realizada em um país atrasado.

Desde a Revolução Russa de Outubro, ocorreram transcendentais acontecimentos históricos: a derrota do proletariado alemão, o fracasso da revolução na China etc., que também são fontes de enormes ensinamentos para os partidos revolucionários do mundo inteiro.

O destino do partido revolucionário do proletariado internacional está determinado pela atitude que tome diante da experiência deixada pelas revoluções.

Somente os epígonos do Kremlin fecham os olhos diante dos duros ensinamentos da história e, assim, vão preparando novas derrotas do proletariado internacional. De fato, como disse Leon Trotsky, Stalin decidiu entrar na história com o título de “grande organizador das derrotas proletárias”.

Hoje, estando a URSS envolvida pela voracidade militarista, a tese leninista de que a Rússia não é um Estado operário isolado, mas um Estado operário dentro de um sistema de Estados capitalistas, se levanta com toda a clareza diante do revisionismo dos inventores da teoria do “socialismo em um só país”.

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

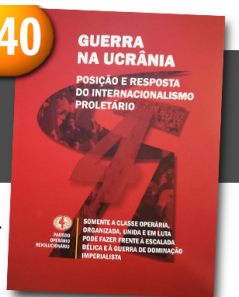
Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSIÇÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



É um dever elementar de todo o operário consciente defender a URSS, entendendo-se por isso não a defesa da camarilha parasitária, mas sim das conquistas da revolução proletária de outubro. A defesa da valiosa herança deixada por Lênin aos proletários de todo o mundo, somente pode realizar-se por meio da luta de classes no terreno internacional. O proletariado que em maior medida

ajudar a URSS será aquele que atingirá de morte o imperialismo em seu próprio país. A revolução internacional com sua ajuda oportuna salvará a Rússia, é o que deixaram por escrito Lênin e Trotsky em letras maiúsculas. A defesa da Rússia soviética pela revolução internacional constitui a maior condenação do proletariado mundial às traições de Stalin.

Em defesa da União Soviética

“A oligarquia de Moscou, em todo o caso, não sobreviverá a guerra que tanto a assusta”.

Leon Trotsky – Josef Stalin visto por mim

O proletariado que não sabe defender as conquistas não poderá conseguir outras maiores. Os meios de produção e a economia planificada são portentosos pilares (conquistados pela revolução proletária de Outubro), que podem servir para a edificação da sociedade comunista.

A pressão das forças reacionárias, tanto do interior da Rússia quanto o da burguesia internacional, de um lado, e o atraso da revolução proletária internacional, por outro lado, refletidos nas maiores derrotas que a história conhece, degeneraram o Estado operário (ainda que é certo que essa degeneração não tenha destruído o caráter operário do Estado soviético) e permitiram o acobertamento da burocracia bonapartista de Stalin. Stalin é a criação das forças reacionárias.

A enorme vitalidade das conquistas da Revolução Russa permitiu resistir a todos os ataques de Stalin, o verdugo da revolução.

No Estado operário nasceu o tumor da burocracia estalinista. Para salvar o organismo ameaçado seriamente de morte, é preciso extirpar o tumor. Trata-se de destruir a burocracia bonapartista para salvar o primeiro Estado operário do mundo.

A difícil posição internacional que a União Soviética ocupa hoje é obra exclusiva da política estalinista. A burocracia do Kremlin, temerosa da guerra, fez enormes e incríveis concessões aos bandos democráticos, concessões que não fizeram senão apressar a entrada da Rússia na Segunda Guerra Mundial. Por que Stalin teme tanto a guerra? Fundamentalmente, porque sabe que não sobreviverá a nenhum profundo abalo. A política internacional do Kremlin não está ditada pelos interesses do proletariado, mas pelos interesses exclusivos da burocracia. Sua própria conservação é a da lei suprema que rege as atividades da casta despótica de Moscou.

O bando democrático (Estados Unidos e Inglaterra) está utilizando os valorosos trabalhadores da União Soviética em defesa de seu sistema escravizador. As “democracias” se colocaram o objetivo de destruir a obra de Lênin pela via do esgotamento. Stalin empurrou a URSS a sangrar em benefício dos exploradores da maior parte do mundo. Do pacto democracias-Stalin, a Rússia serve de bucha de canhão e as democracias, de lobo.

O proletariado da América Latina, como o de todo o mundo, defende a URSS, mas não a sua camarilha parasitária. Defende as conquistas da Revolução de Outubro, mas não os interesses de seus próprios exploradores, o imperialismo anglo-ianque. Não pode defender aqueles que chupam o sangue. O pacto democracias-Stalin é somente um pacto acidental e passageiro que de nenhum modo pode ocultar os antagonismos entre explorados e exploradores.

A Terceira Internacional serviu de instrumento da burocracia de Stalin, há muito abandonou a luta de classes. Para ela, todo o pacto de Stalin com os países capitalistas significa o apoio da Internacional (e assim se esquece de que a ‘Internacional Comunista’ não é senão expressão revolucionária do ‘fator internacional’) aos exploradores. Ontem, foi a Alemanha, hoje, os Estados Unidos e Inglaterra, aliados da Terceira Internacional. A história se repete e a Internacional é um brinquedo de Stalin.

Defendemos a Rússia soviética, mas o fazemos, como marxistas, com os métodos revolucionários. Não esquecemos a luta de classes, porque significa trair o marxismo. Ao contrário, a agudizamos para melhor defender a Rússia soviética, atacando o imperialismo ianque. Não esquecemos que o pior inimigo é o que mais diretamente nos explora. Ajudamos a Rússia nos preparando para a revolução proletária, e não por intermédio do governo de Washington, como fazem os traidores da Terceira Internacional.

A revolução proletária internacional será encarregada de salvar a URSS de sua degeneração e será também a melhor defesa contra o capitalismo.

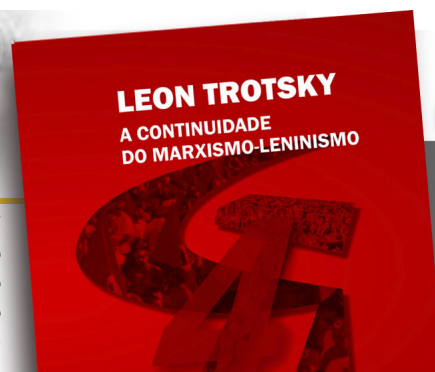
A tese leninista de que o destino da URSS está ligada à marcha da revolução proletária em escala internacional não perdeu o seu valor, ganhou ainda maior vigor.

Os agentes da GPU afirmam que é preciso atacar o fascismo ajudando as democracias. A guerra atual para eles é um terreno onde se confrontam a democracia e o fascismo. Não se pode esquecer que todos os países ‘democráticos’, à medida que as exigências bélicas determinam, dão as costas para as garantias democráticas e recorrem a medidas totalitárias.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Os escravos da América Norte somente têm um caminho para ajudar a URSS e salvar-se do fascismo: destruir as democracias imperialistas. Não se pode esquecer que o caminho mais curto para o fascismo é, precisamente, a democracia imperialista. Tampouco se deve esquecer que os “democratas” levaram Hitler ao poder, para que esse destruísse o comunismo. Apoiar as democracias é atacar o Estado operário russo e trabalhar em favor do fascismo.

Desde já a guerra colocou à humanidade dois caminhos: ou a ditadura revolucionária do proletariado, ou a ditadura militar, burocrática, fascista.

Somente é possível chegar a ditadura do proletariado destruindo o imperialismo que oprime e explora. Para os explorados da América do Norte, esse imperialismo é o anglo-ianque.

Ajudemos a Rússia dos soviets, preparando-nos para aproveitar a próxima situação revolucionária que nascerá como consequência da guerra entre os escravizadores.

Se esquecemos a luta de classes, isto é, se esquecemos que o imperialismo ianque é nosso explorador, Wall Street nos enviará um pequeno Hitler encarregado de disciplinar seus escravos, que na guerra ajudaram o imperialismo a defender seus depósitos de matérias-primas e seus imbatíveis mercados. Se colaboramos com o imperialismo ianque e inglês, eles oportunamente reduzirão a Rússia comunista a uma semicolônia.

Lutar pela revolução proletária internacional, é lutar contra a burocracia bonapartista de Stalin.

Pela derrocada da burocracia de Stalin!

Defendamos a URSS pelos métodos revolucionários!

Lutemos contra o fascismo, destruindo as democracias imperialistas!

1942

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, vol. 1)

Bolívia

Manifestação do primeiro de maio de 1971 Fundação da “assembleia popular”

“Em 1º de Maio de 1971, foi instalada em sessão pública no Palácio Legislativo de La Paz Assembleia Popular. Participam os membros do Comando Político da COB e do Povo, que foi transformado em Assembleia Popular de acordo com o projeto de declaração apresentado pelos delegados do Partido Operário Revolucionário e do PCB, ao qual aderiu Lechín, que diz: ‘O Comando Político foi transformado em Assembleia Popular, não como variante do parlamentarismo burguês caduco, senão como um órgão de poder da classe operária e das massas bolivianas, dando assim expressão organizativa e política às tendências revolucionárias mais profundas e poderosas que se agitam e desenvolvem no seio do povo ...’

A Assembleia Popular é uma frente anti-imperialista, revolucionária dirigida pela classe operária, que detém 60% das delegações em suas mãos. Esta organização, por seus objetivos e sua estrutura, está destinada a garantir o triunfo da revolução boliviana e seu entroncamento com o socialismo e a materialização da libertação nacional, expulsando o imperialismo e seus agentes do território nacional. Todos os patriotas têm o grande dever de fortalecer a Assembleia Popular e vigiar sua conduta e funcionamento. Nela prevalecerá a mais ampla democracia interna e ninguém será perseguido por suas ideias divergentes, desde que a luta fracional seja realizada dentro dos limites da Tese Política da COB, reconhecida como documento programático. A Assembleia Popular lutará tenazmente contra o perigo da burocratização dos quadros dirigentes e traduzirá a vontade e o pensamento das organizações de base, pois se baseia nas assembleias regionais e nos comitês, que funcionarão nos próprios locais de trabalho...” (Dicionário Político, Histórico. Guillermo Lora).

“Uma vez que os documentos básicos foram aprovados no Comando Político e alguns trabalhos preparatórios foram realizados, verificou-se que as massas quase não se moveram e demonstraram uma tremenda negligência na nomeação de seus delegados. Parece-nos que foram tomadas por uma enorme confiança em seu poder, de que tudo acabaria bem, intervindo ou não no trabalho diário. É provável que também a classe estivesse interessada em concentrar suas forças para lançar-se a um novo ataque. A direção da Assembleia Popular, particularmente a equipe liderada por Juan Lechín, chegou a mostrar ceticismo sobre as chances de sucesso da Assembleia Popular na manifestação do Primeiro de Maio, ao ponto do dirigente da COB expressar sua opinião no sen-

tido de adiar a cerimônia de posse. A situação era delicada porque o governo de Torres praticamente lançou um desafio ao anunciar que não tinha motivos para entregar as instalações do Palácio Legislativo a uma organização que operava à margem do ordenamento jurídico vigente. O Comando Político respondeu que não havia razão para esperar a permissão de ninguém ou a emissão de uma lei expressa para existir e na data anunciada não faria nada mais do que se instalar nas dependências do Palácio Legislativo.

A manifestação de rua do Primeiro de Maio de 1971 foi inquestionavelmente imponente em seus números, mas extremamente apática e percebeu-se dentro dela que o oficialismo havia executado pacientemente muitas de suas manobras para dar a falsa impressão de que tinha o apoio majoritário dos trabalhadores. Em alguns pequenos grupos de operários apareceram fotografias do presidente general Torres. Ninguém ignorava que o general Juan José Torres lutava para aparecer como um político popular no seio das massas bolivianas radicalizadas; foi isso que o levou a colocar-se à força à frente dos manifestantes e a suportar o desprezo destes que o deixaram completamente sozinho, a ponto de não ter escolha a não ser marchar em direção ao Palácio do Governo. Quando uma parte dos operários e estudantes marchou em direção à histórica Plaza Murillo, eles encontraram as portas do tão discutido Palácio Legislativo abertas. De modo quase natural, sem a necessidade de superar nenhum obstáculo, a multidão que entrou no Legislativo testemunhou e ouviu discursos inflamados e uma sessão na qual deliberaram livremente e reforçaram seu otimismo com referência ao futuro da revolução boliviana. A imprensa do país e do continente registrou o evento. Assim ocorreu a instalação oficial dos trabalhos da Assembleia Popular, que durou apenas algumas horas”. (Bolívia: da Assembleia Popular ao golpe fascista. Guillermo Lora).

LANÇAMENTO!

**INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO**

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Argentina

A morte do Papa Francisco

Todo mundo apareceu condoído pela morte do Papa Francisco, até mesmo seus opositores conservadores mais fervorosos apareceram destacando suas virtudes e escondendo suas críticas. Os jornais do mundo, a televisão e os noticiários deram vários dias de cobertura por muitas horas. Isso acontece com muitos personagens que depois de mortos viram santos e seus pecados são perdoados. Somente os mais extremistas da direita recalitrante continuam a acusá-lo de comunista, amigo de Maduro, Castro, ou de qualquer inimigo que eles tenham no mundo.

Os marxistas estão comprometidos com a verdade, com a história. Não com uma parte da verdade, mas com toda a verdade, mesmo que nossos amigos não gostem. Não participamos de nenhuma homenagem ao Papa e rejeitamos que a CGT e os sindicatos o glorifiquem.

Por que a Igreja precisou romper com sua tradição e eleger um papa não europeu? É outra Igreja?

Era necessário reconstruir uma Igreja que não parasse de perder fiéis diante dos escândalos de abuso sexual, de pedofilia, de corrupção, da relação com os regimes mais brutais, da riqueza em que vivem suas hierarquias - um distanciamento permanente de seu povo.

Precisavam com urgência mudar a imagem para restaurar o papel de uma Igreja que estava sendo abandonada e substituída por outras. Bergoglio desempenhou esse papel para denunciar os abusos e pedir perdão às vítimas, mas sem entregar todas as informações sobre os responsáveis e promover sua investigação, denunciou a fome e as guerras, mostrou solidariedade com o povo palestino, renunciou ao luxo e aos privilégios de seu cargo e praticou um discurso ausente nas cúpulas eclesásticas, um discurso que logicamente chamou a atenção das multidões e gerou certo desconforto em alguns centros de poder.

Bergoglio aparecia como independente, não ligado aos círculos de poder e que poderia mudar o curso da Igreja.

Não podemos separar o papado de Francisco da história da Igreja e de sua responsabilidade. Não podemos perder a memória do seu papel na preservação do sistema capitalista de dominação, preservando um poder que veio de muito antes. Francisco não foi alheio a esse papel essencial.

O papel da Igreja é fundamental na história por usar sua autoridade para domesticar as massas, subordiná-las à ordem como se fosse natural, colocando suas expectativas no outro mundo.

Foi somente no final do século XIX que a Igreja abandonou suas posições mais retrógradas e se adaptou ao desenvolvimento capitalista, introduzindo em sua doutrina recomendações sobre as relações entre capital e trabalho, postulando uma “justa remuneração”, baseada em valores cristãos. As encíclicas *Quadragesimo Anno* (1931) sobre “apelo à cooperação entre capital e trabalho”; *Mater et Magistra*, (1961), “sobre justiça social e intervenção estatal”; *Populorum Progressio*, (1967), sobre a necessidade de “promover o desenvolvimento dos povos que lutam para superar a fome e a miséria”; *Laborem Exercens*, (1981), que proclamou a “prioridade do trabalho sobre o capital, a participação dos trabalhadores nos lucros e a democratização dos locais de trabalho”. Foi nestes antecedentes que o papado de Francisco se baseou.

Na Argentina e em toda a América Latina, a Igreja Católica acompanhou a espada do invasor com sua palavra para subjugar os povos nativos que não eram considerados humanos. E acompanhou as campanhas de extermínio para escravizá-los e tomar seus territórios até o final do século XIX.

Até pouco tempo atrás, tinha sob seu controle ideológico a educação e também o treinamento dos oficiais das forças armadas. Rejeitava a demanda por igualdade civil para as mulheres. Rejeitou os direitos civis para setores discriminados da sociedade. Mas o maior crime é que a Igreja Católica argentina fez parte do terrorismo de Estado.

É possível que Bergoglio tenha ajudado algumas pessoas na perseguição da ditadura, não duvidamos dos testemunhos que comprovam isso. Mas não há evidências de que Jorge Bergoglio tenha levantado a voz sob a ditadura e depois para reclamar pelos padres perseguidos e assassinados, pelas crianças que foram apropriadas e que ainda não recuperaram sua identidade, contra aqueles que organizaram as maternidades clandestinas e o parto de crianças recém-nascidas, nem para acusar a hierarquia que abençoou os perpetradores dos assassinatos, que os aconselhou o que deviam fazer com os presos, os que visitaram nos centros de tortura e os lugares da Cúria oferecidos para prender e torturar; para que todos os arquivos da Igreja fossem abertos... Referimo-nos a ações concretas e terrenas, para processar os responsáveis pela matança e seus cúmplices, para que fossem devidamente punidos, para conhecer toda a verdade.

Não esquecemos sua responsabilidade pelos padres que estavam em sua ordem (Bergoglio foi chefe provincial dos jesuítas entre 1973 e 1979), Franz Jálcs e Orlando Yorio: sequestrados em maio de 1976 em Bajo Flores, foram detidos na ESMA e mantidos em cativeiro por vários meses. Orlando Yorio culpou Bergoglio por seu sequestro: “Não tenho motivos para pensar que ele fez algo pela nossa liberdade, muito pelo contrário”.

Na Europa, padres da mesma ordem indagaram Bergoglio pelos sequestros da Igreja da Santa Cruz por uma Força-Tarefa da ESMA. Queriam saber especificamente quais medidas ou reclamações a Igreja Católica fez sobre o caso sem obter uma resposta.

Emilio Mignone denunciou em seu livro “Igreja e Ditadura: O papel da Igreja à luz das relações com o regime militar”, que, em muitos casos, o sinal verde para os sequestros foi dado pelos bispos. E se refere ao caso de Yorio. Uma semana antes dos sequestros, “o arcebispo Aramburu havia retirado sua licença ministerial, sem motivo ou explicação”. Bergoglio lhes dera a escolha entre deixar o bairro em que atuavam ou renunciar à Companhia. Pelas expressões que Yorio ouviu no cativeiro, “fica claro que a Marinha interpretou tal decisão e, possivelmente, algumas declarações críticas de seu provincial Jorge Bergoglio, como uma autorização para proceder contra ele”. Meses após os sequestros, a Universidade Jesuíta de El Salvador nomeou o ditador almirante Massera como professor honoris causa.

Desde a década de 1970, Bergoglio estava muito próximo do grupo da Guarda de Ferro, que lutou contra a “infiltração marxista” no peronismo e também na Igreja sob a Teologia da Libertação. Como parte do Plano Condor, os Estados Unidos pretendiam acabar com todos os setores ligados à teologia da libertação na América Latina, em combinação com as mais altas autoridades da Igreja.

Houve padres e bispos que viveram de acordo com suas convicções e denunciaram o que estava acontecendo, outros se juntaram às lutas dos trabalhadores e favelas e muitos deles pagaram com suas vidas. Em homenagem ao seu compromisso, não podemos ficar calados sobre esta história do Papa Francisco. E em homenagem aos 30.000 presos desaparecidos, às dezenas de milhares de perseguidos, presos, torturados, exilados, ameaçados, às centenas que ainda não recuperaram sua identidade.

Palestina

Manifestação em apoio à Palestina em São Paulo



No dia 26 de abril, aconteceu uma manifestação em apoio à Palestina, convocada pela Frente Palestina São Paulo. O ato foi em frente a Rede Globo e contou com a participação das correntes políticas que compõem a frente e alguns simpatizantes. A realização num sábado e a localização, um bairro de classe média alta, com grande número de prédios de escritório, deram à manifestação um caráter simbólico já que não havia trânsito de pedestres ou mesmo uma grande quantidade de veículos que pudessem ser impactados pelo ato. Essa manifestação foi proposta como parte das mobilizações em apoio aos palestinos no mês de abril e maio, a principal delas será uma manifestação que marque a Nakba, a Catástrofe palestina, no dia 15 de maio.

O partido impulsionou esse ato como tem impulsionado todas as manifestações em que se possa expressar a luta pelo fim do genocídio, pelas retiradas das tropas sionistas da Faixa de Gaza e o fim do Estado de Israel, condição de existência para Palestina.

O partido levou seu manifesto que trazia o título: “Israel e os EUA avançam sua ofensiva contra a Faixa de Gaza - Nova proposta de cessar-fogo representa a rendição completa do Hamas”, onde expressamos a linha da necessidade de fortalecer o movimento pró-Palestina em todos os países inclusive no Brasil, o que só pode se dar com a mobilização das massas por suas próprias reivindicações fazendo a união com a luta internacional. O acordo mencionado não avançou, mas a ofensiva israelense sim. Netanyahu fez uma declaração nos últimos dias de que pretende acabar de vez com a Faixa de Gaza, conduzindo os palestinos para o sul, onde estariam livres do Hamas e do terrorismo. Em declaração explícita

de que pretende avançar em sua ofensiva. Certamente está apoiado na completa incompetência dos organismos internacionais da burguesia em promover qualquer ação concreta contra sua política genocida.

A Frente Palestina São Paulo levanta como bandeira principal a necessidade do rompimento das relações políticas e econômicas entre Brasil e Israel. Uma bandeira que se fosse realizada pelo governo burguês de Lula, certamente seria progressiva. O problema está na fragilidade da Frente em superar os meros pedidos de rompimento e passar à imposição dessa política ao governo. Isso só seria possível com a força das medidas econômicas contra o governo brasileiro, bloqueios em portos e aeroportos, grandes manifestações, greves em setores estratégicos etc. Para isso, é necessário antes de tudo pressionar os sindicatos e centrais sindicais a romperem com a colaboração de classes e o governismo. Se é certo que as principais centrais se colocam pelo fim do genocídio, não é menos certo que fazem isso apenas em palavras, nas redes sociais, sem nenhuma medida prática que pudesse forçar o governo ao rompimento com o Estado sionista.

O final da manifestação contou com uma novidade. Surgiu uma proposta de carregar uma grande bandeira da Palestina até uma grande avenida próxima. Isso foi feito, mas a facilidade em se chegar até, sem contratempos com a polícia, fez com que a marcha fosse sendo ampliada, decidiu-se então por subir na Ponte Estaiada, cartão postal de São Paulo, e estender a enorme faixa lá em cima. Foi uma ação simbólica improvisada, mas que se mostrou combativa: o trânsito foi parado algumas vezes, as palavras de ordem foram entoadas no trajeto e a faixa foi estendida do alto da



ponte. As ações simbólicas são importantes na luta de classes, pois contribuem com a luta ideológica, mas sua força surge justamente quando são parte da ação direta das massas em movimento. Esse último fator ainda pesa no movimento de defesa da Palestina.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$30

Abraham Leon

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

CONGO

No *Jornal Massas*, nº 738, publicamos a primeira parte do estudo sobre a guerra civil que abala a República Democrática do Congo. É importante a exposição histórica das guerras anteriores, de 1996 a 1997, de 1998 a 2003. O conflito não cessou definitivamente, voltou em 2009 e 2012. Em 2022, os “rebeldes”, depois de terem sofrido muitas baixas, voltaram à ação Além de milhares de mortos, a população padeceu de cerca de 3 milhões de “deslocados”, expulsos pelas armas, miséria, fome e doenças. A ONU estima hoje que esse número chegou a 7 milhões.

Na apresentação da primeira parte, o estudo localiza a guerra no Congo como parte de inúmeros choques de

nacionalidades no continente africano, em particular na região do Sahel. Mostrou também que as guerras e os choques armados na África confluem com a guerra na Ucrânia, cuja transcendência está a possibilidade de se derivar em um guerra europeia, e a intervenção militar do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, incentivada e apoiada pelos Estados Unidos, indica o interesse estratégico do imperialismo norte-americano em aumentar o seu controle sobre o Oriente Médio.

Não há dúvida que a guerra na Ucrânia está no epicentro da escalada militar nas condições de profunda crise mundial do capitalismo. A ascensão de Trump à presidência dos Estados

Unidos e o seu programa econômico-militarista dão a dimensão do quanto a velha ordem capitalista do pós Segunda Guerra se desmorona e se volta contra as nações oprimidas e as massas exploradas em todo o mundo. A defesa da autodeterminação das nações que sofrem com as guerras e os saques promovidos pelo grande capital internacional se ergue como condição da luta revolucionária do proletariado. Esse é o sentido que levou e leva a necessidade de conhecer em detalhes o lugar da África na crise estrutural do capitalismo.

Abaixo publicamos a segunda parte sobre a guerra no Congo

Escalada militar na República Democrática do Congo sinaliza para possibilidade de guerra regional

Após a conclusão dos embates da Primeira Guerra do Congo, surge o RCD (Restabelecimento Congolês para a Democracia) da aliança entre Ruanda e Uganda, além de grupos menores locais insatisfeitos com o governo de Kabila. Entre eles o Movimento 23 de março (M23), Mai-Mai, Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDRL), Movimento Revolucionário Congolês (MRC), Movimento de Libertação Congolês (MLC), entre outros. Esses grupos atuaram em grande parte nas regiões do Kivu do Sul, Ituri, Bukavu, Kivu do Norte (Beni e Goma), Katanga, Kasai e Maniema, principalmente em regiões detentoras de grandes quantidades de recursos minerais.

Em 2 de agosto de 1998, uma rebelião, conduzida pelo movimento “Rassemblement Congolais pour La Démocratie et La Libération du Congo (RCD)” (Reunião Congoleza pela Democracia e pela Libertação do Congo), com o apoio das tropas de Ruanda e Uganda, vai atacar a cidade de Matadi para capturar a central hidroelétrica de Ingá e daí marchar em direção à capital, Kinshasa. Inicia – se a Segunda Guerra do Congo, cerca de 3,5 milhões de pessoas teriam morrido nessa guerra, que foi considerada como o segundo genocídio depois da Segunda Guerra Mundial. As tropas de Angola, Namíbia e Zimbábue intervieram em favor do governo

de Kabila e conseguiram há tempo deter o avanço do RCD. Além disso, nasceu um outro movimento de rebelião chamado Movimento de Libertação Congolês (MLC) que abre uma outra frente de resistência no Leste contra as tropas governamentais.

Esses conflitos armados se caracterizaram pelas atrocidades cometidas pelas tropas do governo, pelos rebeldes e seus aliados ruandeses, burundeses e ugandeses, provocando um imenso deslocamento das populações nas zonas de conflitos. A República Democrática do Congo é considerada a capital mundial de estupro, milhares de mulheres congolezas foram estupradas durante os vinte últimos anos de conflito no país.

Além das questões políticas, os conflitos se acirram e são potencializados principalmente por disputas entre os capitalistas das potências imperialistas representadas internamente pelas frações das burguesias nacionais das semicolônias, pelo controle de regiões ricas em minerais, pela instabilidade na região dos Grandes Lagos Africanos, especialmente na década de 1990, pelo genocídio de Ruanda em 1994, que levou à imigração de hutus para o leste do Congo, e pelo rompimento das relações bilaterais de Laurent Kabila com Ruanda, Uganda e Burundi após o golpe de Estado contra Mobutu. As rivalidades tribais fomentaram o surgimento

R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

PO
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial



**Lênin estrategista
da revolução proletária**
*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

de pequenos grupos armados e expressaram os conflitos de classes mais profundos da sociedade congoleza.

Houve tentativas de encerrar o conflito, através do Acordo de Lusaka, em 1999, além do estabelecimento da Missão de Organização das Nações no Congo (MONUC), ambas fracassadas. Laurent Kabila foi assassinado em 2001, e a subida de seu filho Joseph Kabila ao poder inflou o clima de instabilidade. Com o fracasso do acordo de Lusaka e a retomada dos conflitos, em 2003, foi assinado o acordo de paz de Sun City na África do Sul que decretou o término oficial da guerra. Foi criado um governo de transição (2003-2005), cuja presidência foi assumida por Joseph Kabila e mais quatro vices, governo esse com viés democrático burguês, responsável por reformas institucionais, uma nova Constituição e novas eleições.

Houve também a tentativa de reorganização das forças armadas que passaram a ser compostas pelas Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), pelo Restabelecimento Congolês para Democracia (RCD) e pelo Movimento para a Libertação do Congo (MLC). No entanto, essa junção foi marcada por desavenças em termos de hierarquia, incompatibilidade salarial e falta de recursos financeiros.

A realização das eleições se concretizou em 2006 com a vitória de Joseph Kabila. Os resultados foram contestados e o governo de Joseph Kabila foi incapaz de conter os choques de interesses. Iniciou-se uma onda intensa de agressão contra os civis e o estado de violência foi instaurado. A MONUC foi então substituída pela Missão de Estabilização Da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em 2010.

Joseph Kabila deveria ter deixado o poder em 2016, ao término de seus dois mandatos, conforme estabelecido na Constituição. No entanto, as eleições só ocorreram em 2018, após intensos protestos da população e da oposição. Após 18 anos à frente da República Democrática do Congo, Kabila cedeu lugar a Felix Tshisekedi, candidato da oposição, que foi anunciado como vencedor em janeiro de 2019. O resultado, contudo, gerou controvérsias. Opositores alegaram a existência de um acordo secreto entre Tshisekedi e Kabila, permitindo que este último continuasse exercendo influência significativa no governo. Martin Fayulu, segundo colocado e também opositor, denunciou fraudes no pleito, levando milhares de seus apoiadores a protestarem em Kinshasa. Além disso, França, Bélgica e União Africana (UA) também questionaram a legitimidade da eleição. Ainda assim, o imperialismo acabou por reconhecer o resultado.

Meses depois, o primeiro-ministro, Illunga Illunkamba, fez suas indicações para os ministérios, chamando atenção para o número de ministros pertencentes à coalizão Frente Comum para o Congo (FCC) de Kabila: 42 dos 65 ministros eram dessa coalizão e apenas 23 eram provenientes da coalizão de Tshisekedi. Vale destacar também que as eleições deram à coalizão 70% dos assentos da câmara baixa do parlamento e esmagadora maioria dos assentos da assembleia provincial à FCC.

Diante das irresolutas tensões e conflitos políticos no interior da República Democrática do Congo, fica exposta o fracasso das soluções de caráter burguês para a constante beligerância no interior do país africano. O processo de independência de 1960, não rompeu decisivamente com as amarras coloniais e a república se caracteriza pela projeção da colônia e não como sua negação, sendo assim incapaz de impulsionar o avanço das forças produtivas e superar o atraso econômico e a miséria da maioria da população. Os conflitos étnicos, potenciados por obra do imperialismo, é também um entrave ao avanço econômico e social do Congo.

A ausência de uma burguesia nacional-industrial, que pudesse encabeçar um movimento pela independência nacional, favoreceu a continuidade da dominação imperialista. A incipiente classe operária, tardiamente constituída, sob a brutal superexploração de sua força de trabalho - havendo casos em que operários congolezes recebessem um salário 25 vezes menor do que o de um operário belga no Congo, exercendo a mesma função - não teve como erguer o programa anti-imperialista e de independência nacional.

A sucessão de governos ditatoriais, capitaneados pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha, as perseguições políticas reacionárias como o assassinato de Patrice Lumumba, a enorme gama de grupos armados, o alto índice de mortandade em decorrência das sucessivas guerras e de doenças, como o Ebola, bem como os expressivos dados referentes à violência sexual, demonstram, por um lado, a impossibilidade de se constituir na RDC um Estado democrático burguês, como solução aos referidos problemas, e, por outro, os conflitos mais profundos do capitalismo em sua fase imperialista, que é caracterizado por guerras, revoluções e contrarrevoluções. A decomposição do capitalismo e o aprofundamento da barbárie se expressam no Congo pela continuidade de conflitos sangrentos entre nacionalidades e etnias.

É nessas condições históricas que emerge o programa da revolução social, que contém a tarefa da libertação do país semicolonial e pelo fim da opressão nacional. A classe operária em aliança com os camponeses tem como reunir forças para derrubar do poder os exploradores e militares subordinados aos interesses das potências imperialistas. A luta para acabar com a guerra civil no Congo e com os choques entre as próprias nações oprimidas tem de levar à unidade das massas africanas que, em todos os países do Continente, arcam com o atraso econômico, a brutal exploração capitalista e o domínio imperialista.

É imprescindível constituir os partidos revolucionários, marxista-leninista-trotskistas, que expressem a revolta instintiva da maioria e a canalizem para a revolução social. O combate pelo fim das guerras civis fratricidas, pela libertação das nações oprimidas e pelo desenvolvimento econômico interdependente e cooperativo está na razão direta da luta pelo objetivo histórico de o povo africano trilhar o caminho programático dos Estados Unidos Socialistas da África.

(Bibliografia utilizada: dois últimos volumes da coleção História Geral da África e o livro "Como a Europa Subdesenvolveu a África" de Walter Rodney)

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

**Novo
Coleção
Editorial**



Os 154 anos da Comuna de Paris

No dia 18 de março de 1871, os trabalhadores de Paris, organizados e armados na Guarda Nacional, tomaram de assalto a capital francesa e inauguraram o primeiro governo operário da história. A Comuna de Paris marcou época e, segundo Marx, o estabelecimento da ditadura proletária revelou ser “a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho”. A memória da Comuna e de seus mártires sempre ocupou um lugar de destaque no movimento socialista internacional. Suas preciosas lições foram pedra angular no pensamento revolucionário de Marx e Engels, e serviu de guia a toda a geração seguinte de revolucionários desde Lênin e Trotsky até Rosa Luxemburgo.



A Europa e, sobretudo, a França daqueles tempos eram muito diferentes de agora, tanto econômica quanto socialmente. A guerra franco-prussiana de 1870, envolvendo os rivais Bismarck e Napoleão III, marcava ainda uma etapa de ascensão do capitalismo, embora atravessado por crises. As revoluções democráticas ainda estavam na ordem do dia e uma de suas tarefas, a unidade nacional, ainda era perseguida por nações como Itália e Alemanha. No presente momento, ao contrário - e isto desde antes da primeira guerra mundial -, vivemos a etapa imperialista de derrocada do capitalismo, marcada por guerras, revoluções e contrarrevoluções. Deste ponto de vista histórico, a Comuna aparece como um primeiro ensaio (ainda na etapa ascendente) e um fulgurante antecedente das revoluções sociais que rebentaram logo mais, no século XX, abrindo a era da luta direta do proletariado pelo poder. Do ponto de vista social e político, a Comuna emerge não apenas como uma reação às derrotas militares da França e às negociações do governo capitulador de Thiers, mas como retomada do movimento revolucionário de 1848-1851, interrompido pelo golpe de Luís Bonaparte de 2 de dezembro.

A Comuna, dizia Marx, foi resultado direto da guerra. A captura do imperador francês e, com ele, 100 mil soldados pelas tropas prussianas na batalha de Sedan, tornou inevitável a proclamação da II República em 4 de setembro, entusiasticamente apoiada pelas massas. Aquilo que começou como uma guerra entre potências (França e Prússia) por áreas de influência no continente terminou por se transformar em situação revolucionária. As mesmas massas, que, no período anterior, foram convidadas a se armarem na Guarda Nacional como força auxiliar na guerra, se tornaram um problema para o novo governo republicano. Em meio à catástrofe militar, era preciso desarmá-las, deter a agitação social e salvar o regime de dominação da burguesia. E, nas condições dadas, só havia um caminho: render-se à Prússia. Apenas a assinatura de uma paz humilhante permitiria recuperar Exército francês e se proteger dos operários. Porém, os trabalhadores daquela Paris convulsionada se enchiam de ódio precisamente contra esta dupla perspectiva de desarmamento e rendição. O choque inevitável veio ao primeiro sinal de provocação, e ele não tardou em chegar. A investida frustrada dos generais Clément-Thomas e Claude Lacomte almejando confiscar os canhões de Paris provocou a explosão. Com a reação da Guarda Nacional, Paris foi tomada e o governo republicano fugiu para Versalhes, onde passou a maquinizar planos para o esmagamento da Paris insurreta.

A Comuna proclamou uma série de medidas como a substituição dos corpos especiais armados, separados das massas, pelo povo em armas; a redução da jornada de trabalho; a abolição do trabalho noturno para mulheres e crianças; a separação entre Igreja e Estado; o controle operário das fábricas abandonadas e, por fim, a eleição de conselheiros populares como governo autêntico da revolução.

A Associação Internacional de Trabalhadores, AIT, sob a direção de Marx, fez uma série de esforços para orientar os *communards* na sua revolução. Contudo, a ausência de um partido revolucionário (a Comuna esteve sob a influência majoritária de blanquistas e proudhonianos) levou ao cometimento de graves erros que contribuíram para sua queda. Entre eles, Marx cita a não expropriação do Banco da França, a condescendência para com as violências infligidas pelo inimigo, a recusa em marchar contra Versalhes e a eleição prematura de conselheiros. Cercados por tropas prussianas e francesas, enfim, liberadas por Bismarck para ajudar no esmagamento de Paris, a Comuna não teve como resistir e caiu em 28 de maio. A burguesia versalhesa mergulhou a seguir numa orgia de violência contrarrevolucionária e fuzilamentos por toda a Paris proletária.

A ‘canalha burguesa’, na expressão de Marx, julgava ter dado uma lição inesquecível à classe operária. Mas nem todo o sangue derramado foi suficiente para exorcizar esse fantasma, que continuou a assombrar a burguesia todas as vezes em que as crises agônicas de seu carcomido regime sacudiam até os alicerces da sociedade moderna. A Comuna revelou que esta personagem subjugada e martirizada em todos os regimes, das monarquias absolutas às democracias liberais, irrompia definitiva e irrevogavelmente como a nova força social e histórica capaz de disputar os destinos da humanidade.

A primeira experiência efêmera e distante de ditadura proletária, que perdurou por pouco mais de dois meses, pode parecer pouco significativa diante das revoluções proletárias vitoriosas do século XX, mas guarda ensinamentos que marcaram época na história do marxismo. A mais importante de todas assevera que o proletariado não pode tomar o poder sem mandar pelos ares a velha máquina do Estado burguês e instaurar sua ditadura revolucionária.

Saudamos e reivindicamos a Comuna, não apenas por seu heroísmo e bravura, mas também por representar ainda hoje o anseio das massas de se libertarem da exploração capitalista. No momento em que atravessamos uma profunda crise de direção revolucionária, e um profundo retrocesso nas conquistas do proletariado mundial, com a queda dos estados operários pela política traidora do nacional socialismo, a bandeira da Comuna continua a ser uma referência obrigatória de luta. O capitalismo em decomposição não pode oferecer nada além de barbárie, guerras e empobrecimento geral para as massas. A estratégia da revolução proletária, essência e espírito da Comuna, continua viva e segue como a tarefa inadiável da classe operária em todos os países.

***Viva os 154 anos da Comuna de Paris!
Viva a luta pela reconstrução da IV Internacional!***



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas nº 738, recorremos a uma breve exposição da crítica de Trotsky ao VI Congresso da Internacional Comunista, como parte da explicação do POR e do posicionamento do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre a restauração capitalista e a liquidação da URSS. O livro “Stalin, o grande organizador de derrotas (A III Internacional depois de Lênin)”, publicado em abril de 1929, constitui-se em uma extraordinária fonte de conhecimento sobre a luta renhida em defesa das conquistas da Revolução de Outubro de 1917 e da avançada elaboração teórica e programática sobre a revolução proletária e o internacionalismo marxista. Trotsky se viu obrigado a demolir integralmente o revisionismo estalinista sobre o processo de transição do capitalismo ao socialismo, iniciado com a edificação do Estado operário e da URSS.

Não tivemos a pretensão de expor passo a passo o volumoso trabalho de Trotsky contido nesse livro. Seleccionamos alguns

aspectos e os desenvolvemos sinteticamente. No Jornal Massas anterior, sob os títulos “Resposta de Trotsky ao programa estalinista do ‘socialismo em um só país’” e “Aplicação do internacionalismo marxista nas condições do capitalismo da época imperialista”, verificamos a questão da relação contraditória entre o novo sistema social que nascia com a revolução proletária e o velho sistema capitalista da época imperialista. Nesse terreno, Trotsky desmonta a falácia estalinista-bukhariana sobre a possibilidade de construir o socialismo em um só país à margem dos condicionamentos da economia mundial capitalista. E revela a fraudulenta “teoria” da transição ao socialismo tendo por fundamento a economia mundial como se fosse resultante da soma-tória de economias nacionais. É desfeito o absurdo do pressuposto de que o socialismo construído em cada país acabaria dando lugar à sociedade sem classes. A revolução social que levou à constituição da URSS estabeleceu concretamente o problema da

relação entre dois sistemas sociais em confrontação histórica.

A premissa do socialismo científico de Marx e Engels de que a revolução na sua forma seria nacional, mas em seu conteúdo seria internacional se colocou de forma prática com a vitória da Revolução Russa. Trotsky reconheceu que Lênin assentou as respostas estratégicas à questão admitindo a possibilidade de uma derrota da revolução nacional caso essa não se entrelaçasse com o processo da revolução mundial.

Na obra “Stalin, o grande organizador de derrotas”, Trotsky desenvolve amplamente a formulação leninista defendendo as conquistas da revolução como parte indissolúvel da revolução mundial.

Achamos necessário completar a exposição contida no Jornal Massas nº 738.

Seleccionamos algumas passagens conceituais e programáticas, que serão transcritas. Os subtítulos e a enumeração se devem à nossa organização.

A URSS e a economia mundial

1. “O proletariado da Rússia czarista não teria se apoderado do poder em outubro se não fosse um elo, mais débil, mas um elo, no entanto, da cadeia da economia mundial. A conquista do poder pelo proletariado não isolou a república dos soviets do sistema de divisão internacional do trabalho, criado pelo capitalismo”. (...) “No décimo Congresso, o último em que pôde falar, Lênin preveniu a tempo o partido de que iria sofrer um novo exame, ‘um exame em que se organizarão o mercado russo e o mundial, ao qual estamos subordinados, com o qual estamos ligados, e do qual não podemos nos livrar’”.

2. “Pelas cifras das exportações e das importações, o mundo capitalista nos demonstra que há outros meios de coação que os da intervenção militar. Como a produtividade do trabalho e do sistema social em seu conjunto se medem no mercado pelos preços, a economia soviética está mais bem ameaçada por uma intervenção de mercadorias capitalistas a baixo preço do que por uma intervenção militar. Por essa razão, o importante não é obter um triunfo isolado, do ponto de vista econômico, contra a ‘própria burguesia’. ‘A revolução socialista que avança no mundo inteiro não consistirá somente em que o proletariado de cada país triunfe contra a sua burguesia’ (Lênin, Obras Completas, 1919, vol. XVI, pág. 388). Trata-se de uma luta de morte entre dois sistemas sociais, um dos quais começou a se organizar apoiando-se nas forças produtivas atrasadas, enquanto que o outro repousa hoje em forças de produção de um poderio infinitamente maior”. (...) “A nova teoria (do revisionismo estalinista) considera como uma questão de honra a ideia extravagante de que a URSS pode perecer devido a uma intervenção militar, mas em nenhum caso devido ao atraso do domínio econômico”.

3. “Nós, o primeiro Estado operário, somos uma parte do proletariado internacional e com este dependemos do capitalismo

mundial. Colocou-se em circulação a palavra ‘relação’, indiferente, neutra, castrada pelos burocratas, para dissimular o caráter, sumamente penoso e perigoso para nós, dessas ‘relações’. Se produzíssemos aos preços do mercado, continuaríamos sob sua dependência, mas essa seria infinitamente menos rigorosa que atualmente. Mas, desgrazadamente, não ocorre assim. O monopólio do comércio exterior prova por si mesmo o caráter perigoso e cruel de nossa dependência. A importância decisiva que tem esse monopólio para nossa construção do socialismo deriva, precisamente, da correlação de forças desfavorável para nós. E não se pode esquecer por um só instante que o monopólio do comércio exterior não faz senão regularizar nossa correlação com o mercado mundial, mas não o suprime”. (...)

“Logo, os perigos essenciais são a consequência da situação objetiva da URSS como país isolado da economia capitalista, que nos é hostil. No entanto, esses perigos podem crescer ou diminuir. O que depende da ação de dois fatores: nossa construção do socialismo, de um lado, e a evolução da economia capitalista, de outro. Evidentemente, em último caso, é o segundo fator, isto é, a sorte do conjunto da economia mundial que tem uma importância decisiva”.

4. “Pode ocorrer, e se isso é possível – e em que caso preciso – que a produtividade de nosso sistema social esteja cada vez mais atrasada em relação ao do capitalismo? Pois no final das contas isso provocaria inevitavelmente o desmoronamento da república socialista”. (...) “Mas basta a tentativa de resolver o problema da luta entre os dois sistemas nos leva ao terreno da economia e da política mundiais, e neste terreno é a Internacional revolucionária, que abarca a república dos soviets, que age e decide, e não uma república soviética que tenha como fim sua própria existência e recorra de vez em quando a ajuda da Internacional”.

5. “O desenvolvimento desigual, por solavancos, do capitalismo se deriva do caráter desigual, por solavancos, da revolução socialista; enquanto que da interdependência mútua dos diversos países, alcançado um grau muito avançado, se desprende a impossibilidade não só política, como também econômica de organizar o socialismo em um só país”. (...)

“As forças de produção são incompatíveis com as fronteiras nacionais. Daí se derivam não somente o mercado exterior, a exportação de homens e capitais, a conquista de território, a política colonial, a última guerra imperialista, mas também a impossibilidade de que sobreviva, do ponto de vista econômico, uma sociedade socialista que tenha como fim a sua própria existência. Há muito tempo, as forças produtivas dos países capitalistas não encontram espaço suficiente no interior dos limites dos Estados Nacionais. Não se pode construir a sociedade socialista, a não ser baseando-se nas forças produtivas mais modernas, na eletrificação, no emprego da química na produção, inclusive na agricultura, na combinação, na generalização dos elementos superiores da técnica contemporânea, levados a seu desenvolvimento máximo”. (...)

“O socialismo não só deve apoderar-se das forças de produção mais desenvolvidas do capitalismo, mas também deve levá-las imediatamente mais longe, elevá-las, dando-lhes um desenvolvimento impossível sobre o capitalismo”.

6. “Na realidade, a economia socialista mundial não será a soma das economias socialistas nacionais. Somente poderá constituir-se, em seus traços essenciais, sobre a base da mesma divisão mundial do trabalho criada pela evolução do capitalismo. Em seus fundamentos, se formará e reconstruirá, não depois da organização ‘integral do socialismo’ em uma série de países, mas em meio aos furacões e as tempestades da revolução proletária mundial, que se prolongará durante muitas décadas. As vitórias econômicas obtidas pelos primeiros países da ditadura proletária não se medirão segundo o grau de aproximação do ‘socialismo integral’, mas

pela estabilidade política da ditadura do proletariado, pelos êxitos alcançados na preparação dos elementos da futura economia socialista mundial”.

“O pensamento revisionista se expressa com mais precisão, e, se isso é possível, com mais brutalidade ainda no quinto capítulo (trata-se do quinto capítulo do programa do VI Congresso da Internacional); ocultando-se por detrás de uma linha e meia do artigo póstumo de Lênin, que os autores do projeto de programa desfiguram, afirmando que a URSS ‘possui no país as premissas necessárias e suficientes, não só para vencer os proprietários agrários e a burguesia, mas também para construir o socialismo integral’”.

7. “O que foi a guerra imperialista? Uma insurreição das forças de produção não só contra as formas burguesas de propriedade, mas também contra as fronteiras dos Estados capitalistas. A guerra imperialista significava, de fato, que as forças produtivas se encontravam insuportavelmente constrangidas nos limites dos Estados nacionais. Sempre afirmamos que o capitalismo não está em condições de controlar as forças de produção que desenvolveu, que somente o socialismo é capaz de discipliná-las, quando, depois de seu crescimento, rebaixam o marco dos Estados nacionais em um conjunto econômico superior. Já não há caminhos que conduzam para trás, para o Estado isolado ...”.

8. “Se a direção comete erros, a ditadura do proletariado se debilita; sua queda desfecharia tal golpe na revolução mundial que necessitaria uma longa série de anos para se recompor. Mas a solução do processo fundamental da história, que paira entre o mundo do socialismo e do capitalismo, depende da segunda alavanca, isto é, da revolução proletária internacional. A enorme importância da União Soviética consiste em que constitui a base sobre a qual se apoia a revolução mundial e não na que, independentemente dela, será capaz de construir o socialismo”.

O lugar estratégico do Partido Mundial da Revolução Socialista

9. “A política, considerada como força histórica das massas, está sempre atrasada em relação à economia. Se o reinado do capital financeiro e dos monopólios e dos trustes começou em fins do século XIX não se refletiu na política mundial até a guerra imperialista, a revolução de outubro e a criação da III Internacional.”

“Há no fundo do caráter explosivo da nova época, com suas bruscas alternativas de fluxos e refluxos políticos, com seus espasmos contínuos da luta de classes entre o fascismo e o comunismo, o fato de que, historicamente, o sistema capitalista mundial está esgotado; já não é capaz de progredir em bloco. Isso não significa que certos ramos da indústria e de certos países não possam progredir com um ritmo desconhecido até agora. Mas esse progresso se realiza e se realizará em detrimento de outros ramos e de outros países. Os gastos de produção do sistema capitalista mundial devoram cada vez mais seus lucros”.

“É verdade que teoricamente não se pode excluir a possibilidade de um novo período de progresso capitalista geral dos países mais avançados, dominadores e incentivadores. (...) “Mas, na época atual, para qual está estabelecido o programa, o desenvolvimento geral do capitalismo se encontra diante de barreiras intranponíveis plenas de contradições, entre as quais esse desenvolvimento defronta-se com furiosos redemoinhos. Isto justamente confere à época um caráter de revolução, e a revolução um caráter de permanência”.

10. “O papel do fator subjetivo pode permanecer completamente subordinado durante a época da evolução orgânica, lenta, quando nascem justamente os diversos provérbios da graduação: ‘quem muito corre, logo para’, ‘ninguém está obrigado a fazer mais do que pode’ etc., que refletem a sabedoria da tática da época de crescimento orgânico, que não pode suportar que se ‘saltem



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

as etapas'. Enquanto que, quando as premissas objetivas estejam maduras, a chave de todo o progresso histórico passa para as mãos do fator objetivo, isto é, do partido". (...)

"Se não se compreende de uma maneira ampla, generalizada, dialética, que a época atual é de mudanças bruscas, não é possível educar verdadeiramente os jovens partidos, dirigir corretamente desde o ponto de vista estratégico da luta de classes, combinar exatamente seus procedimentos táticos, nem, sobretudo, mudar bruscamente de armas, decididamente, audazmente diante de cada nova situação. E, precisamente, dois ou três dias de mudança brusca decidem às vezes a sorte da revolução internacional por vários anos".

11. "As questões de organização são inseparáveis das do programa e da tática. É preciso se dar conta de que uma das fontes do oportunismo mais importantes na Internacional Comunista é o regime burocrático de seu aparato e de seu partido dirigente. Ninguém pode negar agora, depois da ex-

periência dos anos 1923-1928, que na União Soviética a burocracia é expressão e o instrumento da pressão que as classes não proletárias exercem contra o proletariado".

12. "Os métodos de organização graças aos quais triunfaram na Internacional Comunista, e consequentemente no conjunto do proletariado internacional, as ideias do verdadeiro leninismo, que não se podem falsificar, dependem em grande medida da direção atual da Internacional Comunista, e, portanto, diretamente, do VI Congresso. No entanto, quaisquer que sejam as decisões desse Congresso (estamos preparados para o pior), avaliação geral que resulta da presente época e de suas tendências internas, em particular a avaliação sobre a experiência dos cinco últimos anos, nos dizem que as ideias da Oposição de Esquerda não necessitam outro caminho que o da Internacional Comunista. Ninguém conseguirá nos tirar dele. As ideias que defendemos passarão a ser as suas ideias, chegarão a se expressar no programa da Internacional Comunista".

Considerações gerais

A compreensão histórica dos motivos e das forças sociais que levaram à restauração capitalista e a derrocada da URSS serve não apenas para assimilar as experiências do passado como para iluminar o caminho do presente e contribuir para a superação da crise de direção. O estudo do livro "Stalin, o grande organizador de derrotas" é imprescindível no trabalho sistemático de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O VI Congresso da Internacional Comunista selou definitivamente o revisionismo das posições bolcheviques quanto à relação entre a revolução nacional e mundial.

Trotsky não apenas analisou detalhadamente o percurso do revisionismo estalinista-bukhariiano como fundamentou o porquê da divisão no seio do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e demonstrou a necessidade de uma mudança profunda no regime partidário e na orientação governamental. Apoiou-se integralmente nas explicações e previsões de Lênin sobre o novo fenômeno que se manifestou com a revolução proletária nos marcos da economia mundial capitalista e imperialista.

Naquele momento, em 1929, ainda era um prognóstico teórico a possibilidade de a URSS não sobreviver caso a revolução mundial não protegesse e impulsionasse o novo regime social. Estava claro que o isolamento da URSS, por muito tempo, seria fatal. Havia de desenvolver uma linha econômica que fortalecesse as transformações nas relações de produção criadas pela nacionalização, monopólio do comércio exterior e economia planificada. Essa organização potenciaria as forças produtivas e permitiria ao proletariado levar adiante as conquistas revolucionárias nas condições de cerco mundial do imperialismo. Mas, esse progresso dependia, em última instância, da revolução mundial, para a qual a Alemanha se achava em melhores condições.

A III Internacional, fundada em 1919, se ergueu como uma potência organizativa para projetar as conquistas da Revolução Russa. O seus primeiros quatro Congressos aprovaram análises sobre as condições da luta de classes na época do imperialismo, o caráter de desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial, a distinção entre países opressores e países oprimidos, as respostas particulares às múltiplas formas de opressão, o programa de transição do capitalismo ao socialismo e a tática correspondente. Os fundamentos teóricos e de princípios refletiram a elaboração e o desenvolvimento do socialismo científico, fundado por Marx e En-

gels. Eis por que os primeiros quatro Congressos se assentam nas experiências revolucionárias antecedentes, sendo a mais importante a Comuna de Paris, que neste momento completa 154 anos.

O seu VI Congresso representou uma ruptura com o passado do internacionalismo proletário, que se consolidou com a revolução vitoriosa de Outubro de 1917 e com a constituição da URSS, em 1922. O desmoronamento da URSS, em dezembro de 1991, implicou um retrocesso de ordem histórica, uma vez que interrompeu o processo mundial de transição do capitalismo ao socialismo. No entanto, trata-se de uma interrupção circunstancial, ainda que possa durar por algum tempo. Já se passaram 34 anos de sua liquidação pela contrarrevolução chefiada pelos aparatos estalinistas. O capitalismo ganhou fôlego com essa portentosa vitória, porém não fez senão alimentar as contradições que caracterizam o capitalismo da época imperialista como de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

A ordem mundial constituída após a Segunda Guerra Mundial se decompõe em ritmo avassalador. A guerra na Ucrânia é um de seus reflexos mais contundentes. Seus vínculos com a contrarrevolução que derrubou a URSS são visíveis. Nesse acontecimento, se estampa a necessidade da classe operária europeia recuperar o terreno perdido. Caso contrário, as tendências bélicas se ampliarão e colocarão o perigo de uma terceira guerra mundial. Nesse terreno, emerge o programa dos primeiros quatro Congressos da III Internacional, que tem sua continuidade no Programa de Transição da IV Internacional.

Os estudos dos escritos de Trotsky se tornam cada vez mais imperativos porque é por meio deles que se coloca à luz do dia as conquistas programáticas do marxismo-leninismo. A luta pela superação da crise de direção tem por objetivo reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, que se originou da Revolução de Outubro de 1917.

A classe operária mundial é a única classe entre as demais classes oprimidas capaz de se levantar contra as presentes guerras, as tendências bélicas em curso, a opressão nacional que recrudescer e o avanço da pobreza, miséria e fome mundiais. As experiências do passado, tanto como vitórias como derrotas, conservam sua vigência na forma da teoria e do programa formulados pelo marxismo-leninismo-trotskismo.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

